

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL**

ANCIZAR CASTRO VARELA

**O SIGNIFICADO DAS LUTAS POPULARES PELO
TERRITÓRIO URBANO EM CALI, NA COLÔMBIA: UM
ESTUDO DAS DIMENSÕES SOCIOPOLÍTICAS DO
ASSENTAMENTO DE POLVORINES**

Recife, 2012

ANCIZAR CASTRO VARELA

**O SIGNIFICADO DAS LUTAS POPULARES PELO
TERRITÓRIO URBANO EM CALI, NA COLÔMBIA: UM
ESTUDO DAS DIMENSÕES SOCIOPOLÍTICAS DO
ASSENTAMENTO DE POLVORINES**

Orientadora: Dra. Ana Elizabete Mota Simões

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito para a obtenção do
título de Doutor em Serviço Social.

Recife, 2012

V293s	Varela, Ancizar Castro O significado das lutas populares pelo território urbano em Cali, na Colômbia: um estudo das dimensões sociopolíticas do assentamento de Polvorines / Ancizar Castro Varela. - Recife : O Autor, 2012. 152 folhas : il. 30 cm. Orientador: Prof^a. Dr^a. Ana Elizabete Mota Simões. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2012. Inclui referências. 1. Sistema capitalista mundial. 2. Industrialização e urbanismo. 3. Migração urbana. 4. Política urbana. 5. Comunidade. I. Simões, Ana Elizabete Mota (Orientador). II. Título. 361.8 CDD (22.ed.)	UFPE (CSA 2014 – 036)
-------	--	-----------------------



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE DOUTORADO

Ata da Defesa de Tese do Curso de Doutorado em Serviço Social, realizado no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco. Às dezoito horas do dia vinte e seis de abril do ano de dois mil doze, na Sala dos Professores do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão publica, teve início a Defesa de Tese intitulada: ***“O Significado das Lutas Populares pelo Território Urbano em Cali Colômbia: um estudo das dimensões sociopolíticas da ocupação de Polvorines”***, de autoria do Doutorando **Ancizar Castro Varela**, o qual já havia preenchido todas as demais condições exigidas para obtenção do Grau de **Doutor em Serviço Social**. A banca Examinadora aprovada pelo Colegiado do Curso e homologada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, processo número **23076.015519/2012-56**, foi constituída pelos seguintes Professores: **Ana Elizabete Fiuza Simões da Mota, Doutora em Serviço Social**, Orientadora e Examinadora Interna; **Maria das Graças e Silva, Doutora em Serviço Social**, Examinadora Externa; **Eliana Costa Guerra, Doutora em Serviço Social**, Examinadora Externa; **Ângela Santana do Amaral, Doutora em Serviço Social**, Examinadora Interna; **Denis Antônio de Mendonça Bernardes, Doutor em História Social**, Examinador Interno; **Laura Susana Duque Arrazola, Doutora em Serviço Social**, Suplente Externa; **Juliane Feix Peruzzo, Doutora em Serviço Social**, Suplente Interna. Na qualidade de Orientadora, a Dra. Ana Elizabete Fiuza Simões da Mota presidiu os trabalhos e após as devidas apresentações, convidou o candidato a discorrer sobre o conteúdo da Tese. Concluída a apresentação, o candidato foi arguido pela Banca Examinadora, que após as devidas considerações finalizou os trabalhos e decidiu; **Dr^a. Maria Das Graças e Silva:**; **Dra. Laura Susana Duque Arrazola:**; **Dr^a. Ângela Santana do Amaral:**; **Dr^a. Juliane Feix Peruzzo:** E para finalizar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por quem de direito. Recife, 26 de abril de 2012

BANCA:

Prof^a. Dr^a. Ana Elizabete Fiuza Simões da Mota

Prof^a. Dr^a. Maria das Graças e Silva

Prof^a. Dr^a. Laura Susana Duque Arrazola

Prof^a. Dr^a. Ângela Santana do Amaral

Prof^a. Dr^a. Juliane Feix Peruzzo

DOUTOR:

Ancizar Castro Varela

À minha família: a de sangue e a recriada com todos vocês, não menciono nomes porque tenho certeza que a palavra ficaria curta perante seus sábios aportes incomensuráveis e plurais, brindados ao vaivém da existência.

OBRIGADO pelos encontros.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos

À professora Dra. Ana Elizabete Mota Simões, por seu apoio e sabedoria para orientar-me na difícil arte de fazer pesquisa desde um olhar crítico e comprometido.

Aos professores do curso de pós-graduação em Serviço Social pelos valiosos aportes em termos intelectuais e pessoais, que fazem com que o mundo seja cada vez melhor.

Aos meus companheiros de turma, que fizeram do Brasil, minha casa onde a palavra, o debate intelectual com rigor e paixão, a solidariedade e a amizade foram coisas do diário viver.

Aos meus companheiros da “Escuela de Trabajo Social y Desarrollo Humano” da “Universidad del Valle”, por seu apoio e confiança depositados.

À CAPES, Programa de Estudantes Convênio de Pós-graduação (PEC-PG), por facilitar meus estudos no doutorado.

À população de Polvorines, pela hospitalidade e apoio brindado para recuperar sua luta silenciosa levada a cabo pelo direito à cidade.

Finalmente, à minha família e meus amigos, que fazem com que os desafios empreendidos sejam menos pesados.

RESUMO

Este estudo analisa o significado das práticas coletivas desenvolvidas por setores populares, em processos de ocupação, levados a cabo nas áreas “periurbanas” da cidade de Santiago de Cali-Colômbia. Para obter dito objetivo estabelecemos um diálogo com a literatura especializada para construir o marco conceitual que nos permitiu compreender as contradições, mediações e determinações do nosso objeto de estudo, o qual abordamos articulando sua singularidade histórica com a dinâmica da totalidade social, delimitada espaço-temporalmente. Para avançar nesta direção, de aproximação à nossa complexa e contraditória realidade determinada historicamente, nos apoiamos no “arsenal” teórico brindado por críticos marxistas, para compreender os processos de transformação socioeconômica e política do atual sistema capitalista. Nessa linha de pensamento, entendemos a realidade social, nos termos sugeridos por Marx, ou seja, “O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”. Como percurso metodológico, realizamos uma pesquisa documental, cujas fontes foram estudos técnicos, monografias, jornais, boletins, entre outros. E uma pesquisa de campo, realizada na zona de ladeira da cidade de Cali-Colômbia, durante os períodos de maio-junho de 2010 e dezembro-fevereiro de 2011, quando foram entrevistados os primeiros moradores e lideranças que se assentaram na ocupação do bairro Polvorines. Como aquela liderança que se instalou nos organismos de representação criados pelo Estado – Junta de ação comunal –, para participar do desenvolvimento comunitário. O estudo permitiu compreender, sem desconhecer as respectivas mediações entre o movimento do capital como um todo e a particularidade histórica de nossa sociedade, como sua dinâmica tem sido fortemente marcada pelos ciclos de expansão e “contração” do capital. O que tem gerado um incessante processo de configuração e reconfiguração dos nossos territórios, a partir da intensificação e extensão das relações do capital, com seu respectivo domínio de classe, em áreas geográficas que, outrora, estavam por fora de seu alcance. Igualmente, permitiu identificar algumas de suas estratégias para conseguir o que foi e continua sendo a acumulação originária, ou pela via da expropriação, pois esta não se limitou a se instalar no início do capital, mas é parte inerente de seu desenvolvimento e continua sendo implementada, de maneira sistemática e contínua, no território colombiano. O

que vem gerando, com maior ênfase, desde meados da década de 50 até nossos dias, um processo de migração e deslocamento forçado da população do campo para a cidade. Neste sentido, as cidades colombianas têm se configurado, de maneira significativa graças à violência empreendida contra a população campestre indefesa que forjou suas vidas em zonas de colonização agrárias que, posteriormente, iniciaram sua itinerante busca nas cidades, para encontrar um “lugar” onde refazer suas vidas, tanto em termos individuais como coletivos. A pesquisa também permitiu conhecer que a população que levou a cabo o processo de assentamento no bairro Polvorines, o fez sob a dupla modalidade de urbanização pirata e ocupação, realizadas em áreas “periurbanas” da cidade de Cali. Onde se desenvolveram práticas coletivas que estiveram orientadas a satisfazer necessidades humanas básicas. Neste sentido, a construção de unidade de ação não esteve determinada por um “discurso ideo-político” que as norteara, sendo o fundamental a adversidade compartilhada em uma área territorial delimitada.

Sobre as formas organizativas, se caracterizaram por serem espontâneas as que foram simultaneamente “sujeitos coletivos e cenários” os quais contribuíram para reforçar vínculos em termos sociais, mas não “políticos”. Neste sentido, as relações de parentesco e vizinhança tiveram um papel chave graças à proximidade física-territorial. Igualmente, o estudo demonstrou que a interação da Junta de ação comunal com o Estado, desempenhou um papel importante como engrenagem para estabelecer vínculos de clientela e manipulação política com a população. O que teve um forte impacto nas formas organizativas espontâneas da população de Polvorines. As quais como mecanismo de resistência, têm reagido redobrando-se ao âmbito familiar e à proximidade físico-social, como a vizinhança. Consideramos a partir do anterior que está emergindo nestes processos de assentamento “periurbanos” uma maneira de dispersão social, que corre o risco de atomizar-se sócio politicamente, o que termina sendo funcional à reprodução do sistema dominante.

Palavras-chave: Sistema mundo capitalista, industrialização-urbanização, migração-deslocamento, questão urbana, comunidade e trabalho comunitário.

RESUMEN

Este estudio analiza el significado de las prácticas colectivas desarrolladas por los sectores populares en los procesos de ocupación llevadas a cabo en áreas “periurbanas” en la ciudad de Santiago de Cali-Colombia. Para tal propósito, establecimos un dialogo con la literatura especializada para construir el marco conceptual que nos permitió comprender las contradicciones, mediaciones y determinaciones de nuestro objeto de estudio, el que abordamos articulando su singularidad histórica con la dinámica de la totalidad social, delimitada espacio-temporalmente. Para avanzar en esta dirección, de aproximación a nuestra compleja y contradictoria realidad determinada históricamente, nos apoyamos en el “arsenal” teórico brindado por críticos marxistas, para comprender los procesos de transformación socioeconómica y política del actual sistema capitalista. En esta línea de pensamiento, entendimos la realidad social, en los términos sugeridos por Marx, donde “Lo concreto es concreto, porque es síntesis de muchas determinaciones, esto es, unidad de lo diverso”.

Como recurso metodológico, realizamos una pesquisa documental, cuyas fuentes fueron estudios técnicos, monografías, periódicos, boletines, entre otros. Y una pesquisa de campo, realizada en la zona de ladera de la ciudad de Santiago de Cali-Colombia, durante los períodos de mayo-junio de 2010 y diciembre-febrero del 2011, en la que realizamos entrevistas tanto a los primeros pobladores y líderes que se asentaron en la ocupación del barrio Polvorines. Como al liderazgo que se instaló en los organismos de representación creados por el Estado colombiano – Junta de acción comunal –, para participar del desarrollo comunitario. El estudio nos permitió comprender, sin desconocer las respectivas mediaciones entre el movimiento del capital como un todo y la particularidad histórica de nuestra sociedad, cómo su dinámica ha estado marcada por los ciclos de expansión y contracción del capital. Lo que ha generado un incesante proceso de configuración y reconfiguración de nuestros territorios, a partir de la extensión e intensificación de las relaciones del capital, con su respectivo dominio de clase, en áreas geográficas que en determinados momentos históricos estuvieron por fuera de su alcance. Igualmente permitió identificar algunas de sus estrategias para conseguirlo, como las realizadas para la acumulación originaria del capital y décadas después, las implementadas por la vía de la expropiación o

desposesión. En el que no sobra decir, que estas estrategias no se limitaron para los inicios de la instalación del capital, sino que son parte inherente de su desarrollo y continúan desarrollándose de manera sistemática y continua en el territorio colombiano. Lo que viene generando, con mayor énfasis, desde mediados de la década del 50 hasta nuestros días, un proceso de migración y desplazamiento forzado de la población del campo para la ciudad. En este sentido, las ciudades colombianas se han configurado, de manera significativa gracias a la violencia emprendida contra la población campesina indefensa que forjó sus vidas en zonas de colonización agrarias, las que posteriormente, iniciaron su itinerante búsqueda en las ciudades para encontrar un lugar donde rehacer sus vidas tanto en términos individuales como colectivos. En este sentido, la pesquisa nos permitió conocer que el proceso de asentamiento del barrio polvorines se llevó a cabo, bajo las dobles modalidades de la urbanización pirata y la ocupación, realizadas en las áreas periurbanas de la ciudad de Santiago de Cali. En la que se desarrollaron prácticas colectivas que estuvieron orientadas para satisfacer necesidades humanas básicas. En este orden de ideas, la construcción de unidad de acción emprendida por los pobladores de Polvorines, no estuvo determinada por un “discurso ideológico” que las norteara, siendo lo fundamental la adversidad compartida en un área territorial delimitada. Sobre las formas organizativas, se caracterizaron por ser espontaneas, las que fueron simultáneamente “sujetos colectivos y escenarios” los que contribuyeron a reforzar vínculos alrededor de lo social, más que en lo “político”. En este sentido las relaciones de parentesco y vecindad jugaron un papel clave gracias a la proximidad física-territorial. Igualmente, el estudio demostró, en cuanto a la interacción de la junta de acción comunal con el Estado colombiano, que desempeñó un papel importante como correa de transmisión para establecer vínculos de clientela y manipulación política con la población. Lo que ha tenido un fuerte impacto en las formas de organización espontaneas realizadas en sus inicios por la población de polvorines. Los que han reaccionado, como mecanismo de resistencia, replegándose al ámbito de lo familiar y vecinal, más cercana a su proximidad físico-territorial. Consideramos a partir de lo anterior que está emergiendo en estos procesos de asentamiento periurbanos una manera de dispersión social, que corre el riesgo de atomizarse sociopolíticamente, contribuyendo a la reproducción sin obstáculos, al orden social dominante.

Palabras-clave: Sistema mundo capitalista, industrialización-urbanización, migración-desplazamiento forzado, cuestión urbana, comunidad y trabajo comunitario.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Hierarquia urbana e regional por volta de 1970	47
Quadro 2: Construção de moradia urbana no período 1961-1965.....	51
Quadro 3: A Colômbia déficit de moradia por cidades para 1970	53
Quadro 4: População de Cali 1933 - 1944 – 1958.....	87
Quadro 5: Cali desenvolvimento físico e demográfico entre 1933-1958.....	88
Quadro 6: Cali: Ampliação de Serviços Públicos, décadas 50 e 60	90
Quadro 7: Bairros ilegais em Cali 1950 - 1979 (em hectares)	91
Quadro 8: Cali greves e paralizações década de 70.....	93
Quadro 9: Cali mudanças demográficas entre 1958 e 1970	94
Quadro 10: Cali população e mudanças físicas décadas 1970-1990	95
Quadro 11: Realizações do ICT em Cali entre 1954 e 1990, por décadas	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual da variação da população urbana e rural na Colômbia.....	44
Gráfico 2: Lucros das multinacionais na Colômbia enviados ao exterior 1996-2006.....	60

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Zonas afetadas pela violência na Colômbia 1948-1953.....	68
Mapa 2: Rota de deslocamento forçado na Colômbia.....	70
Mapa 3: Cali traços urbanos 1950-1960.....	89
Mapa 4: Cali traços urbanos 1960-1970.....	89
Mapa 5: Bairros ilegais em Cali 1950-1970.....	92

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A DINÂMICA CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE O MODO DE SER E VIVER DA CLASSE TRABALHADORA	21
	2.1 Crise e reestruturação do sistema capitalista.....	21
	2.2 Restauração de poder de classe e pauperização do trabalho.....	29
3	CONTEXTO HISTÓRICO DO DESLOCAMENTO NA COLÔMBIA: A MORADIA COMO EIXO DA QUESTÃO URBANA.....	43
	3.1 Antecedentes históricos	44
	3.2 Migração forçada e urbanização.....	64
4	O PROCESSO DE ASSENTAMENTO DO BAIRRO POLVORINES NOS CERROS TUTELARES DA CIDADE DE SANTIAGO DE CALI	84
	4.1 Breve resumo histórico da cidade de Santiago de Cali e sua questão urbana	84
	4.2 A população de Polvorines, lutando por seu direito à cidade.....	97
	4.2.1 A primeira forma de organização e de trabalho comunitário para o desenvolvimento sociofísico do bairro	112
	4.2.2 Outra forma de organização e de trabalho comunitário para o desenvolvimento sociofísico do bairro	125
5	CONCLUSÕES.....	143
	REFERÊNCIAS	146

1 INTRODUÇÃO

Em nossa pesquisa, traçamos como objetivo de estudo compreender o significado das práticas sócio-coletivas dos setores populares que participaram nos processos de assentamento ocorridos a meados da década de setenta, nas áreas “*periurbanas*” localizadas na parte sudoeste da cidade de Santiago de Cali na Colômbia. Onde formulamos o interrogante de qual era o significado ideopolítico destas práticas no processo de produção e reprodução das relações sociais que se desenvolvem na sociedade colombiana. Nossa preocupação – considerando a existência de classes sociais fundamentais e suas relações com o Estado –, é refletir sobre as tendências destas práticas no âmbito do processo de reprodução material e simbólica da incessante dinâmica do mundo capitalista e suas potencialidades na construção de uma nova racionalidade anticapitalista.

Este objetivo nos convida a abordar a complexa tarefa de realizar a análise de processos micro-sociais em estreita relação com a totalidade social, que as contém e determina, sem dizer com isso, que não se tenha cabida para expressões espontâneas desde as singularidades históricas. Neste sentido, Lefebvre (1976, p. 70) refletindo desde um enfoque sistêmico, nos expõe:

[...] é a forma geral que dá sentido às constatações empíricas, e não à inversa. Por si só, as constatações empíricas não alcançam a forma geral. Porém, resultam imprescindíveis, pois revelam o conteúdo da forma. Permitem estudar, analisar o processo, pôr lhe marcos, ressaltar seus pontos importantes”.

Vale destacar, sobre este tema que:

[...] O caráter desértico, abandonado, das periferias urbanas é muito revelador; o que revela, para descobri-lo e dizê-lo, há que lê-lo. A leitura dos espaços urbanos, periféricos ou centrais, não se faz unicamente sobre mapas, elaborando um código abstrato; se trata de uma leitura “sintomática” por excelência e não literal (LEFEBVRE, 1976, p. 70).

Neste sentido, nos acercamos para “*fazer leitura*” ao processo de assentamento do bairro Polvorines, o qual foi impulsionado por muitos homens, crianças e mulheres sem teto,

a meados da década de 70, nos cerros tutelares de nossa cidade. Em uma conjuntura histórica particular, em que a sociedade colombiana, iniciava uma nova dinâmica capitalista, na qual se assistia a um processo sistemático de desmonte do modelo de substituição de importações/industrialização/urbanização, rumo à configuração de um novo modelo “*agromineiro*”, financeiro e exportador, traçado pelos pareceres dos organismos multilaterais de Bretton Woods a partir da década dos anos 80.

Período, no qual a maioria dos países latino-americanos assistem à implementação forçada de políticas de ajuste estrutural (PAE) – que alguns chamam de neoliberalismo –, que não apenas obedeceram, como sinalizam alguns estudiosos, aos “mecanismos” exigidos pelos países credores, para refinarçar seus empréstimos, devido à crise da dívida que estourou em 1982, quando o México, se declarou impossibilitada para pagá-la. Consideramos que a questão é de grande envergadura, pois as políticas de ajuste estrutural (PAE), são estratégias desenhadas pelo Consenso de Washington – que se implementaram de maneira diferenciada, não apenas nos países pobres do Sul, mas também, nos países ricos do Norte, sob regimes democráticos –, para evitar, a crise do capital, que se fez evidente a finais da década de 60, e que tiveram como propósito, não apenas recuperar a taxa de lucros do capital, como também, primordialmente reconstituir a hegemonia das classes conservadoras e/ou dominantes por todo o sistema mundo capitalista (SMC).

Na Colômbia, estas medidas se inauguram na década de 70, sob o regime de Alfonso López Michelsen. A partir deste momento, começaram a implementar – acelerando-as ou dosificando-as de acordo com a correlação de forças entre o capital e a classe trabalhadora, em cada período histórico –, sob as orientações do assessor norte-americano Ronald McKinnon. Período em que se impulsou, a liberação do mercado financeiro, sob duas estratégias complementárias, que foram se desenvolvendo gradual e sistematicamente: a liberação do comércio exterior (ajustado à exigência do mercado internacional) e a reforma fiscal (eliminação de subsídios e desmonte gradual do Estado). Essa época presenciou uma bonança do comércio exterior em que junto com a bonança do café, apareceu em cena a participação das exportações ilegais.

Desde este instante, se fez visível na Colômbia, a elite mafiosa do narcotráfico, a qual de maneira paulatina e progressiva estabeleceu alianças com os setores sociais que historicamente tem detido e desejam perpetuar-se no poder tais como a oligarquia dona de

terras, empresários, burguesia financeira e comercial, entre outros. Durante esta e posteriores décadas, vivencia-se uma transição gradual de mudança do modelo de acumulação de capital: do desenvolvimento substitutivo de importações ao agromineiro, exportador e financeiro, fortemente articulado aos interesses do capital norte-americano. O que está tendo altos custos socioeconômicos, para a classe que depende de sua força de trabalho, tais como queda de seus salários e deterioração paulatina e alarmante de suas condições de vida.

Classes subalternas, que não têm permanecido passivas sofrendo o embate de tais medidas. Muito pelo contrário, o transcurso histórico destes processos de transformação nos últimos trinta anos na Colômbia, tem estado marcado por processos de luta social com suas múltiplas manifestações, as quais compreendem desde o surgimento da insurgência revolucionária política-armada, até as ações autônomas e independentes dos setores explorados e oprimidos.

As quais igualmente têm estado acompanhadas com respostas por parte das classes hegemônicas-dominantes, que vão desde a cooptação de seus principais líderes, até a mais usual, recorrente e repudiável, a repressão e o assassinato tanto coletivo, seletivo como sistemático de seus dirigentes e lutadores populares, por parte de organizações paramilitares, sob uma total impunidade por parte do Estado. Por exemplo, a paulatina implementação do modelo de modernização econômica – substituição de importações –, durante o período histórico conhecido como a Violência na Colômbia, significou para os setores e classes subalternas, uma quota de 300 mil pessoas assassinadas e dois milhões de pessoas deslocadas, as quais posteriormente se instalaram em suas principais cidades, através de diversas formas de assentamento urbano, como foram as ocupações e urbanizações piratas, as quais, a propósito, iniciam-se em meio de condições e circunstâncias tenazmente adversas, um difícil, complexo, contraditório e altivo processo de reconstrução de seus tecidos sociais. Segundo estudiosos do tema, 60% da urbanização na Colômbia, tem-se levado a cabo sob estas modalidades, questão urbana que ainda não termina.

Efetivamente, sob esta mesma racionalidade de expropriação, espoliação, violência e deslocamento forçado, que sempre têm acompanhado ao capital, reaparecem com maior capacidade de destruição (dada à tecnologia sofisticada da guerra) em suas novas fases de acumulação, para evitar a sua crise. Onde estende seus tentáculos – tal como se fez nas zonas de colonização agrárias criadas pelos campesinos sem terra na década dos anos

cinquenta –, nas novas colonizações agrárias “*inventadas*” pelos sem terra, na década dos anos oitenta, os quais têm se convertido em territórios em disputa, entre paramilitares, narcoterratenentes, militares, subversão armada e resistências das populações afrodescendentes, indígenas e pequenos agricultores. Isto tem gerado, segundo dados de “El CODHES” (2006), nas duas últimas décadas a aterradora cifra de 3.900.000 pessoas deslocadas forçadamente de suas comunidades de origem. Além dos fatores já apontados, devido ao ímpeto da guerra irregular de baixa intensidade que se leva a cabo desde finais da década de 90, na qual a Colômbia se converteu no terceiro país receptor de ajuda norte-americana (Plano Colômbia) depois de Israel e Egito, o qual continua produzindo uma dinâmica de migração-deslocamento, com sua respectiva ampliação da “mancha urbana” e proliferação de assentamentos nas zonas periurbanas nas principais cidades do país, onde a cidade de Santiago de Cali (Valle del Cauca), não é a exceção.

Daqui, se infere a importância de nossa pesquisa, de compreender as práticas coletivas que estes setores subalternos levaram a cabo, para reinventar suas vidas no âmbito do urbano. Num contexto, no qual é necessário reconhecer, que têm sido uma das principais vítimas dos processos de expansão geográfica e intensificação das relações de capital, devido, e talvez seja essa nossa particularidade histórica, a que os processos de urbanização em nosso país, têm acontecido em troca de uma elevada taxa de desterro forçado de pessoas do campo para a cidade. Portanto, além da estigmatização que levantam principalmente os meios de comunicação, sobre as favelas, barracos, bairros, como “*nichos de delinquentes*” que ameaçam a tranquilidade da “*sociedade*”, é necessário realizar estudos empíricos que aportem elementos teóricos que permitam compreender e potenciar a ação transformadora que desde o âmbito do cotidiano e desde a dimensão do consumo coletivo, vêm levando a cabo, os sem teto, pelo direito à cidade. Neste sentido, formulamos os seguintes objetivos em nossa pesquisa:

- Conhecer e analisar os conteúdos, formas e significados das práticas comunitárias nas lutas pelo direito à cidade, que levaram a cabo os setores populares nos bairros periféricos em Santiago de Cali, na conjuntura socioeconômica e política da Colômbia, entre as décadas de setenta e oitenta.

- Conhecer os processos de transformação socioeconômica e política que se desenvolveram na Colômbia a partir da década de cinquenta, que foram responsáveis dos processos de migração-deslocamento forçado da população à cidade de Santiago de Cali.
- Identificar as formas organizacionais que foram se estruturando durante o processo de gênese e dinâmica sócio-comunitária e seu grau de unidade tanto a seu interior como em relação com outras formas de organização coletiva.

Para avançar neste sentido, de aproximação a nossa complexa e contraditória realidade sócio-histórica, nos apoiamos, em qualidade de principiantes, no “*arsenal*” teórico de críticos marxistas que realizam suas análises sobre os processos de transformação socioeconômica e política que vive o sistema capitalista na contemporaneidade, tais como: Iamamoto M, Kats C, Meszaros I, Mota A, Lefebvre H, Mandel E, Netto J, Harvey D, Suarez I, Wallerstein I, Marini R, entre outros. Procuramos, através de suas leituras, estabelecer as respectivas mediações entre o universal e nossa singularidade histórica. Já que o todo, não é mera somatória das partes, senão outro que tem sua própria especificidade a partir da dinâmica das mesmas, as que por sua vez, não são mero reflexo do todo, pois contêm sua própria “*razão de ser*”. Nesse sentido, entendemos a “*realidade social*”, como o sugere Marx (2008, p. 256), na introdução a contribuição à crítica da economia política “*O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso*”.

Com respeito às estratégias metodológicas que utilizamos para acercar-nos e compreender as práticas sócio-coletivas dos setores subalternos nos bairros periféricos da cidade de Santiago de Cali, as realizamos através de:

- a) Fontes secundárias. Consultas bibliográficas, que permitiram desvendar o contexto e subcontexto, mundial, regional e local, no qual se inscreveram os processos microsociais levados a cabo pelas classes subalternas nos processos urbanos de assentamentos ilegais. Neste tópico da pesquisa, enfatizamos a análise sobre o sistema mundo capitalista (SMC), o papel que tem desempenhado a Colômbia para sua reprodução e as lutas sociais urbanas gestadas entre as décadas de setenta e oitenta.

- b) Fontes primárias. Implantaram-se duas técnicas de pesquisa; a primeira teve que ver com a observação ordinária como participante.

A partir da sondagem de campo da pesquisa, que se realizou entre maio-junho de 2010, foi explícita a demanda da população “*sujeito-objeto*” de nosso estudo, de definir claramente, o papel e o aporte do pesquisador com respeito aos processos de mobilização sociopolítica que estão se dinamizando atualmente nas montanhas próximas à cidade (zona de ladeira). O anterior nos levou a reformular a relação sujeito-objeto que há predominado nas ciências sociais com respeito às pesquisas, onde o outro é coisificado, tomado como um dado ou como um simples informante, etc., ficando sob a tutela e interesse de quem realiza a pesquisa. O que nos exigiu, para aprofundar na aproximação da população “*sujeito-objeto*” de nosso estudo, estabelecer uma relação respeitosa e simétrica de aprendizagem mútua entre as partes, comprometendo-me simultaneamente, em fazer devolução dos resultados da pesquisa (através de assembleias comunitárias), que contribuam a potenciar tanto aos sujeitos que participam nestes processos de mobilização microlocal como ao próprio pesquisador.

A segunda técnica de pesquisa implementada, foram entrevistas qualitativas semiestruturadas a profundidade, as quais se realizaram à primeira geração de migrantes que se assentou no bairro Polvorines. Das quais, se entrevistaram (15) pessoas: sete (7) foram feitas aos primeiros moradores, e oito (8) aos dirigentes, que têm participado nas “formas organizativas” criadas pelo Estado colombiano para o desenvolvimento social, (Juntas de ação comunal), compreendendo uma trajetória histórica desde meados da década dos anos 80, até nossos dias.

Sobre o desenvolvimento das entrevistas a profundidade semiestruturadas, a dinâmica que se optou, foi a de não aplicar o instrumento de coleta de informação, exatamente como ordenam os manuais de pesquisa. Senão, que a partir da pergunta inicial, assumi uma posição como entrevistado, por um lado, de suprema atenção de seu testemunho, deixando a sua vontade, as associações e interconexões dos relatos que trazia a sua memória individual e coletiva. E pelo outro, de vez em quando, intervinha no transcurso da entrevista, para fazer síntese do proposto pelo entrevistado, e colocar a sua consideração meu grau de compreensão de seu testemunho, como por sua vez, formular novas perguntas

para “*impulsar a entrevista*”. O que permitiu criar um ambiente de distensão, entre as partes, ganhando fluidez a comunicação. Todas as entrevistas, sem exceção, se realizaram nas respectivas casas dos entrevistados, ajustando-me a seu entorno e simultaneamente aproveitando o encontro, para abrir a possibilidade de contatar a outras pessoas “chaves”, o que possibilitou levantar uma amostra representativa do processo bimodal que se gestou no assentamento do bairro Polvorines.

A tese está estruturada da seguinte maneira: no primeiro capítulo abordamos a discussão sobre a expansão e crise do sistema capitalista a partir da década dos anos sessenta e sua reestruturação na sua totalidade social. Enfatizando seu impacto na classe trabalhadora e no novo papel que se lhe assigna a América Latina e a Colômbia em particular, na divisão internacional do trabalho, na perspectiva do imperialismo norte-americano de recuperar sua “*perda relativa de hegemonia*”, no cenário mundial, tal qual, como a possuía nos anos gloriosos do capital.

No segundo capítulo, apresentamos as principais transformações que viveu a sociedade colombiana durante o século XX, enfatizando na particular forma de inscrever-nos no processo de modernização econômica que toma força a meados da década de cinquenta. O que gerou um processo urbanizador, pela via da acumulação originária, considerando para o nosso caso, que não foi algo que ficou atrás para a decolagem do desenvolvimento do capitalismo, senão, que está em seu pleno vigor, gerando expropriação e deslocamento forçado da população do campo para a cidade. Que por sua vez, têm exercido múltiplas formas de luta social, expressando suas reivindicações nas principais ruas das cidades colombianas, como resposta às sequelas sociais de nosso particular processo industrializador e implantação sistemática das políticas de ajuste, o que ainda não termina.

No último capítulo, damos a conhecer os resultados de nossa pesquisa sobre o significado das práticas sociopolíticas do processo de assentamento levado a cabo pelas pessoas de Polvorines, nas montanhas próximas (cerros tutelares) à cidade de Santiago de Cali, não sem antes, apresentar uma breve revisão histórica, das transformações modernizadoras que se agenciaram na metade do século XX e seus impactos na questão urbana na dita cidade. Já, nas considerações finais colocamos os principais aportes que ofereceu esta pesquisa a minha primeira aproximação à questão urbana. Nos quais foram

mais os interrogantes e vazios, que brotaram durante seu caminho, que encontrar respostas concretas às formulações apresentadas; talvez seja por nossa singularidade histórica.

2 A DINÂMICA CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE O MODO DE SER E VIVER DA CLASSE TRABALHADORA

2.1 Crise e reestruturação do sistema capitalista

Desde a sua própria gênese e infância, a civilização Latino-americana e, claro, a sociedade colombiana tem estado determinada pela dinâmica do Sistema Mundo Capitalista (SMC), o que se inaugura com a chegada do invasor europeu a terras americanas, e que foi se reconfigurando com suas variantes hegemônicas de dominação através dos tempos com os impérios da Espanha, de Portugal, da Inglaterra e dos Estados Unidos, o que a meados do século XX, ostentou seu inegável poderio econômico, político e militar durante os chamados trinta anos gloriosos do capital (1945-1975). Período no qual se afiançou e consolidou a polarização entre os países ricos e países pobres – o que por sua vez, se reproduziu ao interior de suas fronteiras –, sob o manto ideológico do inalcançável desenvolvimento, discurso que foi acolhido pelas elites locais e forças de oposição em nossos países como tábua de salvação para evitar à pobreza inerente a sua dinâmica. Neste sentido, afirma Wallerstein (2007, p. 127) que neste sistema mundo capitalista (SMC) é

[...] absolutamente impossível que a América Latina se desenvolva, não importa quais sejam as políticas governamentais que se adotem, porque o que se desenvolve não são os países. O que se desenvolve é unicamente a economia-mundo capitalista, e esta economia-mundo é de natureza polarizadora [...].

O que não quer dizer livre de contradições tanto intra como entre os países dominantes e com os dominados e/ou subordinados em suas diferentes e inter-relacionadas dimensões: socioespacial, econômica e político-militar.

Durante as últimas quatro décadas do século passado até hoje, assistimos a uma “relativa” decadência do império Norte-americano (HARVEY, 1999, 2004; SUAREZ 2009; WALLERSTEIN, 2000, 2007) à qual se lhe atribuem múltiplas causas, destacando-se a feroz competência que no mercado global vem levando a cabo o Japão, a Europa Ocidental e

alguns países do terceiro mundo, o que tem conduzido aos Estados Unidos à urgente necessidade de redefinir suas estratégias (geográficas, econômicas, políticas e militares), orientadas a reconstruir o inteiro equilíbrio das forças geopolíticas no contexto mundial, como fim de recompor seu sistema de dominação tanto global como hemisférico em benefício de seu complexo industrial-militar. A América Latina, o Caribe e em particular a Colômbia, dependendo da correlação de forças de suas elites locais propensas ao sonho norte-americano, têm jogado um papel fundamental nesta direção. A Colômbia, coincidindo com Suarez (2009), é considerada como ponta de lança para conter militarmente, através do Plano Colômbia, assinado sob o regime do presidente Andrés Pastrana (1998-2002), a gestação, a consolidação e o avanço de múltiplas formas de insurgência popular que vem se fraguando tanto em seu interior como em relação com os países circunvizinhos (meio século de luta subversiva político-militar, protestos, greves cívicas locais-nacionais, movimentos sociais étnicos desde a sociedade civil, revolução bolivariana, etc.), as quais se pensa que são uma ameaça para a segurança nacional norte-americana. Neste sentido, também se tem recriado acordos tanto binacionais (Lei de preferência comercial andina e erradicação de drogas ATPDEA) como formas institucionais supranacionais (ONU, OMC) orientadas a obterem vantagens comerciais no continente, que lhes permitam posicionar-se de melhor maneira no mercado globalizado.

Esta crise “*relativa*” de hegemonia norte-americana, ocorrida nos anos pós70 – que alguns teóricos definem como o fim dos anos gloriosos –, “*coincide*” com um estancamento e regressão da economia mundial, determinada por uma superprodução de mercadorias e subconsumo, o que está tendo repercussões dramáticas, não apenas na diminuição da taxa de lucro do capital, senão, na degradação das condições de vida conquistada pela classe trabalhadora durante o período histórico Fordista/Keynesiano (tanto nos países hegemônicos do centro como periféricos). Emergem desta maneira, novas sequelas na questão social, aumentando, tal como afirma Mota (2008), a polaridade riqueza/pauperismo, própria do SMC. Para ilustrar o anterior, basta com trazer dados que nos apresenta Harvey (2005. P. 211) citando o informe do PNUD/96, no qual aponta que

[...] entre 1960 e 1991 a porção da renda mundial possuída por 20% da população, aumentou de 70% a 85%, enquanto que a dos pobres baixou de 2,3% a 1,4% [...]. Para 1991, o valor líquido das 385 pessoas mais ricas, os que possuem bilhões de

dólares, é igual à renda combinada de 45% mais pobre da população mundial, 2,3 bilhões de pessoas.

Nesta mesma direção, Chusodosky (2002), nos demonstra estas espantosas disparidades, na que uma minoria privilegiada (o clube dos multimilionários globais, com mais ou menos 450 membros) tem acumulado tanta riqueza que ultrapasse ao PIB somado do grupo de países de baixos ingressos onde vive 59% da população mundial. Para arredondar este quadro de polarizações interdependentes entre riqueza e pobreza, Porto Gonçalves (2009) nos revela que a população favelada no mundo hoje em dia chega a 924 milhões de pessoas, que vivem num ambiente de insegurança generalizada, sendo maior que o total da população dos países desenvolvidos: o Canadá, os EUA, o Japão e a Europa.

Sobre as causas deste estancamento econômico mundial/subconsumo e/ou crise do SMC, as podemos situar a partir da década de 60, em consonância com a maioria dos teóricos sociais que desde uma perspectiva marxista, reflexionam sobre este assunto, Harvey (1999, 2004), Hirsh (1999), Wallerstein (2000, 2007), Meszaros (2009) e Mota (1995). Período histórico, no qual a “*sociedade contemporânea*” em sua totalidade – respeitando, é claro, as particularidades históricas –, transitou, não de maneira lineal, do regime de acumulação fordista a outro regime, que alguns o chamam de pós-fordismo, enquanto que outros o chamam de regime de acumulação flexível. Indubitavelmente, dito processo, obedeceu à incessante busca do sistema capitalista de encontrar saídas a suas crises, a qual consideramos como parte constitutiva da dinâmica de seu processo de acumulação – pela via da expropriação e/ou desapropriação –, que em determinados períodos históricos assiste à queda de sua “*taxa de lucro*”. O que induz a levar transformações da realidade social, em suas diferentes dimensões e escalas, para transitar de um “*bloco histórico a outro bloco histórico*”, no qual se criam as condições para manter e perpetuar não apenas a “*maximização dos lucros*” senão também, garantir a reprodução sociometabólica da sociedade por parte do capital.

Neste sentido, pensar na crise do capital como parte constitutiva de suas relações sociais, nos convida a tomar radicalmente distância do discurso ideológico que agenciamos teóricos orgânicos do sistema dominante ou “*economistas acomodados*” que chama Hirsch (1999), que analisam a crise, a partir de fatores externos às relações do capital, atribuindo-as ao sobrepeso das instituições políticas, aqui se estabelece que estas “*castram*” ou inibem a

iniciativa individual. Nesta ordem de ideias, suas propostas vão encaminhadas ao desmonte do estado Fordista/Keynesiano, no que vale a pena agregar, interiorizou as reivindicações da classe trabalhadora, fazendo-a parte de sua “*armadura*” institucional. A respeito disso, ressalta Meszaros (2009, p. 79-80) – além de passar-lhe a conta à classe trabalhadora pela falta de ofensiva para controlar a reprodução sociometabólica do sistema, deixando-o ao capital –, que foi possível, graças ao processo de crescimento do capital, no que

[...] tais lucros, na verdade, eram uma constituinte necessária e positiva da dinâmica interna da autoexpansão do capital (o que significa, é claro, que o capital nunca teve de pagar um único níquel por esses lucros).

Mas em que consistiu esta dinâmica de autoexpansão do capital que permitiu a interiorização das reivindicações da classe trabalhadora, trazendo consigo um longo período de “*prosperidade e bem-estar para grande parte da população do mundo*”? Agrega Meszaros (2009), que a característica deste momento histórico, que qualifica de inédita, é que por primeira vez se concorre por mais de duas décadas a uma expansão e revitalização sem precedente do capital, que incluiu em sua órbita as forças produtivas globais.

De fato, entre as décadas de quarenta e setenta, período conhecido como os “*30 anos gloriosos*”, sem lugar a dúvidas, se assistiu a uma autoexpansão sem precedentes do crescimento do capital, no qual os principais países centrais tais como, o Japão, a Alemanha, entre outros, sob a dominação da hegemonia dos EUA apresentaram um rápido crescimento de suas economias. Tal como afirma Misas, (2003, p. 162), o anterior foi devido à:

[...] generalização das normas de produção e consumo – próprias do modelo fordista de acumulação –, do ritmo incessante de inovações tecnológicas que permitiu uma aceleração do crescimento da produtividade da força de trabalho e das formas institucionais em vigor como o contrato coletivo de trabalho e o crescimento nos salários reais. Fatores estes que geraram uma drástica expansão da demanda, a qual deu lugar a uma importante redução da parte exportada da produção manufatureira nos principais países industrializados, sem que a taxa de rentabilidade se visse afetada, e pelo contrário se apresentasse um acelerado processo de acumulação de capital.

Como fordismo, se expressa então, uma formação capitalista que vinha “amadurecendo”, desde a década de trinta do século passado – como saídas à crise do capital, que haviam se apresentado nos países do ocidente –, e que viveu um ciclo longo que

alcançou seu esplendor até finais da década de 60, na qual novamente, a crise reapareceu no cenário mundial.

Este novo padrão de crescimento econômico exigiu então um equilíbrio de poder, tenso e firme, que descansou entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a Nação-Estado, o que formou a base de poder de expansão no período de pós-guerra, sob a hegemonia norte-americana.

Desta maneira, o Estado-nação desempenhou um papel central no desenvolvimento do crescimento econômico, assumindo entre outras, políticas orientadas à inversão pública – transporte, equipamento público, recreação, etc. –, chaves para a produção e o consumo em massa, na perspectiva da geração do pleno emprego. Igualmente complementou o salário através da saúde, da educação, da moradia, etc., devido ao poder dos sindicatos, os quais desempenharam um papel fundamental tanto na formulação das políticas sociais como nos acordos salariais e direitos dos trabalhadores na produção. Emerge assim, nos países desenvolvidos, o estado de bem-estar social, que sob o fordismo/keynesianismo, foi uma tentativa de reconciliar o irreconciliável, em termos da relação antagônica entre o capital e o trabalho.

Este último teve que assumir novos papéis e funções relativas ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. Daqui em diante, além de submeter-se a longas jornadas de trabalho, o “*sujeito fordista*” teve que vivenciar processos produtivos fortemente rígidos no concernente à divisão técnica do trabalho, como também, supremamente rotineiros, presos de atividades mecânicas e repetitivas, durante longas e entediantes jornadas de trabalho. Nesta ordem de ideias, agrega Harvey (1999, p. 128) que o poder adquirido pelos sindicatos na indústria de produção de massas, foi em troca de assumir justo esta “[...] *atitude cooperativa no tocante às técnicas fordistas de produção e às estratégias cooperativas para aumentar a produtividade*”. Neste sentido, se configurou uma sociedade de massas, marcada por uma estreita relação complementar, entre as três dimensões fundamentais do capital: a produção, o consumo e a circulação/distribuição/realização.

O que lhe permitiu fortalecer-se e ampliar-se por mais de duas décadas e ofereceu a motivação necessária para sua reprodução dinâmica recíproca em escala cada vez mais ampliada. O que foi dito, permite compreender, tal como já foi indicado, a exportação de

excedentes de capital por parte dos EUA – pela via creditícia –, não apenas aos países do Norte, senão, também de maneira seletiva, impulsando processos de industrialização/urbanização, em nossos países periféricos, como foram os casos do Brasil, da Argentina, do México e em menor grau da Colômbia – sob a estratégia da substituição de importações –, que a partir deste momento, começa a viver um acelerado processo de crescimento urbano. O qual esteve acompanhado, com uma forte presença de criação de urbanizações “piratas” e ocupações, realizadas por setores populares as quais, segundo estudiosos do tema, parariam uma vez se consolidasse nossa modernização econômica.

O poder corporativo do capital teve que ajustar suas “velas” em certos aspectos para navegar com mais suavidade na “*senda da lucratividade*”, e desta maneira pudesse *assegurar o crescimento sustentado da inversão que aumentasse a produtividade, garantisse o crescimento e elevasse o padrão de vida enquanto mantinha uma base estável para a realização de lucros*” (HARVEY 2005, p. 25). Sempre e quando se respeitasse este pacto, entre produtividade do trabalho, incremento salarial real e consumo, a classe alta estaria disposta a receber uma menor fatia enquanto à distribuição do pastel econômico. Os dados que nos apresenta Harvey (2005, p. 25) são ilustrativos ao respeito; antes da segunda guerra mundial, os ricos possuíam 16% da renda nacional, passando durante os trinta anos gloriosos, a receber só 8%, mas com um crescimento econômico desta natureza, isto não importava. Com o colapso nos anos 70, “[...] no qual as taxas de juros reais ficaram negativas e obtiveram poucos dividendos, as classes altas se sentiram ameaçadas por todas as partes”. Por isso, consideramos que a atuação das mesmas, durante as décadas seguintes, foi reagir com vigor para proteger-se de sua aniquilação tanto política como economicamente.

Não apenas se exportaram capitais, senão, também um estilo de vida, cujo marco de referência a imitar foi a sociedade de massas norte-americanas, onde a mística do trabalho, o crescimento, a modernidade, o progresso, etc., foram seus valores predominantes. Vale a pena ressaltar, que estes valores se edificaram a partir da destruição das formas de vida e relações sociais pré-capitalistas, onde a cultura e os ambientes tradicionais (especialmente trabalhadores), a família de várias gerações, as estruturas comunais, tal como nos comenta Hirsch (1992), paulatinamente foram desintegrando-se e por sua vez integrando-se a esta sociedade modernizada caracterizada por: concentração da população em grandes cidades, indivíduos atomizados e compulsivamente consumidores, relações sociais mediadas pelo

dinheiro e o tempo-espaço regulados geralmente por forças externas, tais como o capital e os grandes aparelhos burocráticos do Estado, entre outros.

Este modelo entra em crise no final da década de 60, quando se revela sua incapacidade de transitar linearmente por etapas como se havia pensado: um crescimento econômico sem limites, inclusão plena da força de trabalho e insaciabilidade no consumo através do tempo. Sobre suas causas se alegam múltiplos fatores, a título de exemplo apontaremos alguns deles:

- Com respeito à organização do trabalho, o sujeito fordista entrou em processos de mecanização, alienação, sabotagem, que trouxeram paralizações de produção na fábrica, gerando custos adicionais que afetaram a valorização do capital.
- A nível social, a coisificação do sujeito pela sociedade de massas, a comercialização de serviços sociais regulados por castas burocráticas estatais, avivaram ainda mais o desejo do sujeito-objeto fordista de buscar formas alternativas que reivindicaram a capacidade do sujeito de inventar seu próprio destino, o que trouxe consigo uma perda de legitimidade dos valores agenciados por este modelo.
- A ilimitada exploração dos recursos naturais em áreas do crescimento econômico, trouxe consigo uma destruição da natureza e do meio ambiente, com um alto custo não apenas para o capital, senão também para a humanidade.
- Modernização em detrimento de saberes e experiências tradicionais locais. Neste sentido Harvey (1999) agrega que para o terceiro mundo, este processo que anunciava a emancipação da humanidade de suas necessidades – encarnada no modo de vida dos países altamente desenvolvidos –, na prática, promoveu a destruição de culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de lucros mínimos em termos de padrão de vida e serviços públicos, a não ser para a elite nacional mais comprometida que decidisse colaborar ativamente como capital internacional. O que significou, para o caso da América Latina, é que a integração cada vez mais intensa ao sistema capitalista – apesar destes ventos favoráveis –, além de gerar instabilidade econômica e política, tal

como afirma Pinassi (2012), demonstra que a precarização de nossa classe trabalhadora nunca tem deixado de ser uma constante.

Mas não foram suficientes estas causas para contribuir à crise deste regime de acumulação. Durante as duas primeiras décadas, depois da segunda guerra mundial, os EUA foram a única potência industrial que escapou a seus efeitos e se fortaleceu tanto militar como economicamente, durante esta época, devido a que produzia mercadorias de maneira eficaz e barata, competindo com quem fosse, em qualquer lugar do mundo. Wallerstein (2007, p. 51) nos recorda um princípio fundamental do capital, em que *“não é suficiente com produzir, mas se requer que alguém compre o que foi produzido, para recuperar o capital de maneira ‘acrescentada’, que além de gerar seu valor no processo produtivo, se concreta na venda do produto ou mercadoria”*. Neste sentido, nos aclara, que o plano Marshall esteve orientado a reconstruir os países que ficaram praticamente destruídos pela guerra, na Europa, na Ásia e na União Soviética, o que simultaneamente permitiu criar seus potenciais compradores. Igualmente durante este período, com os EUA fortalecidos industrial e militarmente, as diferenças ideológicas entre o colosso do Norte e a União Soviética, se resolveram com o acordo virtual de Yalta, o qual levou a dividir a Europa, em duas zonas de influência, ficando os demais países sob o domínio dos EUA exceto a Coreia, no qual se pactuava que cada um podia fazer o que bem quisesse, e difundir abertamente sua ideologia, assim como denunciar a seu opositor.

Porém, o mundo não foi pacífico neste período, entre colossos vigiando-se mutuamente, muito pelo contrário, os países do terceiro mundo, tais como a China, o Vietnã, a Argélia e Cuba, continuaram seu caminho, delineando e concretizando seus próprios objetivos, desafiando o status quo que se encontrava sob o domínio norte-americano. Não está demais reiterar, que sob a ideologia da modernização e o desenvolvimento, acompanhado com a parafernália de satisfazer as necessidades dos famintos, nossos países instalados na linha de substituição de importações/industrialização e endividamento cada vez maior, também entraram nesta onda de crescimento econômico do imperialismo norte-americano, correndo caudais de lucro econômico em direção de suas casas matrizes.

A queda do fordismo, além das causas descritas anteriormente, também foi causada devido à competência dos países que os EUA contribuíram a reconstruir depois da segunda guerra mundial, os quais se converteram em seus mais severos encarniçados rivais comerciais, produzindo mercadorias de maneira muito mais eficaz que os próprios norte-americanos, configurando-se assim, cada um em líder em seu próprio mercado interno e rivalizando com os demais. Desta forma, a Europa, o Japão e alguns países do terceiro mundo, entraram a desafiar a hegemonia norte-americana e fizeram cair os acordos de Bretton Woods – onde o dólar era o marco de referência substituindo o ouro, para as transações comerciais –, o que produziu uma desvalorização do dólar. Esta situação levou a que todo o mundo produzisse mercadorias, o que trouxe elevada produção em relação com seus compradores, contribuindo desta forma à crise do capital, expressando-se na superprodução clássica: muita mercadoria circulando pelo mundo e poucos compradores. O que necessariamente repercutiu na queda da taxa de lucro, golpeando o princípio fundamental do capital: a maximização dos benefícios.

2.2 Restauração de poder de classe e pauperização do trabalho

Frente a este estancamento econômico mundial/subconsumo e/ou crise do SMC, consideramos que não apenas foi devido a estes fortes competidores que os EUA contribuíram a configurar durante sua consolidação e expansão do modelo fordista/keynesiano, mas igualmente, compartilhando com Harvey (1999), à incapacidade deste modelo fordista de conter as contradições inerentes ao capital, dada as suas múltiplas rigidezes enquanto a inversões de capital fixo, locação e contrato de trabalho estável devido ao poder da classe trabalhadora, aos compromissos do Estado frente às demandas da população (salário indireto), às relações do poder político entre o capital, o grande trabalho e o grande governo no qual cada um defendia seus interesses “*que solaparam em vez de garantir a acumulação do capital*”.

Tudo isso obrigou a entrar-se num novo período de racionalização, reestruturação e intensificação de controle do trabalho por parte do capital, na perspectiva não apenas de criar as condições para manter e perpetuar a “*maximização dos lucros*”, mas sim, e o mais

importante, garantir a reprodução sócio-metabólica na sociedade do capital, restaurando assim o poder de classe no comando das sociedades contemporâneas.

Então são tomadas, entre outras, as seguintes medidas, as quais se têm implementado de maneira diferenciada, mas sem trégua em cada país, de acordo à correlação de forças entre o capital e a classe trabalhadora e seu grau de cumplicidade seja como imperialismo norte-americano e/ou comunidade imperial.

Neste contexto de estancamento da economia mundial, que vem acompanhado com um desemprego e subemprego disparado, se assiste à implementação por parte dos empregadores, da modalidade dos contratos de trabalhos flexíveis. O que tem gerado uma queda do emprego regular e um aumento do trabalho parcial, temporal, subcontratado, e incremento do chamado eufemisticamente setor informal, que tem contribuído a aprofundar ainda mais a heterogeneidade na classe trabalhadora, que apresentam diferenças entre si com respeito a sua segurança social tanto como em suas taxas salariais. Meszaros (2009), analisando o irreconciliável antagonismo entre o capital social total e a totalidade do trabalho, nos aponta que justamente esta é a tendência no desenvolvimento do capital a nível mundial, a de igualar por um lado as taxas diferenciais de exploração e do outro, estabelecer diferenças objetivas de lucro. Ou seja, os capitalistas não obtêm as mesmas margens de lucro nos distintos lugares geográficos nos quais instalam suas firmas, mas que somadas, compensam os lucros. Por sua vez, tendem a heterogeneizar e homogeneizar a nível mundial o grau de exploração da força de trabalho, da qual não tem escapado nem mesmo os países potência. A maneira de ilustração, Chusodosky (2002, p. 10), nos demonstra como a partir da década de 80, se assiste a uma *“terceira-mundialização das cidades ocidentais”*, referindo-se com isso, ao incremento da pobreza nos guetos e bairros pobres da sociedade norte-americana, os quais infelizmente, pouco se diferenciam com os de nossos países do Terceiro Mundo. E agrega, que na década de 90, ainda que se *“registrou”* uma redução do desemprego nesse país, o número de pessoas que ocupam empregos de meio tempo, mal pagos se tem incrementado.

Com a contínua diminuição dos empregos de salário mínimo, grandes setores da população trabalhadora ficam expulsos definitivamente do mercado de trabalho [...]. Reestruturação econômica que tem criado por sua vez, profundas divisões entre classe sociais e grupos étnicos. O ambiente nas grandes cidades está marcado pelo ‘apartheid social’, a paisagem urbana tem se compartimentalizado seguindo linhas sociais e étnicas.

Igualmente, frente ao mercado de trabalho e mudanças na organização industrial, estas novas formas de subcontratação flexível, têm trazido consigo oportunidades para a formação de pequenos negócios, até antigos como domésticos, artesanal, familiar – a maioria das vezes, contam com um alto nível de participação das mulheres produzindo-se relações de cunho patriarcal e paternalista –, os quais já não são tomados como apêndices do sistema produtivo, tal como nos sugere Harvey (1999), mas sim, muito pelo contrário, como peças fundamentais do mesmo, para sua produção e reprodução.

Obviamente, isto tem tido fortes repercussões nos processos de mobilização e organização política, porque tem subsumido à totalidade da classe trabalhadora num “*mundo de ilhas*” fragmentadas e isoladas entre si, o que tem contribuído a debilitar significativamente tanto os processos de construção de identidade de classe como de negociação coletiva. É evidente que tais medidas neste nível, devem estar direcionadas para romper o poder sindical alcançado pela classe operária, no período fordista/keynesiano. Neste sentido, Marini (2008, p. 25) nos traz dados que refletem como entre as décadas de setenta e noventa, referindo-se aos países desenvolvidos, a tendência foi em direção à queda do índice de sindicalização da massa laboral na qual “*os EUA passou de 23% a 17%, a Grã-Bretanha de 42% a 40%, a França de 22% a 10% e o Japão, de 37% a 28%*”.

Desta maneira é categórico ao afirmar que temos à frente um processo de crescimento econômico, que não vem acompanhado com uma ampliação do emprego. O que foi evidente, para a maioria dos países da América Latina, que durante este período iniciaram um inacabado processo de desindustrialização de suas economias, as quais têm vindo acompanhadas com um incremento do setor informal, que se coloca acima dos 50%, agudizando-se as condições de vida de sua classe trabalhadora.

Villa (2000, p. 155-156), nos aponta para o caso da América Latina, como “[...] *ao longo dos anos oitenta, a pobreza urbana representava 80% do crescimento da pobreza e aproximadamente 48 milhões de novos pobres urbanos foram gerados*”. Neste sentido, nos afastamos do conceito da marginalidade que predominou durante os anos 60, nos quais os setores marginais eram vistos como alheios e inúteis, frente à acumulação do capital, sobretudo compartimos com este mesmo autor, que estes

[...] são funcionais a seu processo acumulativo. Eles servem como uma versão atualizada ainda que perversa do clássico “exército de reserva industrial” do qual falaram Carlos Marx e Engels [...]. Eles, estritamente falando, não são marginais, respeito a alguns dos mais avançados e centrais ramos da acumulação do capital [...] há uma clara diferença enquanto à identidade daqueles que atualmente são empurrados à pobreza e a daqueles que foram no passado.

Nos países do terceiro mundo, especialmente os latino-americanos, constatamos como as multinacionais estabelecem sistemas de produção fordista em massa que demandam uma grande quantidade de mão-de-obra feminina, altamente explorada e em condições de remuneração extremamente baixa e segurança de emprego negligente (HARVEY, 1999). Este autor novamente nos diz como as fábricas, em condição de exploração, norte-americanas instaladas na fronteira do México e levadas também às Filipinas, à Coreia do Sul, ao Brasil, agregamos a Colômbia e o Haiti, representam uma porcentagem significativa da força de trabalho em alguns destes países avançados. Neste sentido a flexibilidade laboral, tem sido uma estratégia orientada a reduzir os custos de produção, a partir de uma das variáveis mais caras nos processos produtivos, como é a do capital variável-força de trabalho, o que tem feito sempre o capital.

É indiscutível, que a estratégia dos países do centro, tem sido deslocar parte de sua indústria manufatureira até aqueles países que tenham não apenas mão-de-obra barata, mas sim, a mais barata, o que está tendo também repercussões nefastas para a demanda de força de trabalho em seus lugares de origem, como o descrevemos no parágrafo anterior. Mas a “*novidade*”, e estamos plenamente de acordo com a lúcida reflexão de Marini (2008), deste projeto na divisão internacional do trabalho, não é tanto a posição que nossos países ocupam no mercado mundial, mas sim, seu impacto ao interior da “*mesma força de trabalho*”.

Do que se trata agora é “*o da participação do trabalhador num verdadeiro exército industrial globalizado em processo de constituição, em função do grau da educação, cultura e qualificação produtiva de cada um*”, das quais vai depender sua “*estabilidade laboral*”, no que vale a pena agregar, os custos de sua formação têm sido trasladados a sua iniciativa individual (capital humano), a margem do Estado, o que está contribuindo ainda mais, a sua fragmentação sociopolítica (MARINI, 2008, p. 256-257). Mas qual é a vantagem dos países desenvolvidos? Além de manter um monopólio tecnológico, graças a sua superioridade em termos de pesquisa e desenvolvimento que tem logrado, nos põe a depender deles. Estão transferindo-se prioritariamente aos países atrasados, indústrias menos intensivas em

conhecimento e dispersando entre diferentes nações as etapas da produção das mercadorias, impedindo desta forma, o surgimento de economias nacionalmente integradas, como ocorreu nas décadas dos anos gloriosos. Neste marco, é que apenas podemos compreender o desmonte dos logros da descolonização sob os organismos multilaterais de Bretton Woods, regressando na divisão internacional do trabalho, à posição que predominava no século XIX, no qual as colônias trocavam matérias primas por manufatura, mas esta vez, sem “*tecido*” nacional.

Observando as transformações vividas em relação ao capital-trabalho nestas últimas décadas, vemos que não apenas se refere ao crescimento do setor informal, mas também à natureza cambiante do tipo de acumulação de capital, a qual é relegada em grande medida à América Latina e ao Terceiro Mundo na atual divisão internacional do trabalho. Neste sentido, compartilhamos com Gogol (2004) que o trabalho superexplorado é uma “*acumulação primária*” que não é subsequente ao “*capitalismo real*”, mas sim, perenemente simultânea a ele. Verdadeiramente, é um componente do “*capitalismo real existente*”.

Outra das características primordiais desta acumulação flexível, já não é uma produção em escala – que levava a ter altos volumes de produção em depósito para ser vendidos no mercado, incrementando seus custos –, mas sim, a produção em pequenos lotes sincronizada com a diversidade da demanda no mercado, a qual se produz sob a modalidade da subcontratação, tal como ilustramos anteriormente. Isto é possível, graças à incorporação de tecnologias de ponta, baseadas na informática e na robótica, o que tem permitido, tal como aponta Dietrich (2005, p. 138) “[...] *que os fatores mais importantes dos processos produtivos tais como o capital, a tecnologia e o saber produtivo (know-how), se desloquem com extraordinária mobilidade por qualquer lugar do globo terráqueo e, em muitos casos, em tempo real e instantâneo*”. O que tem contribuído a elevar os “*níveis de produtividade*” sem precedentes na história, demandando por um lado pouca mão-de-obra e trasladando os custos às pequenas e médias empresas, e por outro lado que as decisões e atividades econômicas se operem de forma imediata no tempo e no espaço, graças à configuração reticular (rede) da organização sócio-produtiva no sistema-mundo. Desta maneira, o lugar da informação precisa e atualizada é agora uma “*mercadoria*” muito valorizada, nos mesmos termos como foi o saber científico em tempos anteriores, constituindo-se em elemento chave na luta pela competência comercial. Hoje em dia, quem obtenha vantagens na área do

conhecimento a partir de algum descobrimento científico, terá a possibilidade de alcançar vantagens competitivas “*na guerra à morte*” do mercado global.

Estas mudanças na produção, no modelo da acumulação flexível, além do “*just in time*”, também têm trazido consigo giros no consumo. Os produtos da produção em massa fordista tinham longa durabilidade no tempo, por exemplo, para a geração da década de 60, os bens para uso doméstico (geladeiras, máquinas de lavar roupa, etc.), nos acompanhavam em grande parte de nosso ciclo de vida. Agora, a acumulação flexível reduz a quase a metade a vida útil destes produtos, submergindo-nos numa montanha ilimitada de desperdícios. Por isso, a mudança de regime de acumulação tem vindo também acompanhada com uma arremetida em termos subjetivos orientada à configuração de uma nova estética, a qual permeia todos os âmbitos da vida social, levantando valores como a competência, o individualismo, a efemeridade, a descartabilidade, o ter acima do ser, o que leva alguns ensaístas sociais (HARVEY 1999; AGUIRRE, 2009), afirmar em que estes tempos (que alguns chamam de pós-modernidade) se caracterizam justo, pela emergência de um novo padrão de vida sociocultural: no que nada permanece e no que tudo vale. Erigindo assim, a imagem do “*american way life*” como o horizonte de nossas aspirações.

Finalmente, frente à queda da taxa de lucro na produção, grandes capitais se volcam à esfera financeira, para obter lucros substitutivos a partir da especulação. É tal a magnitude deste novo negócio, que Meszaros (2009) nos ilustra apoiando-se em dados quantitativos, como este sistema financeiro se inflou três vezes acima da economia real, nas últimas duas décadas (de US\$ 48,1 quadrilhões de bens e serviços, produzidos e comercializados a US\$ 151,8 quadrilhões de bens financeiros, ações, títulos e depósitos), gerando uma crise de alimentos no mundo, num momento, em que o sistema capitalista se encontra em todo seu vigor produtivo. Chesnais (2003, p. 47), chama esta nova maneira de “*fazer negócios do capital*”, *regime de acumulação com dominância financeira. Com a qual designa “uma etapa particular do desenvolvimento do imperialismo, compreendido pela dominação interna e internacional do capital financeiro”* (CHESNAIS, 2003, p. 47), no qual produzir mais valor se realiza quase de maneira “autônoma e independente” dos processos de produção e de outras frações do capital.

Questão que já havia vislumbrado Marx, na dinâmica evolutiva do capital, como nos recorda este mesmo autor

[...] exatamente porque a figura monetária do valor é sua forma autônoma, palpável, de manifestação, a forma de circulação D-D', cujo ponto de partida e ponto de chegada é o dinheiro real, expressa de modo mais palpável o motivo condutor da produção capitalista de fazer dinheiro. O processo de produção aparece apenas como elo inevitável, como mal necessário, tendo em vista fazer dinheiro. Todas as nações de produção capitalista são, por isso, periodicamente assaltadas pela vertigem de querer fazer dinheiro sem a mediação do processo de produção. (MARX, 1984, p. 44 apud CHESNAIS, 2003, p. 47).

Ou seja, produzir uma maior valorização de capital, não “*passa*” pela via longa da inversão nos processos produtivos que se condensa na fórmula D-M-P-D' (dinheiro, mercadorias, valor agregado das mercadorias e dinheiro acrescentado), senão que o crescimento do capital se reduz à equação Dinheiro-Dinheiro acrescentado (D-D'). Que em termos simples, é buscar o crescimento do dinheiro através do crédito, e/ou capital fictício como o chama Harvey (2004), que são atividades econômicas que não criam nenhum tipo de bem material, mas vivem parasitariamente de quem o produz (a classe trabalhadora), convertendo-se num obstáculo para o processo de crescimento.

Esta estratégia de acumulação de capital (dada a sua centralização e concentração em alguns países imperiais) tem trazido consigo não apenas a formação de novas camadas sociais que vivem destas “*retiradas financeiras sobre o valor*”, mas sim, a configuração de um corpo institucional internacional encarregado de criar as condições para garantir sua produção e reprodução através do tempo e do espaço, tais como o banco mundial (BM), o fundo monetário internacional (FMI) e a organização mundial do comércio (OMC).

Chesnais (2003, p. 52-53), é contundente ao apontar que este regime sob as finanças é produto dos países capitalistas avançados como os EUA e o Reino Unido, graças, entre outros fatores, às derrotas sofridas pela classe operária nos países ocidentais. Agregando que

[...] não é mundializado no sentido que engloba o conjunto da economia mundial numa totalidade sistêmica. Inversamente, ele é efetivamente mundializado no sentido em que seu funcionamento exige, a ponto de ser inerentes a sua existência, um grau bastante elevado de liberalização e de desregulação não somente das finanças, mas também para a inversão estrangeira direta (IED) e para as mudanças comerciais.

No consenso Washington (formalizado na Europa pelo tratado de Maastricht), no qual participaram os organismos internacionais de Bretton Woods, o grupo G-7, alguns

economistas Latino-americanos, presidido pelos EUA e apoiado depois pela OMC, traçaram as “*recomendações*” que vão nesta direção, as quais se implementam em todos os lugares, como camisa de força, para os países que “*decidam*” ingressar ao “*competitivo*” mercado internacional. Os quais devem comprometer-se em levar a cabo, sob a fiscalização do FMI e BM: “[...] *uma disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, inversão estrangeira direta, privatização das empresas do Estado, desregulação e propriedade intelectual*” (MONTAÑO, 2005 p. 29).

Medidas que, consideramos, vão encaminhadas para que os países potência, especialmente os EUA, ganhem uma maior posição no mercado mundial, não tanto pelo nível de produtividade alcançado por seu “*boom tecnológico*”, como nos fazem crer alguns estudiosos, mas como resultado destas condições permissivas, que permitem ao imperialismo norte-americano e seus aliados regionais (a América Latina e a Colômbia em particular), obter uma grande produtividade do capital a partir da alta taxa de exploração tanto da força de trabalho como da natureza.

A partir do planteado até aqui, observamos como através da história do sistema mundo capitalista (SMC) – não é demais reiterar que se inaugura desde a chegada do invasor europeu a terras americanas –, durante sua curta vida, tem apresentado crises cíclicas produto de suas contradições internas a partir da relação antagônica entre o capital e o trabalho. As quais têm tido repercussões tanto em seu crescimento econômico como na queda da “*taxa de lucro*”, o que se converte na “*principal dor de cabeça*” dos capitalistas, o que os leva a buscar sempre saídas, para otimizar a nível individual, seus benefícios e a nível coletivo, assegurar a acumulação contínua, imperturbável e incessante do capital. Esta imperiosa necessidade, tem levado a que o capitalismo seja “*supremamente revolucionário*”, para lidar com as tensões – produto da contradição entre capital e trabalho –, tanto em termos tecnológicos como organizacionalmente. Desta maneira, frente ao estancamento da economia-mundial, se tem utilizado várias estratégias – sempre sob o princípio orientador de manter ou aumentar seus benefícios econômicos –, entre as quais se destacam:

- A mobilização da população trabalhadora de um lugar a outro, recorrendo a fluxos migratórios, legais como ilegais, tanto a nível nacional como internacionalmente.

Com o propósito de incrementar o exército industrial de mão-de-obra de reserva, a qual tem repercussões contundentes na queda do salário real, em termos globais. Neste sentido afirmaríamos categoricamente que o desemprego, a informalidade, a fome, etc., são próprios à lógica de acumulação de capital.

- Desruralização, o que tem consistido em criar novas localidades urbanas de produção, com o propósito de enganchar mão-de-obra barata não qualificada, e assim gerar ingresso familiar e consumo, levando a reativar o sistema capitalista, e no cenário mundial, representam custos mínimos de trabalho industrial. Na Colômbia a partir do acelerado processo de crescimento urbano (implementação do modelo de substituição de importações/industrialização e deslocamento forçado), na década de setenta, as políticas nacionais estiveram orientadas a desenvolver e fortalecer esta estratégia, com as chamadas cidades de médio porte.
- Transladar custos de produção, às unidades familiares, às pequenas e médias empresas, sob a modalidade da subcontratação, o que tem significado para a classe trabalhadora e setores populares, um retorno aos inícios da era industrial no século XIX, caracterizada por sua sobre-exploração, sem distinções de “*pátria*”, credo, gênero e idade.
- E por último, as estratégias em termos políticos, encaminhadas a conter e regular os fatores que ameaçam ao sistema capitalista, que depois de seu triunfo na revolução francesa de 1848, a classe trabalhadora se constituiu em seu principal temor. Desde então, não tem cessado na criação de mecanismos para contê-la e regulá-la, desde a abertura de espaços para a participação política – a inícios do século XIX –, com a institucionalidade criada pelo pensamento liberal. Como as medidas atuais, que detrás do discurso do neoliberalismo, ao que realmente se assiste, é a tentativa contrarrevolucionária dos conservadores de todos os lugares, de voltar atrás, não apenas às conquistas logradas pela classe trabalhadora nos trinta anos gloriosos, senão o mais importante, gerar cada vez mais sua maior fragmentação, sob a perversa lógica, de “*oferecer*” segurança laboral e social, ao trabalhador vinculado ao grande capital. O que coexiste ao lado, com o trabalhador precarizado, informal, desqualificado, que não conta com nenhum tipo de segurança.

Este processo de reestruturação do capitalismo, realmente contribuiu para resolver a crise? Para refrescar a memória, temos planteado que quando se apresenta uma superprodução de excedentes tanto de capital (mercadorias, moeda, instalações produtivas) como de trabalho, que não logram ser absorvidos novamente na circulação de capital para sua valorização, falamos de crise. O êxito no período de pós-guerra para sortear a mesma, foi devido a que o capital pôde integrar a sua órbita novos recursos tanto geográficos como humanos, reprimidos ou latentes, em seu processo de auto-expansão alienada. O que entendemos, foi possível, porque as tensões entre as diferentes dimensões do capital – produção, consumo e circulação/distribuição/realização – apenas afetaram a uma ou várias de suas partes, sem “bloquear” o sistema em sua totalidade.

Concordamos, com Meszaros (2009, p. 799), que estamos enfrentados hoje em dia, a uma crise estrutural do sistema, na qual “[...] *a tripla dimensão da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema*”. Crise que se manifesta, para ilustrar apenas um aspecto – pois está relacionada com todas as dimensões da vida em si mesma –, como “*a própria produtividade crescente do capital entrou para conflitar com a exigência de ampliação da força de trabalho ou de mantê-la estacionária*”.

Nesse sentido, assistimos a um galopante desemprego estrutural, no qual se condenam a milhões de seres humanos a sua inatividade humana, à exclusão, miséria e pobreza, “*deixando sem piso*”, pela contundência dos fatos, os discursos legitimadores e justificativos da razão de ser do capitalismo. Apoiando-nos na aguda análise de Meszaros (2009, p.85), o problema de fundo da crise, não é tanto pela capacidade do capital para sorteá-la de maneira eficaz, mas sim, a “*natureza da sua produtividade: uma produtividade que necessariamente define a si mesma por meio do imperativo da sua implacável auto-expansão alienada como produtividade destrutiva, que sem cerimônia destrói tudo o que esteja em seu caminho*”.

Nesta ordem de ideias, diríamos então, que o capitalismo não tem resolvido a crise, e sim que a dilui no tempo, vendo-nos enfrentados não a uma crise cíclica, e sim estrutural, que tem as seguintes características, parafraseando ao mencionado autor: tem um caráter universal, na qual envolve as distintas dimensões da realidade social (ambiental, comercial,

econômica, financeira, etc.), sua cobertura é mundial, não redutíveis nem ao âmbito local, regional ou nacional, portanto é muito mais ameaçadora. A diferença das anteriores, que tiveram um caráter cíclico, esta crise é extensa, contínua e permanente. Por último, “*as convulsões mais dramáticas ou violentas não podem ser excluídas no futuro*” (MESZAROS 2009), pois não podemos esquecer, que as duas guerras mundiais, desempenharam um papel fundamental na reabsorção de excedentes na circulação do capital e tal ameaça está latente.

Portanto, é evidente que a dominação do capital tem alcançado um desenvolvimento tão alto, no qual não há lugar no planeta terra que logre estar à margem de sua racionalidade e sua tendência a converter tudo em mercadoria (natureza, relações e atividades sociais). Sem querer dizer com isso, que não exista outro tipo de racionalidades na configuração de tecidos e tramas de relações sociais, que se resista a seu projeto homogeneizador e destrutivo, mas é inegável que ninguém se encontra por fora deste predominante, renovado, contraditório e complexo sistema capitalista. Também, e estamos de acordo com Aguirre (2009), Wallerstein (2007), não existe uma força social que possa atribuir-se hoje em dia, como a única portadora de uma alternativa de ruptura viável, de transformação radical do mesmo. Muito pelo contrário, neste terreno, o que impera é uma ampla e variada expressão de formas e conteúdos de insurgência popular, que se gestam, não apenas ao redor das contradições entre o capital e o trabalho, mas sim, sobre outros conflitos sociais inerentes às novas estratégias de acumulação de capital, para enfrentar a sua crise estrutural.

O que nos remete, à discussão sobre a posição hegemônica que possui os EUA na atualidade, na qual logramos identificar duas versões, seguindo as dicas que dá Ornelas (2008): aqueles que sustentam que os EUA não têm o poder hegemônico que adquiriu pós-segunda guerra mundial, dadas as forças que disputaram seu poder em termos econômicos, sem que haja emergido um rival que houvesse desafiado seu predomínio. Misas (2003) reflete esta situação, do evidente declínio dos EUA, no comércio mundial de manufaturas entre as décadas de setenta e oitenta, nas quais o Japão passou de 6,2% a 12,2%, os países da nova industrialização da Ásia (os chamados quatro dragões), passaram de 1,5% a 6,1%, a Alemanha aumentou sua participação, enquanto que os EUA decaíram de 16% a 10%, passando a ser um país importador, com crescente déficit em sua balança comercial.

Outros que argumentam, fazendo um chamado ao “*caráter multidimensional da hegemonia*”, que foi significativo este retrocesso do imperialismo norte-americano no plano

do econômico, mas em termos militares e culturais, não têm perdido seu predomínio absoluto; muito pelo contrário, as guerras no oriente médio, assim como a difusão pelo mundo do estilo de vida da sociedade norte-americana, são provas suficientes, que não requerem de maior demonstração.

Nosso interesse, não é aprofundar este debate, apenas apontar o contexto atual que nos permita situar o papel que em particular desempenha nossa sociedade colombiana, que nas últimas décadas, vive uma drenagem contínua tanto de seus recursos naturais, econômicos como humanos. A partir da implementação do modelo de acumulação por desapropriação, como o chama Harvey (2004), em que medidas tais como: expulsão de camponeses de suas terras, privatização de empresas públicas, apropriação de recursos naturais como a água, a biopirataria, a sobre-exploração da força de trabalho (flexibilidade e informalidade), vão orientadas a gerar sua desvalorização para ser imediatamente absorvidos na circulação do capital. Tudo isto, consideramos, está permitindo-lhe ao imperialismo norte-americano, obter altas taxas de produtividade, o que possivelmente está contribuindo a que logre uma melhor posição no competitivo mercado mundial, e retomar assim a perda “*relativa*” de sua hegemonia.

Para finalizar, poderíamos dizer que a reestruturação do sistema metabólico de produção do capital em sua totalidade, está criando as condições para que seu processo de acumulação continue sobre uma nova base econômica, política-cultural e social, que de maneira resumida tem consistido:

- A nível tecnológico. Assiste-se a uma revolução microeletrônica articulada à máquina ferramenta, redes informáticas, etc.
- No social. Agenciam-se novos padrões de consumo e de valores, tais como o individualismo, a competência, o conforto baseado no quantitativo, etc.
- No produtivo. Impulsa-se a produção flexível, descentralizada e horizontalizada, que alguns autores o chamam de modelo japonês ou toyotismo.
- Nas relações laborais. Assiste-se à compressão da taxa salarial, à novas modalidades de contratação laboral-flexibilização, primando a descentralização e a atomização produtiva.

- Nas relações de classe. Aprofundam-se processos de heterogenização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. Trazendo consigo um retraimento da mesma, institucionalizando-se um novo tipo de dominação-subordinação.
- Como Estado-nação. Assiste-se ao desmonte do estado de bem-estar e por sua vez, a uma maior intervenção na área econômica. No qual se presencia uma redução do mesmo em termos de prestação de serviços sociais e simultaneamente se afiança um Estado ao serviço das empresas nacionais e transnacionais, que alguns chamam um “*Estado de providência das empresas*”.

Desta maneira, podemos fazer notar então que estas medidas, como sustém Sousa (2002), são respostas do capital orientadas à difusão social da produção e ao isolamento político do trabalho, com o qual coincidimos quando afirmamos no parágrafo acima, que tais medidas têm um caráter eminentemente conservador orientado a voltar atrás as conquistas da classe trabalhadora como seu poder político alcançado durante o período fordista/keynesiano, o que foi válido tanto para os países hegemônicos do centro, como para os periféricos e suas singularidades históricas.

É inegável, como a partir do pleno boom dos “*tempos dourados*”, o imperialismo norte-americano, em sua dinâmica de expansão das relações do capital, promoveu os processos de modernização econômica na América Latina, na qual a Colômbia desde a sua particularidade histórica entrou, gerando a partir deste momento, um processo acelerado de urbanização, que alcança seu ponto mais alto na década de cinquenta. O que foi realizado, principalmente, a partir do deslocamento forçado da população do campo para a cidade, através do exercício da violência. A “*população objeto de nosso estudo*” não escapou a seu impacto, sendo expropriados de suas terras, nas zonas de colonização agrárias que foram promovidas na década dos anos 50 e 60. Neste sentido, diríamos que foram vítimas da aplicação do modelo de acumulação primária e/ou desapropriação, atingindo-os duplamente; não apenas porque lhes arrebatarem os meios de produção que lhes permitiam se auto-reproduzir individual e coletivamente, mas sim, que em sua nova condição de moradores urbanos (sem teto e informais) assistem ao processo de desmonte paulatino e privatizador das conquistas sociais logradas pela classe trabalhadora, que começaram a implementar as

elites colombianas a partir da década de 70, e que ainda não termina. Isto será objeto de discussão no seguinte capítulo.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DO DESLOCAMENTO NA COLÔMBIA: A MORADIA COMO EIXO DA QUESTÃO URBANA

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem e sim sob as circunstâncias que encontram legadas e transmitidas pelo passado. (MARX, 1969, p. 17)

Sem lugar a dúvidas, a população de Polvorines (objeto de nosso estudo) tomou a decisão de “*assentar-se*” na zona de ladeira da cidade de Santiago de Cali, o que fizeram sob as circunstâncias socioeconômicas e políticas alheias a sua vontade. Neste capítulo, pretendemos compreender quais foram as transformações que neste sentido viveu a sociedade colombiana como totalidade, durante o século XX. Detendo-nos em analisar, o processo urbanizador que se gestou ao redor do avanço de nossa modernização econômica, através da estratégia da industrialização via substituição de importações. Neste sentido, salientamos e talvez seja nossa particularidade histórica, que tal processo esteve determinado de maneira significativa, pelo deslocamento forçado da população das colonizações agrárias desenvolvidas durante a década de cinquenta e posteriormente, a de oitenta. O que vem acontecendo sob o exercício sistemático do uso da violência, como mecanismo de poder, para reconfigurar as relações de propriedade e domínio de classe em tais territórios e simultaneamente articulá-los aos circuitos econômicos do capital tanto a nível subnacional, nacional como transnacionalmente, sob a égide do imperialismo norte-americano.

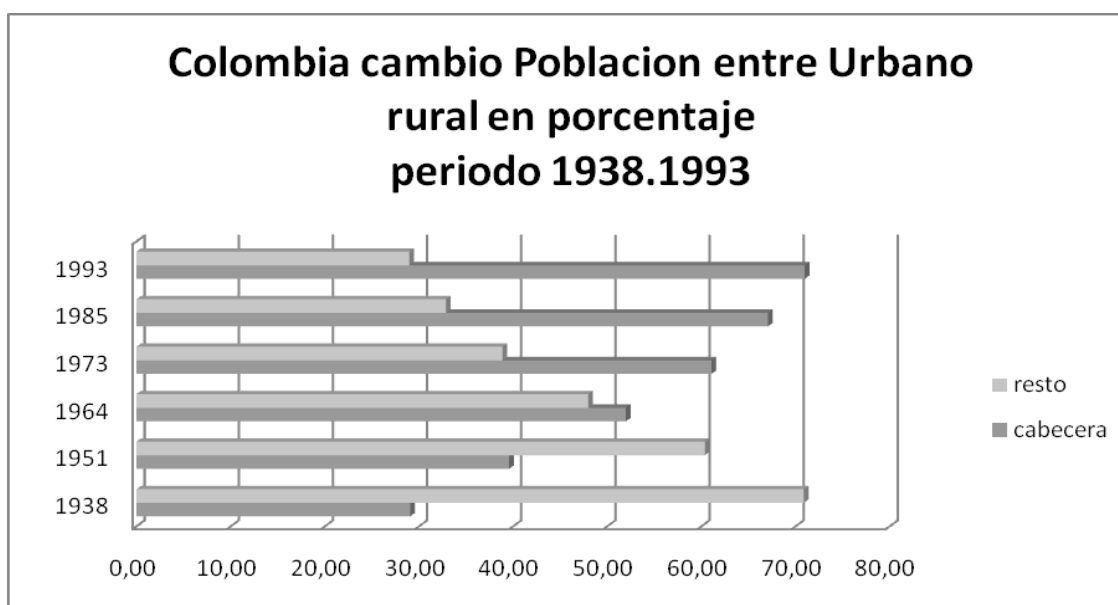
Igualmente, procuramos demonstrar o tratamento realizado pelo Estado colombiano às graves sequelas da questão social que trazia consigo nosso frágil processo de industrialização. Enfatizando, na sequência das políticas sobre a moradia, em seu trânsito de ser um direito a converter-se em mercadoria, a partir da implementação das políticas de ajuste estrutural que se iniciam a princípios da década de setenta, no país. O que tem tido um impacto negativo para a maioria da população colombiana, a qual simultaneamente levaram a cabo, processos de luta no âmbito urbano, para disputar-lhe ao capital, também entre outros direitos, o direito à cidade. Neste sentido, consideramos que as questões abordadas

neste capítulo, foram muito importantes para nossa pesquisa, porque nos permitiram conhecer aspectos tais como a procedência da população objeto de nosso estudo (expulsadas das zonas de colonização agrária); além de outras causas que as impulsaram a migrar para a cidade. Também, compreender um pouco nosso legado sociocultural, que nos permite entender as práticas coletivas que fizeram os moradores do bairro Polvorines no processo de colonização urbana na zona de ladeira da cidade de Santiago de Cali.

3.1 Antecedentes históricos

O século XX foi para a Colômbia um período de intensas mudanças, principalmente a partir dos anos cinquenta. Para o caso do crescimento de sua população, praticamente se multiplicou dez vezes neste período, passando de quatro (4) a quarenta e dois (42) milhões de habitantes e, ao mesmo tempo, deixando de ser um país rural para converter-se num país urbano.

Gráfico 1: Percentual da variação da população urbana e rural na Colômbia no período 1938-1993



Fonte: “Cambios Socio-demográficos en Colombia 1993-2005” - Sardi Perea Edgar (2008)

De acordo com o Gráfico 1 e a informação que nos brinda Palacios, (2008, p. 553), Cuervo e Jaramillo (1987, p. 356), pode-se observar, que para o ano de 1938, a Colômbia, contava com 8,7 milhões de habitantes, dos quais 31% habitavam nos centros urbanos dos municípios. Desde meados do século, a população havia alcançado uma cifra de 11,5 milhões de habitantes, morando 39% no perímetro urbano. Uma década depois, a população havia crescido até 17,4 milhões de pessoas, habitando 52% na urbe. No começo da década de 70, alcançávamos a cifra de 22,8 milhões de habitantes, dos quais, quase 60% moravam nos centros urbanos. Desde meados da década de 80, chegávamos a 30 milhões, com um 65% morando na urbe. Já para 1993, apesar de que o crescimento demográfico seguia em aumento, a aceleração da concentração urbana se fazia mais lenta: a Colômbia já contava com mais de 37,6 milhões de pessoas, das quais 68% se encontravam nos centros urbanos.

De acordo com os dados anteriores, podemos dizer que a Colômbia, e é sua característica particular, a diferença dos países latino-americanos, viveu um acelerado processo de crescimento demográfico, marcado por períodos ascendentes, (1951-73), para logo cair num processo descendente durante os cinco primeiros anos da década de noventa. Palacios (2008) sustém que tal transição populacional esteve determinada por práticas sociopolíticas e transformações econômicas como culturais que incidiram nos níveis de fertilidade, mortalidade e expectativa de vida da população colombiana.

Observamos, sem desconhecer que se melhorou em termos de redução da mortalidade entre estes períodos, que ainda se registravam para finais da década de 90, óbitos da população infantil por doenças perfeitamente evitáveis, e que estavam estritamente relacionadas com as condições de pobreza nas quais se encontrava 59% da população; ou seja, doenças infecciosas e parasitárias, que tinham que ver com a qualidade do entorno no qual se habitava. O que necessariamente nos remite, às sequelas da questão social, que trazem junto consigo, tal como sustém Mota (2006), o desenvolvimento do capitalismo e suas forças produtivas, dos quais, o país não foi a exceção. Já, para as duas últimas décadas do presente século, as principais causas de mortalidade para a população que se encontrava na idade entre 16 e 30 anos, foram os homicídios, que ocorreram e continuam ocorrendo, nas principais cidades do país: Cali, Medellín e Bogotá.

Vemos como o processo iniciado na década de cinquenta segue seu curso e para a década de 90, se viveu uma diminuição nas taxas de fertilidade devido ao programa de

planificação familiar impulsionado pelo Estado, no qual a Colômbia e especialmente sua classe média, foi pioneira na América Latina em interiorizar tais métodos, nos quais se estabelece uma separação radical entre sexualidade e procriação. Segundo Palacios (2008), a pílula anticonceptiva, trouxe consigo a abertura a novos valores e condutas sociais, que contribuíram a reformular, entre outras práticas: as relações entre gêneros, o tamanho da família que se desejava, a participação da mulher na educação de ensino médio e superior e ao mundo do trabalho tanto formal como informal. Mas este mesmo comportamento, não se expressou nos setores mais pobres da população, nos quais se alegam causas socioeconômicas para a queda da fertilidade. Sem desconhecer a importância do anterior, consideramos que a heterogeneidade sociocultural da sociedade colombiana incide no comportamento sobre esta variável demográfica, como é demonstrado no estudo pioneiro sobre as famílias na Colômbia, realizado por Virginia Gutiérrez de Pineda.

Nesta mesma década, a partir da segunda metade do século XX, se observa como a Colômbia viveu um acelerado processo de urbanização, o que novamente se repete a meados dos anos 80. É importante ressaltar que durante o período de 1951 a 1964, se inicia na Colômbia, o fenômeno sociopolítico conhecido como a Violência – que daqui em diante será usado com maiúscula, para referir-nos a distintos momentos históricos, o que desenvolveremos mais para frente –, a qual além de contribuir em transformar as relações de propriedade nas zonas de colonização agrária ocorridas entre as décadas de quarenta e cinquenta, gerou mais de 300.000 mil mortos e deslocou quase 2.000.000 milhões de pessoas do campo para as cidades, incidindo nos processos de reconfiguração territorial e urbana.

Na análise que realiza Sardi (2008), sobre mudanças populacionais, não dá conta nem do deslocamento dos anos cinquenta nem dos mais recentes da última década do século XX, como fator a ter em conta na urbanização do país. Porém, outras fontes como a “Universidad Nacional de Colombia” em sua página web de Meio Ambiente e Ecologia reconhecem que *“Este amplo mosaico demográfico atual do país somente pode explicar-se mediante a interação de diversos fatores como migração interna, densidade populacional, violência e desemprego”*¹.

¹http://www.virtual.unal.edu.co/cursos/ciencias/2000088/lecciones/seccion4/capitulo09/04_09_01.htm

Porém, neste trânsito de país campesino para país “de cidades”, que ainda não termina, a Colômbia, a diferença de alguns países Latino-americanos, em seu processo urbanizador não se configurou ao redor de um só centro nacional como pode se observar nos casos da Argentina, do Chile e do Uruguai. Muito pelo contrário, sua rede urbana se foi constituindo, coincidindo com Palacios (2008), ao redor de quatro grandes regiões, as quais contam com suas respectivas capitais, subcapitais e um conjunto de centros regionais, que este autor cataloga de principais como de secundários (ver Quadro 1).

Quadro 1: Hierarquia urbana e regional por volta de 1970

HIERARQUIA URBANA E REGIONAL POR VOLTA DE 1970				
HIERARQUIA URBANA	REGIÃO CARIBE	REGIÃO ANTIOQUEÑA SUDOESTE	REGIÃO CAUCANA	REGIÃO LESTE
METRÓPOLE NACIONAL				Bogotá
CAPITAIS REGIONAIS	Barranquilla-Soledad	Medellín- Itagüí-Bello-Envigado-La Estrella	Cali-Yumbo	Bogotá-Soacha
CENTROS REGIONAIS PRINCIPAIS	Cartagena Santa Marta	Manizales-Villa María Pereira-Santa Rosa		Bucaramanga, Girón, Florida Blanca.
CENTROS REGIONAIS SECUNDÁRIOS	Montería Ciénaga Sincelejo Valledupar	Armenia	Palmira Pasto Buenaventura Buga Tuluá Cartago	Cúcuta Ibagué Neiva Girardot Barrancabermeja Villavicencio Tunja Sogamoso Nobsa Duitama

Fonte: Palacios, Marco e Sanford (2008, p. 556).

Regiões, que têm mantido certo equilíbrio de sua rede urbana desde a década de setenta. Concordando com Palacios (2008) que as mudanças demográficas ocorridas depois de 1973 até 1985, não impactaram por igual às grandes cidades do país, como foi o caso de Bogotá, Medellín ou Cali, que a diferença da primeira que teve uma diminuição populacional, esta última presenciou um aumento de sua população num 10% anual.

Com respeito ao motivo da migração, durante os períodos nos quais se incrementa a urbanização na Colômbia, subjaz em sua análise, que estes foram principalmente por

motivos econômicos, instalando-se na tese – que sustém grande parte dos estudiosos do tema –, que a industrialização das grandes cidades é um foco atraente aos migrantes, para melhorar suas precárias condições de vida, que se apresentavam em seus lugares de origem.

Sem desconhecer o anterior, consideramos, e em sintonia com Harvey (2005), que estes processos de migração-deslocamento, estiveram e têm estado estreitamente relacionados com os processos de expansão e intensificação das relações de capital, que durante as décadas de 60-70, foi necessário integrar e consolidar as áreas de colonização agrícola aos circuitos econômicos regionais e internacionais. O que foi levado a cabo através do uso da violência, com a qual se lhe arrebatarem os meios de produção ao pequeno camponês, expulsando-o para as áreas periurbanas das grandes cidades. E desta forma, se assiste ao incremento da população excedente que, aliás, contribui à queda dos salários reais, favorecendo assim, a acumulação de capital. Desta maneira, a violência, não deve ser vista, como uma peça isolada da acumulação do capital, mas sim, muito pelo contrário, inerente a esta, como já o propusera Marx, no século XIX.

O produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser escravo ou servo de outra pessoa. Para vender livremente sua força de trabalho, levando sua mercadoria a qualquer mercado, tinha ainda de livrar-se do domínio das corporações, dos regulamentos a que elas subordinavam os aprendizes e os oficiais e das prescrições com que entravavam o trabalho. Desse modo, um dos aspectos é a libertação da servidão e da coerção corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos historiadores burgueses. Mas os que se emanciparam só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubaram todos os seus meios de produção e os privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam a sua existência. “E a história da expropriação que sofrera foi inscrita com sangue e fogo nos anais da humanidade” (2009, p. 829).

Processo, que novamente se repete, na década de 80, nas colonizações populares agrárias, levadas a cabo pelos camponeses sem terra, frente à tão anunciada e nunca realizada reforma agrária em nosso país.

Tal fato de migração forçada, que contribuiu a agudizar o problema do déficit de moradia na Colômbia, o que se tem caracterizado por não haver sido resolvido consistentemente pelos diferentes governos através de sua trajetória histórica. No que tem tido mais uma concepção da moradia como mecanismo dinamizador da economia para mitigar as sequelas sociais (desemprego, pobreza, aumento de favelas nas cidades), e conter

as lutas urbanas que vinham emparelhadas com o processo de modernização econômica, do que dar uma resposta real à necessidade efetiva da população.

Desta maneira, prover moradia foi em seus inícios a resposta para solucionar problemas de saúde, gerados pela gripe que sacudiu o mundo na segunda década do século XX, que o dar teto à nascente classe obreira já se insinuava, dado que o cultivo do café começava a jogar um papel fundamental no arranque da frágil indústria nacional.

A este primeiro período que vai de 1918 a 1942 se lhe caracteriza como com

[...] ênfase no higienismo. Em 1924 sob o mandato do conservador Pedro Nel Ospina Vásquez se criou o “Banco Agrícola Hipotecario”, que anos depois administraria à “Caja de Crédito Agrario Industrial y Minero” que seria a entidade encarregada da moradia rural na Colômbia (Ceballos, 2008, p. 27).

Em 1932 sob o governo de Enrique Olaya Herrera, liberal, se cria o “Banco Central Hipotecario” (BCH) cuja função foi definida como: *“o banco terá como único objeto fazer operações hipotecárias de amortização gradual a prazos de não mais de dez (10) anos.”* (CEBALLOS, 2008, p. 31).

O governo de López Pumarejo (1934-1938), apesar de ser um governo reformista não legislou amplamente sobre moradia; se ressalta a Lei que autoriza a constituição de patrimônios de família não embargáveis (Lei 70 de 1931) e a Lei 170 de 1936 pela qual se fomenta a construção de casas e granjas familiares para empregados e obreiros. Este primeiro período termina com o governo de Eduardo Santos Montejó (1938-1942) que criou o “Instituto de Crédito Territorial” (ICT), em 28 de janeiro de 1939. *“Para esta época o ICT estava presente em 80 municípios. O qual funcionou como um banco de crédito para financiar moradia rural, mas em 1942 foi autorizado a financiar moradia urbana”* (CEBALLOS, 2008, p.38).

A segunda fase, que vai desde 1942 até 1965, foi um período caracterizado pela institucionalização da ação do Estado frente ao problema da moradia, no qual se assiste a um acelerado processo de industrialização e urbanização, tal como o apontamos anteriormente.

Nesta fase se dá um decidido impulso às instituições criadas para fortalecer as ações para abordar o problema da moradia, tais como o “Banco Central Hipotecario” (BCH), a “Caja de Crédito Agrario, Industrial y Minero”, o “Instituto de Crédito Territorial” (ICT) e a

“Caja de Vivienda Militar”, fundada em 1947. Outro fato que apoiou este propósito foi o estabelecimento do subsídio familiar de moradia no ano de 1954.

Os anos cinquenta, indiscutivelmente, marcam uma mudança substancial na intervenção do Estado na Colômbia, para criar as condições na infraestrutura física e social que requeria a indústria nacional, devido ao fato de que passa a intervir diretamente em atividades tais como a dotação de infraestrutura básica, serviços públicos, segurança, defesa, transporte, etc., seguindo as orientações da CEPAL.² É a década do “boom” da modernização econômica, na qual é inegável que gerou um importante crescimento da economia a despeito de uma violência política, que tinha seu cenário principalmente nas zonas de colonização agrária. Ao respeito, nos comenta Aprile-Gnisset e Mosquera, (1978: 173) que não eram zonas deprimidas economicamente, muito pelo contrário, estas zonas agrárias haviam logrado um elevado nível na produção agrícola e na população rural (60% do total), constituindo-se num setor importante na economia agrícola do país.

Os governos da época, especialmente o do General Gustavo Rojas Pinilla, quem assumiu o poder depois do golpe de Estado de 1953, apoiaram as instituições que tinham a seu cargo executar as políticas de moradia; além disso, ele cria o “Instituto de Colonización e Inmigración”, que é necessário, dado que as elites haviam torpedeado os intentos de López Pumarejo, nos anos 30 para modernizar em alguma medida o setor agrícola, através da proposta de reforma agrária, bloqueada nessa época, pelo congresso da república. No futuro, esta seria utilizada apenas como dispositivo ideológico no discurso dos políticos de turno para cativar a população eleitoral. É assim, como desde os anos vinte “*o Estado promoveu a alocação de terrenos baldios em zonas de colonização, afastada da infraestrutura básica e dos centros de mercado, para sortear os conflitos pela alta concentração de terra em poucas mãos*”. (CORREDOR 1992. p, 108). O que tem sido uma constante histórica no país.

Entramos aos governos do “Frente Nacional” (1958-1974), período histórico, que faz referência aos acordos que por cima estabeleceram os partidos vedores do estabelecimento (liberais e conservadores), não apenas para evitar à violência dos anos 40, mas sim, para manter a “risca” a emancipação popular que de maneira desorganizada se expressou nesse período e que duas décadas depois aconteceria nas ruas das principais cidades do país.

² Ver Bhering R. “Política social no capitalismo tardio”, Cortez, 1998; Netto J. “Capitalismo monopolista e Serviço social”. Cortez, 2005.

Acordo bipartidário, que consistiu em repartir milimetricamente os cargos burocráticos estatais por um espaço de dezesseis anos, num ambiente de “*estabilidad macroeconômica*”, mas com um alto conflito social e armado.

Neste sentido, o governo do liberal Alberto Lleras Camargo (1958-1962) viveu definitivamente o fracasso de impulsar uma Reforma Agrária desde as instituições parlamentares (1959) e se apegou às diretrizes da aliança para o progresso impulsado pela administração Kennedy, que tentavam conter os ventos de liberdade que sacudiam toda a América Latina, depois do triunfo revolucionário do povo cubano ao romper com as algemas de dependência frente ao imperialismo norte-americano. Para o qual se realizaram alguns programas que novamente e indefinidamente pospunham as soluções estruturais para o país.

No referente à moradia, seu programa de governo “O Plano Geral de Desenvolvimento Econômico e Social”, viu que este era um problema relacionado com o subdesenvolvimento do país e não somente um problema de capacidade de construção, como apontava Currie L, em seu informe “*Operação Colômbia*”. Neste documento se concluiu que o problema da moradia era dramático, já que para 1951, nas áreas urbanas 29,8% não tinham sanitário e 50,6% careciam de chuveiros. Na zona rural, 88,7% não tinham sanitários e 97,6% não tinham chuveiros (CEBALLOS, 2008, p, 93). Portanto, não era um problema de quantidade, mas sim, também, de qualidade de moradia.

O quadro 2, nos mostra como o déficit de moradia na Colômbia não tem sido resolvido consistentemente, já que durante este período o déficit se mantém acima de 34%, para chegar a um pico em 1970 de 50,2%. Um estudo realizado pelo BID em 1995 e citado por “*vivienda clave de la recuperación en América Latina*” encontra para a data do estudo, um 40% de déficit de moradia para a Colômbia.

Quadro 2: Construção de moradia urbana no período 1961-1965
(em milhares de unidades)

ANO	Número de Famílias Constituídas	Moradias construídas			Déficit ao terminar o ano
		Público	Outros	Total	
1961	47.4	21.4	18.2	39.6	272.7
1962	48.9	20.5	20.0	40.5	281.1
1963	51.1	20.5	22	42.5	289.7
1964	53.3	22.7	24.2	46.9	296.1
1965	55.5	28.4	28.2	56.6	272.0

Fonte: “Vivienda Social en Colombia” (2008, p. 94).

Como já foi dito, o governo de Lleras Camargo acatou “*orientações*” da Aliança para o Progresso que o levaria a apoiar o Plano Decenal de Desenvolvimento, a falida Reforma Agrária, a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) e, portanto, a rejeitar o informe “*operação Colômbia*” do professor Lauchlin Currie, que preparou para o congresso norte-americano; no qual afirma que os problemas tinham que ver com a desigualdade crescente no ingresso, a dívida externa, fuga de capitais, o aumento do contrabando, o deterioro dos serviços públicos, o fracasso no emprego industrial (1961, p, 253-264). O que temos de ressaltar do informe “*operação Colômbia*”, que doravante, com algumas exceções, teve influência marcante na formulação dos planos de desenvolvimento nacional até a década de 90, é sua concepção do desenvolvimento capitalista para o país.

Frente a uma sociedade que assistia aterrorizada como chegava a população expulsa do campo à cidade, Currie, quem tinha em sua mente, o desenvolvimento econômico alcançado pelos países avançados, susteve, que o que havia que fazer, era incentivar a produtividade no campo (industrialização e tecnificação da agricultura) e com a população deslocada forçosamente, empregá-la através de um setor que impulsara a economia, como era a rama da construção em geral e a moradia em particular (que além do mais demandava mão-de-obra não qualificada). Portanto, para este autor, o crescimento ou o desenvolvimento de um país não estava determinado tanto pelo aumento da oferta (capital externo e importações), mas sim, em gerar uma demanda interna que expandisse o mercado, instalando-se nas teses keynesianas predominantes da época, apontadas no capítulo anterior.

Em síntese, para Currie, o problema agrário, se resolvia – não questionando a concentração e a expansão da propriedade da terra, mas sim incentivando a sua industrialização e tecnificação –, nas cidades, absorvendo a população deslocada através de um setor que impulsasse o crescimento econômico e a construção, o qual era o setor líder para lograr este propósito. Logo, traçou as orientações, para que a moradia deixasse de ser responsabilidade do Estado, para passá-la às “*livres*” forças do mercado.

Referente à moradia, frente a um déficit de 300.000 moradias, o “Instituto de Crédito Territorial” (ICT) respondia com apenas 18.280 destas, baseado no sistema de autoconstrução, que não garantia a qualidade da moradia (CEBALLOS, 2008, p. 127). Segundo os cálculos do professor Currie “*uma família demandava um mínimo de 1,5*

trabalhadores e podia reunir os recursos suficientes para cobrir os custos iniciais de sua moradia e uma amortização do crédito hipotecário num tempo de 15 anos”.

O mesmo informe reconhecia que era tão alto o déficit que ultrapassava a capacidade financeira das instituições da época, pelo que haveria que torná-lo atrativo para a inversão privada. Além disso, também se listava os seguintes obstáculos:

- 1 O alto custo da terra não melhorada.
- 2 A falta de fundos para pagamentos de quotas iniciais por parte dos demandantes de moradia de baixo custo.
- 3 Falta de fundos para hipotecas.
- 4 A dificuldade de administrar pequenos créditos.
- 5 As demoras legais e seus custos.

No seguinte quadro, mostra-se o déficit total de moradia para 1970, distribuído por cidades.

Quadro 3: A Colômbia déficit de moradia por cidades para 1970

CIDADE	NÚMERO DE MORADIAS FALTANTES	% DÉFICIT TOTAL URBANO
Bogotá	192.724	31,17
Cali	59.089	9,56
Medellín	61.596	9,96
Barranquilla	62.555	10,12
Bucaramanga	20.176	3,26
Cartagena	24.830	4,02
Outras Cidades	197.274	31,91
TOTAIS	618.244	100,0

Fonte: “Vivienda Social en Colombia” (2008, p. 117).

O período de tempo, desde a década de 70 até a década de 90, marca para a política de moradia um impulso muito importante, porque o governo do conservador Misael Pastrana Borrero (1970-1974) assume um país com grande agitação social apesar de que no econômico haviam condições favoráveis: o preço do café estava em alta, havia diminuição dos contratos sobre importações que deu como resultado um PIB em crescimento e se trocou

de concessões para contratos por associação no manejo do petróleo; porém, o êxodo do campo para a cidade não cessava porque as condições de violência continuavam e o governo decidiu arriscar com a construção como estratégia do crescimento econômico urbano, acatando as orientações contidas no informe “*Operación Colombia*”.

Ceballos (2008) estabelece que a política de atenção ao déficit habitacional e desenvolvimento urbano se centrou então em:

- Orientação da construção para uma demanda significativa com um importante fluxo de fundos.
- Atuação direta do Estado na atenção à população de menores ingressos, mediante subsídios.
- Assumiu-se a moradia como agente principal do desenvolvimento, pelo que o emprego e o aumento dos ingressos que gerava permitiam a um setor da população aceder a ela sem subsídios.
- Conjuntamente com a forma anterior de adquirir moradia, continuou o subsídio por entidades públicas, junto com um programa de moradias autossuficiente fortalecido.

As cinco cidades principais, que concentravam 28% da população, consumiam 71,2% dos recursos o que fazia com que o setor da construção aportasse apenas 3,3% ao PIB. Outras dificuldades que se enfrentavam tinham que ver com os limitados recursos dos demandantes, a inexistência de benefícios à comunidade, produto da valorização das moradias; a incapacidade dos mercados formais de adaptar-se às condições de instabilidade dos ingressos dos demandantes, um mercado de terras com alta especulação e sem retribuição econômica e a falta de um planejamento urbano que pudesse organizar as prioridades e intervir sobre os terrenos improdutivos.

Como parte integral do Plano de Desenvolvimento as *Quatro Estratégias*, sob o governo de Pastrana M, se criaram as “*Corporaciones de Ahorro y Vivienda*” (CAV) com o que se deu uma virada ao enfoque primordialmente público que até esta década havia imperado.

As CAV trabalharam com o sistema UPAC (Unidades de Poder Aquisitivo Constante) com os quais entraram a competir no financiamento de moradia, até que este sistema se impôs com a consequente diminuição do papel do Estado na construção de moradia de baixo custo. Neste sentido, paulatinamente, se transitou da moradia como um direito social ao de mercadoria, tal como sustém Rolnik (2012, p. 4) para ser produzido e adquirido no mercado, o que foi válido também para toda a América Latina.

Ao longo do período houve mudanças frequentes na regulamentação da atividade das corporações que foram assumindo o financiamento não apenas de moradia, mas sim, outro tipo de construções até chegar a uma crise que terminou com sua extinção em 1999, o que afetaria a milhares de famílias (375.000),³ que perderam suas moradias devido a que suas dívidas se volveram impagáveis.

Depois de criadas as CAV (Corporaciones de Ahorro y Vivienda) chega à presidência da república Alfonso López Michelsen (1974-1978), que assume em condições políticas favoráveis, mas com uma inflação desbordada que chegava a 23,7%. Este governo *“introduziu mudanças no manejo da UPAC que terminaram afetando aos poupadores pela redução da taxa de juros anual”* que somada à alta inflação desestimularam a poupança (CEBALLOS, 2008, p. 144).

Com as principais cidades crescendo a ritmo acelerado, a preocupação dos governos se centrava em tratar de mitigar a migração aos grandes centros urbanos, mas as condições das cidades pequenas e das zonas rurais eram de desatenção por parte do Estado, que via como esta avalanche incrementava a pressão sobre os serviços públicos, a especulação sobre a terra urbanizável, o que a sua vez, incrementava a segregação espacial e a pobreza nas cidades.

Somado a estes problemas, estava o fato da incapacidade do sistema econômico para responder à demanda pelo que se calculava que 50% da atividade construtora nas cidades eram clandestinas (CEBALLOS, 2008).

Sendo este panorama, o plano de governo de López para “Fechar a Brecha” propôs dois objetivos: racionalizar o desenvolvimento interno das cidades, para reduzir a marginalidade e fazer atrativas as cidades intermediárias para canalizar a migração em direção a elas. Para o qual se estabeleceu a necessidade de descentralizar tanto

³ Segundo o informe de Anupac em El mundo.com “a Upac deixou 3.000 suicídios” 20 de junho de 2009.

administrativamente, como financeiramente às capitais. Daqui surge a definição de uma política urbana para as cidades pequenas e grandes. O que respondia à estratégia, dada a liquidez da economia pelos bons preços do café e a aparição das atividades ilegais (empresários da cocaína), de investir em negócios rentáveis, por fora da atividade produtiva, como foi o caso do fornecimento em infraestrutura física e social, nas cidades intermediárias. Isto permitiu reabsorver excedentes de capital aos novos circuitos econômicos e ao mesmo tempo, contrabalançar a pressão por parte dos setores populares nas grandes cidades, o qual tinha efeitos sobre o incremento no salário indireto através das políticas sociais, as quais começaram a reduzir por pressão dos organismos de Bretton Woods.

Em 1977 são definidas as políticas do Instituto de Crédito Territorial (ICT) e se adota o salário mínimo urbano legal vigente como base para definir: os preços da moradia, os tipos de soluções, os setores de ingressos para atender os ingressos familiares para adquirir moradia ou crédito, as condições de crédito por setores e os subsídios discriminados. Além disso, o ICT definiu quatro tipos de planos:

- PLANO A: “Desenvolvimento progressivo de zonas subnormais de moradia”; com este plano se pretendeu integrar os bairros subnormais ao desenvolvimento urbano. Para pô-lo a funcionar se realizaram programas de legalização e redistribuição da terra, dotação de serviços públicos, melhoramento da moradia, entre outros.
 - PLANO B: “Construção de moradia para o desenvolvimento progressivo”; consistiu na entrega a seus proprietários de unidades básicas com cozinha, banheiro e quarto, para que terminassem sua adequação.
 - PLANO C: “Construção de instalações para serviços comunitários básicos”; esteve orientado para a construção de parques, escolas, centro de saúde e lugares de reunião para as comunidades.
 - PLANO D: “Melhoramento progressivo da comunidade”; este plano fez referência à construção de calçadas, zonas verdes e em alguns casos, ruas com paralelepípedos.
- (CEBALLOS, 2008, p.146).

Para o seguinte período presidencial 1978-1982, assume o mandato, Julio Cesar Turbay Ayala com seu plano de desenvolvimento Plano de Integração Nacional (PIN) o qual se apoiou em três pilares: segurança, emprego e produção. A maior parte de seu governo esteve sob a figura do estado de cerco militar, no qual pôs a operar o Estatuto de Segurança, com o qual se incrementaram as infrações puníveis, o aumento de penas e se deu mais poder às forças armadas (realizar procedimentos judiciais contra civis), as quais cometeram múltiplos delitos contra os direitos humanos.

Desta forma, se utilizou de maneira indiscriminada e incrementada, a repressão para conter as diversas manifestações de luta social que vinham se expressando em distintos cenários da vida nacional (a nível local e regional). Como foi o caso, da exemplificadora paralização cívica de 1977, na qual heterogêneas forças populares no âmbito do urbano paralisaram praticamente por quase dois dias a atividade econômica do país. Os que, além disso, puseram em evidência, outra forma de fazer política, recebendo o mesmo tratamento que se vinha dando à subversão armada, ao considerar que eram forças desestabilizadoras de ordem pública e ameaçavam a segurança nacional.

Ao igual que os governos que lhe precederam, utilizou a construção não pela preocupação social pela habitação, mas sim, como um impulso à economia, de acordo ao sugerido por Currie. Porém, um fato inevitável para este governo é que o déficit de moradia se estimava em 398.000 unidades nas quatro principais cidades, o que representava 60% do déficit nacional, além de que 10% de Bogotá, 15% de Medellín, 30% de Cali e um 50% em Barranquilla, eram consideradas áreas subnormais e mais de 40% das famílias se haviam assentado em invasões ou urbanizações piratas. (CEBALLOS, 2008, p.153).

Tampouco neste governo se pôde romper o impulso migratório no que se refere às grandes urbes, devido a que os centros com população entre 20 e 150 mil pessoas não ofereciam facilidade no emprego ao ter pouca atividade manufatureira. Continuou-se com o sistema de financiamento da UPAC ao mesmo tempo em que se reduziam os programas a cargo do ICT.

O seguinte mandato, do Presidente Belisario Betancur Cuartas (1982-1986), pôs seu empenho na pacificação do país (diálogo com as forças subversivas), na moradia sem quota inicial, na universidade aberta e a distância, na alfabetização massiva e na reforma tributária. No econômico, lhe tocou um ciclo de preços baixos para os produtos de exportação, baixa

produtividade, demanda interna contraída e taxas altas de lucros. Para esta década já se sentia com força o poder do narcotráfico no país inundando com seu dinheiro o sistema financeiro e uma economia subterrânea que dominaria a década de oitenta.

Ao igual que os anteriores governos, mas com maior ênfase, se centrou na construção para a criação massiva de emprego. Pelo que se voltou a dar impulso aos programas de terrenos com serviços, autoconstrução e desenvolvimento progressivo.

Por primeira vez se quantifica a meta de construção do governo que chegava a 400.000 soluções de moradia urbana no quadriênio. Referente ao logro desta meta Múnera (2008, p. 120) afirma que:

[...] em relação à eliminação das quotas iniciais, se logrou um acesso imediato aos planos de moradia por parte de setores que não tinham disponível um dinheiro inicial. Porém, o incremento das quotas mensais determinaram a "deserção" de muitos deles apesar de "anistias" oferecidas pelo governo a devedores morosos nos planos oficiais.

Neste sentido muitos dos programas de moradia do Estado orientados para a classe operária, terminaram, tal como nos comenta Davis (2007) e Rolnik (2012), em mãos da classe média.

Enquanto à construção de moradia, desde o ponto de vista quantitativo, pode se afirmar que em termos gerais se cumpriu com a meta de construir 400.000 moradias, graças em parte aos mecanismos de financiamento; porém não suprimiu o déficit quantitativo, nem muito menos logrou chegar aos setores de mais baixos ingressos.

O último presidente do período, Virgilio Barco Vargas (1986-1990), enfrentou os problemas próprios de um país sometido a uma guerra que se recrudesca, não apenas pelos grupos guerrilheiros e pelo narcotráfico, mas sim, que ao final do período ingressa à cena o paramilitarismo.

O governo de Barco, que conhecia de sobra que a pobreza e a agitação social produto de uma história na qual não se haviam resolvido problemas relacionados com a exclusão social e política, que era uma bomba de tempo a ponto de explodir nas regiões mais apartadas, decide continuar com o Plano Nacional de Reabilitação (PNR) e pôs em marcha o Plano de Luta contra a Pobreza. Também logrou que o movimento guerrilheiro M-19 se

desmobilizara para chegar a ser um partido político chamado a “Alianza Democrática M-19”.

Neste ponto, continua reconhecendo-se o aporte do setor da construção no crescimento econômico: este setor em média aportava ao PIB um 3,6% e representava quase a metade da formação bruta do capital fixo. Para 1985, vinculava a 850.000 pessoas, quase 10% do total das pessoas empregadas (CEBALLOS, 2008).

Referente à moradia, este governo se enfoca no melhoramento da qualidade para os estratos mais baixos. Logrando passar de uma cobertura de serviço de aqueduto de 60% a 80% e aumentar o de esgoto em 10%, passando de um 44% a um 54%.

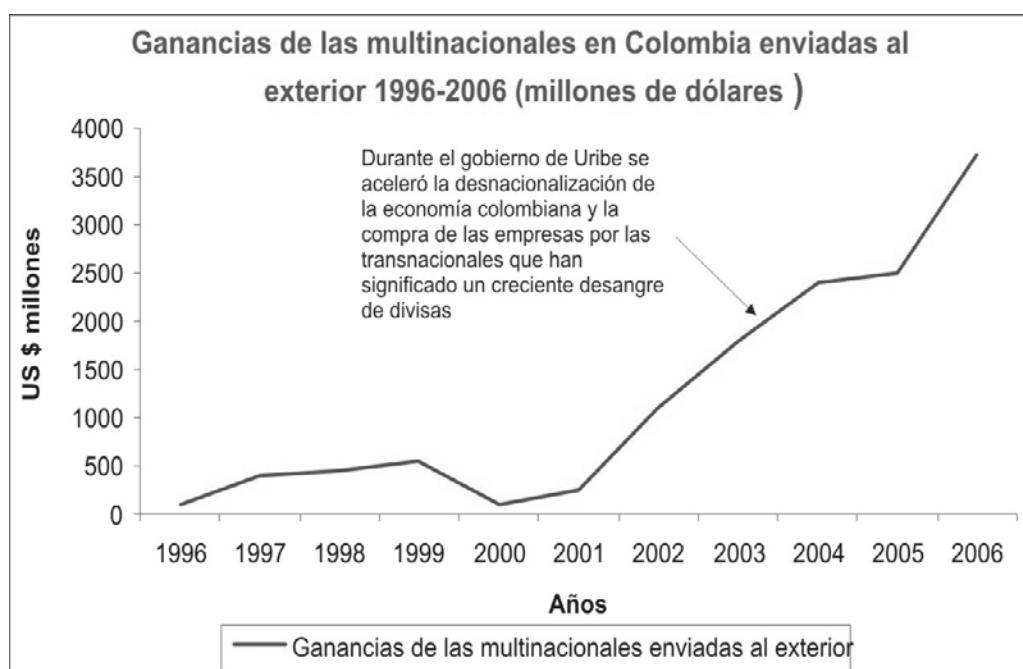
- **Aprofundamento do modelo neoliberal a finais do século XX**

A década de noventa, é o trânsito definitivo para a neoliberalização dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora colombiana. A partir daí, a saúde, as pensões, os serviços públicos foram os primeiros setores em sofrer uma reforma estrutural, os quais deixaram de ser direitos para passar a serem objetos do mercado; a maneira de ilustração:

- Reduziu-se ainda mais o papel econômico e social do Estado, o que veio acompanhado com um processo de privatização de ativos públicos. Com a Lei 100 de 1993 e a Lei 142 de 1994, o Estado entregou “*ao setor privado o sistema público de saúde, desmontou o seguro social e abriu a concorrência para serviços públicos domiciliários. Igualmente entregou o setor elétrico estatal ao mercado, beneficiando empresas espanholas. Como também entregou uma porcentagem (20%) da petroleira Ecopetrol ao setor privado internacional*” (GONZALES, 2007, p. 2).
- Enfatizou-se no controle monetário, no ajuste fiscal e nos equilíbrios macroeconômicos como objetivos centrais da política econômica. O qual tem gerado recorte do gasto público social e eliminação de subsídios estatais.
- Criaram-se normativas favoráveis à inversão estrangeira, o que permitiu um fortalecimento e concentração do capital financeiro. As quais foram regulamentadas pela Lei 9 de 1991, que eliminou o controle de capitais e liberou a inversão

estrangeira. Sarmiento (2007) nos demonstra como apenas no ano 2006, foram enviados ao exterior 3.600 milhões de dólares, para as empresas multinacionais, em sua maioria, norte-americanas, as quais levaram uma quantidade significativa de milhões de dólares em utilidades geradas no território colombiano (Ver Gráfico 2).

Gráfico 2: Lucros das multinacionais na Colômbia enviados ao exterior 1996-2006



Fonte: Sarmiento Libardo “*Desarrollismo forzado una maquinaria de violencia, acumulación y destierro*”, Trabalho apresentado na “*Universidad del Valle*” (2007).

- Igualmente, se elaboraram normas que facilitam a perda do trabalho formal e a flexibilização do mercado de trabalho. Com a Lei 50 de 1990 e a Lei 789 de 2002, se criaram novas condições de contratação para a oferta de mão-de-obra, a qual tem se desvalorizado ainda mais pelos processos de deslocamento forçado do campo à cidade.
- Com as Leis 685 de 2001 e 1021 de 2005, se estimulou o impulso à exploração dos recursos naturais e a biodiversidade por parte das transnacionais, entre outras. O que está permitindo por um lado abrir “*o território e a biodiversidade aos interesses do capital transnacional e pelo outro, entregar a perpetuidade os recursos do subsolo às empresas multinacionais*” (GONZÁLEZ, 2007, p. 3). Desta maneira se despoja de seus benefícios às comunidades afrodescendentes (Lei 70/93), às comunidades indígenas e às

comunidades acadêmicas universitárias, de utilizar seus “recursos” para o usufruto e recreação de suas formas particulares agroprodutivas, como para a pesquisa.

- Com respeito à moradia, e de acordo a Tarchopolis (2008), a partir de 1991, se assiste à supressão das instituições estatais que estavam a cargo da promoção e financiamento de moradia social, liquidando-se o Instituto de Crédito Territorial (ICT). E desde o ano 2004, se iniciou a fase de privatização da maioria das poucas funções estatais associadas à produção da moradia social no país, como foi a administração do subsídio de moradia por parte das “Cajas de Compensación Familiar”. Enquanto que neste período, segundo o Censo de 1993 na Colômbia, o déficit total de moradia atingia 45,3%, representando o déficit quantitativo 20,34% e o qualitativo 24,96%.

A maneira de síntese é indiscutível que uma das metas dos habitantes da cidade foi possuir moradia própria, a qual não se reduziu a ter quatro paredes onde morar, mas sim, que suas lutas sociais – o que demonstraremos posteriormente –, orbitaram também pelo acesso a outros direitos, como o da infraestrutura física e social, o qual ampliou a noção do déficit de moradia, instalando-a mais além do quantitativo.

É evidente também, que entre as décadas de cinquenta e noventa, o número de pessoas proprietárias que pagavam aluguel se reduziu pelos programas de construção e financiamento de moradia que impulsionou o Estado colombiano, para setores populares e de classe média, o qual se estendeu até a década de oitenta; mas a inícios dos anos noventa, entra definitivamente na neoliberalização não apenas da moradia, mas sim de outros direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora.

A concepção predominante que se teve da construção em geral e sobre a moradia em particular, foi a descrita no relatório “operação Colômbia” de Currie, na qual se lhe viu como um elemento dinamizador da economia, encaminhada não apenas para oferecer infraestrutura física e social que requeriam os processos de industrialização que se levavam a cabo nas principais cidades do país, tais como Cali, Bogotá, Medellín e Barranquilla, conhecido como o triângulo de ouro, mas também, para enfrentar o excedente de força de trabalho que se concentrava nas cidades. Para a moradia, pesou uma concepção, como sustém Rolnik (2012), que não esteve acompanhada de uma política de ordenamento

territorial, fundiária e modernizadora do espaço urbano, que dispusesse terras bem localizadas para a moradia popular.

O que repercutiu, em que uma parte dos programas de moradia orientados para os setores populares, durante estas décadas, terminassem em mãos da classe média, dada sua localização em áreas afastadas dos centros urbanos, dos lugares de trabalho e as altas taxas de juros dos créditos oficiais. Agora, embora reconhecendo as conquistas, se observa que segue persistindo uma alta proporção de famílias que não têm moradia, sobre tudo nas grandes cidades do país.

O incremento da urbanização tanto nas médias como grandes cidades esteve estreitamente relacionado com a dinâmica do conflito social e armado, que aconteceu nas zonas de colonização popular agrárias, ocorridas entre as décadas de quarenta e oitenta. Neste sentido para nós, o processo de migração-urbanização não apenas tem estado determinado pela industrialização como fator de atração da população – talvez seja essa nossa particularidade histórica –, mas sim, que têm sido processos impulsados à “*força*”, pela dinâmica de expansão e intensificação das relações do capital em tais territórios.

Simultaneamente aos programas estatais, os setores populares por sua própria iniciativa levaram a cabo processos de colonização urbana, como o mencionamos páginas anteriores, os quais se realizaram através de duas modalidades: as ocupações ou invasões como se lhes chama na Colômbia, e as urbanizações piratas. As quais entendemos nos termos que estabelece Palacios (2008, p. 562), na primeira, tudo é ilegal, desde os

“invasores que ocupam a propriedade privada e não têm autorização para construir, como a urbanização pirata que viola estatutos municipais de construção, mas se estabelece sobre propriedade legalizada pelo empresário-pirata quem geralmente é um político profissional ou alguém que tem comprado favores das autoridades e da polícia”.

Estas modalidades representaram mais de 50% do processo de urbanização acontecido nas médias e grandes cidades do país. O qual tem uma tendência a agudizar-se pelo impacto das medidas neoliberais que tem contribuído a uma maior degradação das condições de vida da classe trabalhadora e setores populares, não apenas na Colômbia, mas sim, nos países do Terceiro Mundo e da América Latina, e incrementado a pauperização em suas áreas periurbanas. Neste sentido, nos aponta Davis (2007, p. 31), como:

“o mercado formal da moradia no terceiro mundo cobre apenas 20% das necessidades, pelo que as pessoas constroem seus próprios casebres, se refugiam em aluguéis informais e divisões piratas do espaço ou dormem nas calçadas. [...]. Segundo as Nações Unidas durante os últimos 30 ou 40 anos, os mercados do solo informal ou ilegais, têm sido os principais provedores de novos espaços e alojamento na maioria das cidades do sul global”.

A tendência é então, para os processos de favelização, pauperização, “*totalmente desprovidos dos mínimos serviços*” reconfigurando cidades, onde a maioria da população vive em áreas hiper-degradadas, ou seja, em uma situação extrema de marginalização econômica e social, se agudiza, com os processos de desindustrialização que começam a viver os países do continente a partir da década de 80, convertendo “*as cidades em uma bomba de tempo*” as quais não oferecem emprego à população que está sendo deslocada pelas políticas de ajuste estrutural que aplicam os organismos internacionais de Bretton Woods.

Onde por certo, dado a firmeza de seus habitantes para levar “*adiante*”, seus barracos, favelas, bairros populares, etc., tais organismos como o Banco Mundial (BM), US-AID, para a década de setenta, perceberam que os assentamentos ilegais mais que como um problema, eram uma solução viável levada a cabo pelos pobres, traçando orientações para os países em vias de desenvolvimento, de apoiar com trabalho conjunto entre o Estado e as Ongs, o fornecimento em infraestrutura coletiva, sob a premissa que a solução da moradia individual por parte dos pobres, seria o caminho mais idôneo para inserir-se no progresso de seus países (JANNSEN 1984; TURNER, 1970; DAVIS, 2007).

Orientação que é abandonada para as décadas seguintes – no contexto de intensificação de medidas neoliberais –, tal como indica Davis (2007), na qual aponta como a “*esperança de mitigar a pobreza desapareceu do horizonte oficial*”. O que ilustra, apresentando as palavras do ministro britânico da fazenda Gordon Brown, quem em reunião conjunta do FMI com o Banco Mundial, realizada no ano de 2004, prognostica, por exemplo, que passarão múltiplas gerações para que países como a África subsaariana, alcancem as metas traçadas pelas Nações Unidas para o milênio. Para que reduzam sua pobreza num 50%, apenas o lograrão até o ano 2150 e a mortalidade infantil evitável, no ano 2165. Ou seja, é um discurso oficial, que naturaliza as sequelas da questão social que traz consigo os processos de acumulação do capital com alcance planetário e elude a

responsabilidade que têm os países imperiais, na geração da pobreza para os Países do Terceiro Mundo e Latino-americanos.

Desta maneira, frente aos processos de colonização urbana, levados a cabo pelos setores populares na Colômbia, rapidamente surgiram cidades divididas ou segregadas em diferentes submundos urbanos, cujos nexos ainda não foram totalmente decifrados, tanto em seu interior, como em relação com o Estado, no qual a maioria de estudiosos deste assunto coincide em apontar que esta população vinda do campo à cidade, ainda é muito frágil nisso “*de serem cidadãos*”.

Afirmção que compartilamos, e que apenas pode ser compreensível a partir destas mudanças vertiginosas que viveu o país, a meados do século passado. Como foi o aumento e distribuição geográfica de sua população “*dispersada*” em regiões pouco integradas entre si e uma industrialização, débil e tardia, que trouxe consigo o desenvolvimento de uma agricultura capitalista em algumas áreas do país, com forte presença do Estado e nula em outras regiões. A qual foi acompanhada sob um modelo de desapropriação da propriedade à população inerme das colonizações agrárias populares, gerando um acelerado processo de urbanização e uma cultura política baseada em favores mútuos e práticas clientelistas, entre outras.

3.2 Migração forçada e urbanização

Daqui em diante vamos realizar uma breve análise do período conhecido como a Violência na Colômbia, porque consideramos que a problemática da questão urbana, tem sido determinada em grande medida pelos processos de deslocamento forçado que tem vivido a população colombiana das zonas de colonização agrárias estabelecidas pelos setores populares na década de 50 e 80. A maioria da população “*objeto de nosso estudo*” que se assentou nas áreas periurbanas da cidade de Santiago de Cali a meados da década de setenta, procediam destas zonas de colonização localizadas nas vertentes cafeteiras do Valle del Cauca, do Viejo Caldas e do Norte de Tolima, num contexto de efervescência dos conflitos sociais, que sob o manto ideopolítico das pugnas bipartidárias, se escudavam processos de luta de classes.

Desde o começo da década de setenta, se volta a viver no país “*disputas*” entre os partidos políticos pela presidência da república, devido a que chegava a um “final feliz” o Frente Nacional, pacto que havia sido estabelecido pelas elites políticas para pôr fim aos ódios partidários que ameaçaram neste momento histórico a ordem estabelecida. O qual consistiu, tal como foi dito páginas atrás, em estabelecer por dezesseis (16) anos, a alternância dos partidos tradicionais (liberal/conservador), na presidência e distribuição milimétrica nos organismos de representação parlamentar tanto a nível nacional, regional como local.

Vale a pena, fazer-se a pergunta, qual foi o perigo que vislumbraram as elites dominantes que agrupadas nos partidos tradicionais, se atrincheiraram no Estado como o “*mecanismo*” mais idôneo, para contrabalançar a real ou potencial ameaça ao estabelecido? Encontramos a resposta, no período conhecido como a Violência⁴, a qual entendemos nos termos que sugere Palacios (2008), por um lado, como resultado da confrontação das elites para impor desde o Estado Nacional um modelo de modernização conforme às pautas liberais e conservadoras.

Por outro lado, faz referência a uma série de processos que configuraram poderes de fato “provinciais e locais” ocorridos durante as décadas de quarenta até setenta e que tiveram seu efeito mais aniquilador, entre 1948 e 1953, período que parte em dois a história da Colômbia, pela quantidade de mortos e população deslocada de seus territórios. Não é nossa pretensão desenvolver de maneira detalhada este processo tão complexo, contraditório e doloroso que viveu e ainda vive o povo colombiano. Mas sim ressaltar o fato que, durante este período histórico, as elites que tinham o poder econômico e político, lograram vislumbrar com clareza o perigo político que representava mobilizar a “*multidão*” popular, mais além de suas cortinas bipartidárias, o que foi evidente com o movimento suprapartidário do gaitanismo.

A partir daí, reprimiriam qualquer intento de organização popular por fora de seu controle. Como também, invocando ódios partidários, levaram a cabo a expropriação de

⁴ Para aprofundar ver as obras: Germán Guzmán, Orlando F. Borda e Eduardo Umaña Luna, *La violencia en Colombia* (vol. 2, Bogotá 1962-1964), Paul Oquist, *Violencia, conflicto y política en Colombia* (Bogotá, 1978), Herbert Braun, Mataron a Gaitán, *Vida pública y violencia urbana en Colombia* (Bogotá, 1987), Arturo Alape, Tirofijo, *Las vidas de Pedro Antonio Marin, Manuel Marulanda Velez* (Bogotá, 1989), Cano Wilson, *Colômbia: Economia, crise e violência, em Soberania e política econômica na América Latina* (São Paulo, 1999).

terras a camponeses inermes nas zonas de colonização agrária impulsionadas na década de cinquenta, para articulá-las aos circuitos econômicos do capital transnacional – preferencialmente com os EUA –, através da agricultura comercial, tais como as do cultivo de café e a plantação extensiva agroindustrial da cana de açúcar.

Desde esse momento, se consolidam os mecanismos desta empresa criminal (paramilitarismo e parainstitucionalidade)⁵ a qual se reproduz, sob outras condições e dispositivos ideológicos, nas zonas de colonização agrária estabelecidas na década de oitenta por camponeses sem terra, sob um novo ciclo de acumulação de capitais, no qual novamente são envolvidos tanto interesses externos como internos.

Em efeito, depois da morte do dirigente liberal, Jorge E. Gaitán ocorrida em 9 de abril de 1948 na capital colombiana (fenômeno conhecido como o “Bogotazo”), uma turba dolorida e iracunda que militava no movimento gaitanista realizou o motim mais destrutivo, massivo e sangrento que se haja vivido na história latino-americana. Bogotá foi saqueada e milhares de mortos inundaram suas principais ruas, as quais horas antes haviam sido cenário de encontro dos moradores da capital, para cruzar umas quantas palavras ao redor de um fumegante café fresco. A partir deste momento, sob um regime conservador, se instalou o estado de cerco militar⁶ que perdurou quase de maneira ininterrompida por mais de quarenta anos. Desborda-se assim, uma primeira violência, marcada por “*sectarismos partidários*”, que se inicia a partir de 1945-1946 e termina no ano de 1953, com os programas de pacificação e anistia que ofereceu o general Rojas Pinilla às guerrilhas liberais.

De maneira esquemática, podemos estabelecer que este sectarismo político descansou sobre o debate que levavam a cabo as elites de como lograr a modernização capitalista da sociedade colombiana – que assistia a vertiginosas mudanças em termos de processos de industrialização/concentração urbana –, sim, através do livre cambismo, que

⁵ O Paramilitarismo são bandos de mercenários que dirigem suas ações de extermínio contra movimentos e partidos políticos, dirigentes de oposição, sindicalistas e setores presuntivamente favoráveis à guerrilha, como contra os setores marginados da sociedade, dos quais supostamente provêm formas de delinquência que os esquadrões buscam erradicar mediante verdadeiras operações de limpeza nas grandes cidades. Alguns autores falam de suas origens entre 1981 e 1982; para nós, também estão localizados neste período. Atuam com o apoio econômico de terratenentes, narcotraficantes e companhias transnacionais. Comissão de Estudos sobre a Violência (1988, p. 92). A parainstitucionalidade faz referência a poderes locais e regionais de fato, que regulavam conflitos nas comunidades agrárias para seu interior e relação com o Estado. O cacique político foi sua cabeça mais visível.

⁶ O estado de cerco militar é um regime de exceção que os governos podem declarar em situações excepcionais e que outorga atribuições especiais ao poder executivo, a fim de manter a ordem pública interior. Na Colômbia o estado de cerco militar, foi declarado depois da revolta popular do Bogotazo.

respaldavam os grêmios exportadores e terratenentes (conservadores) ou sob o protecionismo (liberais), ao qual eram mais sujeitos os setores da burguesia industrial, a média e pequena indústria, os comerciantes, os assalariados, etc.

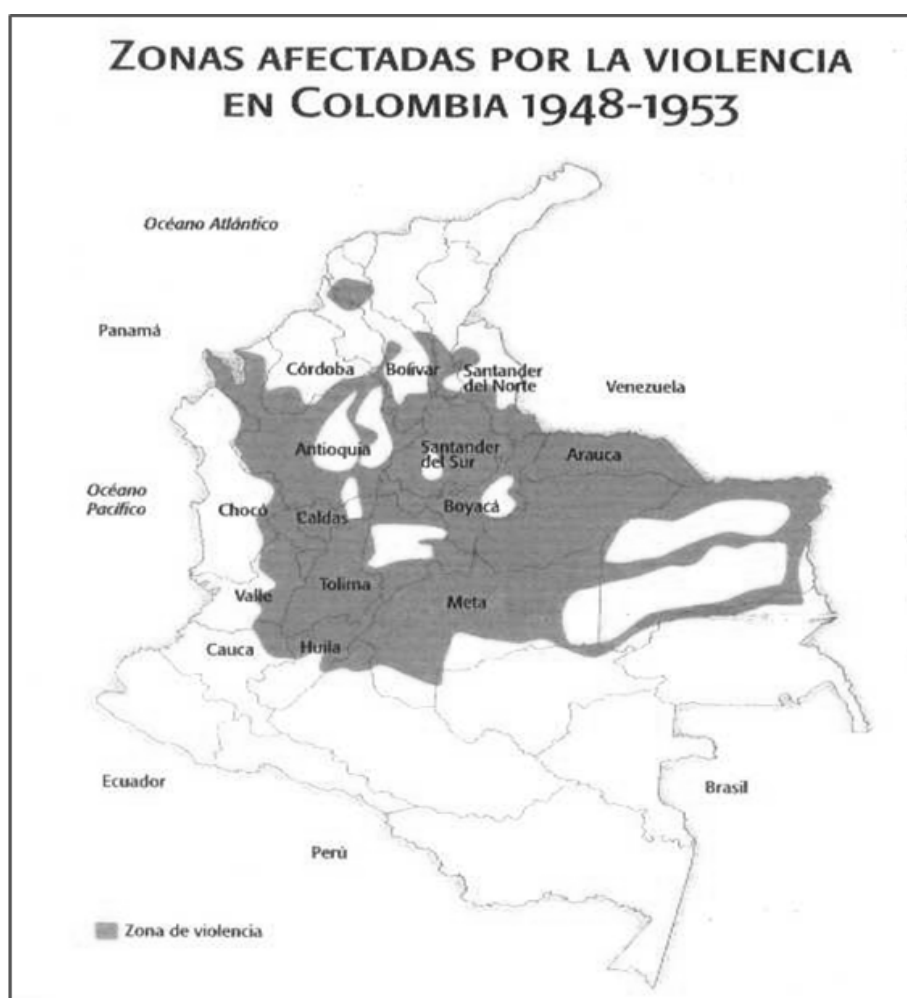
Sustenta-se que o movimento suprapartidário popular gaitanista – que não teve um caráter radical de liberação nacional –, foi a primeira tentativa de modernização política no país, para criar e consolidar uma nova expressão política, por fora dos partidos tradicionais, o que Gaitán não logrou consolidar. Movimento que congregou, sob a consigna do “*país nacional frente ao país político*”, não apenas à massa de setores populares urbanos, que se debatiam na pobreza produto da recessão econômica e inflação da época, mas sim, todos aqueles que se sentiam excluídos pela oligarquia: agricultores, comerciantes, artesãos independentes, industriais (o país nacional), enfrentados aos que *representavam a união do privilégio do sangue com o poder do Estado* (o país político). Assassinado Gaitán, e desta maneira transformado o líder em mártir, e com as demonstrações de poder de seu movimento, a marcha do silêncio na Praça de Bolívar em Bogotá ocorrida em 7 de fevereiro de 1948, na qual participaram mais de 100 mil pessoas para protestar contra os 14 mil mortos causados pela violência partidária conservadora e a revolta popular do Bogotazo (1948), as elites precisaram menoscar o caráter suprapartidário popular do movimento gaitanista.

Ou seja, dado o divisor de águas ou polarização que se estabeleceu com a consigna do movimento gaitanista, entre povo e oligarquia (país nacional e país político), cuja radicalidade se expressou na revolta popular do Bogotazo, que arrasou com os símbolos da ordem estabelecida: negócios e instituições do Estado, a elite, econômica e política, se sentiu ameaçada e, como sustém Palacios (2008), para diluir a confrontação entre ricos e pobres (luta de classes), transladaram suas “contradições” internas de classe – que oscilavam ao redor da confrontação entre o aprofundamento do ethos da democracia liberal frente a uma ordem herdada, oligárquica e conservadora –, à base popular. O qual foi levado a cabo, revivendo sectarismos nas campanhas eleitorais (entre conservadores e liberais), alimentando sua polarização tanto desde os diretórios políticos centrais como desde os púlpitos da igreja católica.

Consequentemente, esta pugna partidária se manifestou por grande parte do território nacional, entre as guerrilhas liberais, tildadas pela voz oficial de bandoleiros ou escumalhas,

e as forças encarregadas de preservar a ordem pública, apelidadas de “chulavitas” (seu nome faz referência à vereda Chulavita, município do departamento de Boyacá, na que se aquartelou a polícia nacional durante o Bogotazo), a qual, ao serviço do partido conservador, operou como exército de ocupação nos municípios ou territórios aonde chegava, gerando o deslocamento da população liberal para outros municípios, zonas de colonização ou cidades principais. (Ver mapa 1).

Mapa 1: Zonas afetadas pela violência na Colômbia 1948-1953



Fonte: Sarmiento Anzola L. Apresentação “Desarrollismo Forzado una Maquinaria de Violencia, Acumulación y Destierro” Slide N° 9 (2007).

Durante o seguinte período de 1954 a 1964, e escudados em ódios partidários, foram criadas nas zonas de colonização popular agrárias localizadas nas vertentes cafeteiras do Valle del Cauca, Viejo Caldas, e Norte de Tolima, empresas criminais cujos objetivos, tal

como ilustra Palacios (2008), foram interferir na comercialização do café através de roubo de colheitas, no mercado de terras por meio da expropriação ou pressão para sua venda e gerar mão-de-obra livre para o mercado de trabalho. Aprile-Gnisset (1992, p. 554) é contundente ao afirmar que a violência ou a guerra, levada a cabo nestas zonas de colonização popular agrária, durante a metade do século XX, não deve ver-se tanto pelas pugnas partidárias, mas sim, pelas contradições de classe que se apresentavam nestas sociedades agrárias, entre a agricultura de subsistência e a comercial, que estava dirigida para os mercados externos.

Vale a pena insistir, que estas zonas expulsórias da população, não eram terras de baixa produtividade agrícola, muito pelo contrário, contavam com excelentes condições físico-sanitárias que geravam uma crescente produção cafeeira. Fajardo (2002, p. 39) igualmente sustém que a gênese desta violência, estava relacionada com conflitos pelos títulos de propriedade sobre as terras baldias, as quais uma vez domesticadas e valorizadas pela força de trabalho de milhares de camponeses pobres, apareciam os donos, quase sempre mercadores que haviam financiado a guerra da independência ou aportado para a construção da infraestrutura rodoviária do país, os quais recebiam em troca por parte do Estado – no marco das políticas de concessões –, estes territórios com sua respectiva titulação. *“Desta forma, se fortaleceu a implantação do latifúndio como forma de dominação, influída pelos mercados externos”*.

Do anterior, podemos dizer que neste mundo de colonização agrária foram evidentes os conflitos pela terra entre diferentes grupos sociais: conflitos entre os colonos pobres e as empresas colonizadoras impulsadas por terratenentes, entre a de colonos situados em fogos cruzados de um município e outros, e entre colonos médios e terratenentes. Sociedades agrárias que se configuraram à margem da presença do Estado, o que foi campo propício para que se construíssem micro-poderes de fato que criassem suas próprias regras de jogo para governar em cada localidade.

A partir de construir alianças e compromissos entre comerciantes, clero, caciques políticos, terratenentes e quadrilhas armadas (aqui se encontra a raiz do paramilitarismo na Colômbia), as quais sob a sombra do conflito político partidário, entraram a terciar no próspero negócio do café, contribuindo a reconfigurar a propriedade da terra e o domínio de classe, através do exercício da violência. Consequentemente, propiciar novos êxodos de

campesinos para as grandes capitais, para outros municípios ou para desmatar montanha de novo, como foi o caso das colonizações agrárias criadas a partir da década de 80, nas zonas de Urabá-Darién, Caribe-Sincelejo-San Jorge; Serranía del Perijá; Magdalena Medio; zonas do Pacífico (Chocó-Nariño); Saravena-Arauca; Piedemonte Andino da Orinoquia; Ariari-Meta e Caquetá-Putumayo.

Estes territórios, hoje em dia, se encontram em disputa entre paramilitares, narcoterratenentes, militares, subversão armada e resistência da população afrodescendente, indígena e campesinos minifundiários. O que tem gerado, segundo dados do Codhes (2006), entre 1985 e 2006, a aterradora cifra de 3.900.000 pessoas deslocadas a “ponta de bala”, para as médias e grandes cidades, incrementando desta forma, as áreas hiper-degradadas em suas periferias. (Ver mapa 2).

Mapa 2: Rota de deslocamento forçado na Colômbia



Fonte: Sarmiento Anzola L. Apresentação “Desarrollismo Forzado una Maquinaria de Violencia, Acumulación y Destierro” Slide 16.

Com a proposta do Frente Nacional, a maioria das guerrilhas liberais a acolheram, porém, algumas continuaram as disputas a nível local, mas esta vez como sustém Palacios (2008), através dos meios legais e constitucionais. Um claro exemplo foi o sucedido no Viejo Caldas, já que uma vez consolidada a ordem institucional e definida a grande propriedade sobre a tenência da terra, foi dividido em três municípios, para o reconhecimento da ascensão destas novas elites constituídas ao redor do próspero negócio do café.

Para terminar, vamos referir-nos de maneira breve, às décadas entre sessenta e noventa, as quais alguns cientistas sociais chamam de “violência a partir do conflito armado” e outros, de “ordem plural das violências”. Termos, com os que se alude à luta sociopolítica, entre forças insurreccionais gestadas por organizações guerrilheiras, as quais com distintas origens e orientações ideopolíticas têm o propósito de transformar, pela via revolucionária, a ordem estabelecida e as respostas dos institutos castrenses, narcotraficantes e organizações paramilitares, cujo fim é preservá-la e perpetuá-la.

Estas últimas lograram deslocar à insurgência armada de alguns territórios que estavam sob seu domínio. Os quais orientados sob a tese de Mao Zedong, que sustém que para impedir que aumente o nível de água de peixe revolucionário, se requer dizimar à população que é o apoio das forças insurgentes. Isto foi atingido levando a cabo massacres coletivos e o assassinato sistemático de lutadores populares com o pretexto que eram militantes ou colaboradores das guerrilhas. Estes fatos foram cobertos sob um manto de total impunidade por parte do Estado colombiano.

Sobre as origens das guerrilhas, podemos afirmar que umas surgiram inspiradas pela linha foquista implementada na revolução cubana, na que segundo Guevara Ernesto, um grupo insurgente deve contribuir para criar as condições objetivas à luta revolucionária, conjugando uma frente clandestina urbana e um foco revolucionário na zona rural, submergida no mundo campesino, para preservar sua força militar. Sob esta orientação, a meados da década de 60, surgem o “Ejército de Liberación Nacional” (ELN), o “Ejército Popular de Liberación” (EPL) e posteriormente o “Movimiento 19 de abril” (M-19) e outras guerrilhas menores.

Para as “Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia” (Farc), suas origens, se remontam aos processos de reforma agrária que, por sua própria conta, fizeram os

campesinos sem terra, nas zonas de colonização, a inícios e meados do século XX. Surgem como um movimento campesino de autodefesa frente aos processos de expropriação de terras que pretendiam as empresas criminais, que a nome da pugna partidária, escudavam interesses de classes como já foi mencionado anteriormente.

Desde meados da década de 60 se transformam em guerrilhas móveis, depois de serem acusadas de haver construído dezesseis repúblicas independentes, as quais foram objetivo militar através da missão chamada “*Plan lasso*”, que corresponde à aplicação da doutrina contrainsurgente desenvolvida no Vietnã por parte dos EUA. Depois disto, nos anos de 1966, se constituíram como Farc, sob tutela do partido comunista, as quais no IX congresso de 1961, alentaram às ligas campesinas agrárias de “*combinar todas as formas de luta*”, frente à arremetida de pacificação falangista que se levou a cabo sob o regime militar do general Gustavo Rojas Pinilla. Ligas campesinas, que posteriormente se instalaram, mais além das novas zonas cafeteiras articuladas aos circuitos econômicos do capital tanto interno como externo, longe do coração do país, nas selvas (mata) adentro.

Na década de 80, as Farc, deixam de estar sujeitas à orientação do partido comunista e ganham atenção pública e status político, como o resto das organizações guerrilheiras, frente às propostas de diálogos de paz, que a seguir foram impulsadas pelos distintos presidentes da república, até a década de 90, para encontrar saídas políticas ao conflito social e armado do país. Com o presidente Betancourt (1980-1984) estas tentativas de interlocução com seu adversário político-militar, buscavam legitimar o estabelecimento frente ao regime repressivo que o havia antecedido e para as guerrilhas – fortalecidas pela oleada repressiva levada sob o estatuto de segurança –, era a oportunidade para consolidar politicamente suas trajetórias de luta. Os acordos de paz foram assinados pela maioria dos grupos guerrilheiros: FARC, M-19, ADO, com exceção do “Ejército de Liberación Nacional”. Para o período de 1989-1994, mais de 4.000 guerrilheiros haviam deposto as armas e aqueles que não o fizeram, retornaram ao movimento guerrilheiro ou entraram para fazer parte das formações paramilitares.

As Farc, durante este período, incursionam no âmbito legal com a criação de seu braço político a “Unión Patriótica” (posteriormente seria feito pelo M-19, através da “Alianza Democrática M-19”, logrando anêmicos resultados na disputa eleitoral, terminando em fracasso) a que logra ganhar espaços significativos na difícil arena da disputa eleitoral,

na qual têm trajetória os partidos tradicionais. Processo que não chegou a feliz termo, pela oposição que apresentaram os grêmios, a classe política e especialmente os militares.

No ano de 1985, por causa da falta de garantias para continuar com os diálogos de Paz, entre a insurgência armada e o estabelecimento, uma parte da cúpula do grupo M-19, invade o Palácio de Justiça, o qual simultaneamente foi retomado por parte do exército, com um triste desenlace, no qual morrem a maioria dos guerrilheiros e dos magistrados da Corte Suprema de Justiça. O ocorrido pôs em evidência, frente à sociedade colombiana, que os militares eram autônomos com respeito ao manejo de ordem pública, por cima da figura do presidente, colocando em questão, um país que se jactava de ter a democracia mais antiga da América Latina.

Depois disso, até a década de 90, se assiste a um longo período de guerra suja e contraofensiva por parte de narcotraficantes, paramilitares e militares, não apenas contra a insurgência armada, mas sim, também frente à mobilização e organização popular, na qual praticamente “*apagaram do mapa*”, – outra tentativa de construção política por fora dos partidos tradicionais –, ao grupo político da “Unión Patriótica”, assassinando a dois de seus candidatos à presidência da república e mais de 3.000 integrantes de sua organização.

Como uma análise de conjuntura, podemos apontar, que para o período entre as décadas de setenta e noventa, a Colômbia assiste à implementação do modelo neoliberal, na qual se levou a cabo de maneira gradual, a liberalização e a desregulação das medidas orientadas para deixar sem nenhum tipo de travas o “*mercado de capitais*”. Como aquelas, nas quais se desmontou – num puxa e afrouxe de acordo à correlação de forças entre o capital e setores populares –, paulatinamente, o gasto social por parte do Estado, para cumprir com as exigências dos organismos internacionais de Bretton Woods.

Medidas todas, que apontam para o trânsito de um modelo de substituição de importações – que consistiu em construir uma indústria que produzisse no país, o que se estava importando –, em direção a um modelo de desenvolvimento econômico baseado na especulação financeira, na desindustrialização e na re-primarização da economia volcada para a exportação. O que tem vindo acompanhado com um processo de reconfiguração de classe e de domínio, através de um Estado mafioso, o qual tem recorrido a mecanismos tanto legais como ilegais, (paramilitarismo, para-institucionalidade) para tirar do caminho

qualquer obstáculo que se oponha a esta nova estratégia de acumulação do capital, em consonância com o imperialismo norte-americano.

O que tem significado um alto custo para o povo colombiano, não apenas em termos de decaimento de suas condições de vida, mas sim, de perdas humanas e desmembramento de seus tecidos sociais para aquelas populações expulsas do campo, as quais novamente – assim como fazem as classes de cima ou superiores, também é feito pelas classes baixas –, se reconfiguram, sob outras condições e contextos socioeconômicos e políticos, no âmbito do urbano.

Compartilhamos com Sarmiento e Anzola (2007), que os pareceres do consenso de Washington se inauguram com o regime do presidente Alfonso López Michelsen, quem acolheu plenamente as orientações do assessor norte-americano Ronald McKinnon, consistentes em liberar o mercado financeiro, sob duas estratégias complementárias: a liberação do comércio exterior (ajustado à exigência do mercado internacional) e a reforma fiscal (eliminação de subsídios e desmonte gradual do Estado) considerando-se, que “*os mercados dos fatores (terra, trabalho e capital) funcionavam ineficientemente devido à ausência do mercado de capitais e ao intervencionismo estatal que gerava fragmentação e privilégios aos grandes negócios*” de nossa burguesia crioula. Medidas que se cumpriram fielmente e seus impactos não se fizeram esperar na década de setenta.

O setor financeiro se expandiu sem controle, obtendo altas taxas de rentabilidade, o qual passou de participar de 3% nos anos 60, a 18% no PIB para o total dos anos 70, num contexto de redução de exportações menores e decrescimento da indústria, com uma taxa de crescimento de 2,3% anual, sendo a mais baixa do país, em seus últimos trinta anos. O anterior foi possível, graças à bonança do comércio exterior, que se viveu a meados deste período, no qual junto com a bonança do café, apareceu em cena a participação das exportações ilegais. Desde este momento, emerge na Colômbia, a elite mafiosa do narcotráfico, a qual de maneira paulatina e progressiva estabeleceu alianças com os setores sociais que historicamente têm se mantido, e desejam perpetuar-se, no poder; tais como: a oligarquia terratenente, empresários, burguesia financeira nacional e comercial, entre outros. Capitais, que permearam sem lugar a dúvidas, grande parte das atividades econômicas do país, as quais têm sido impossível definir com clareza quais são, e muito menos quantificá-las.

Neste sentido, se observa, por exemplo, como durante o período das décadas de setenta a noventa, praticamente o país assistiu a um processo de “*contrarreforma agrária*”, na qual se apresentou uma maior concentração de terras em poucas mãos. Segundo dados do CINEP (1993, p. 2), referindo-se à concentração da propriedade rural, para os anos 70, 0,5% de proprietários (5.405) eram donos de 29,1% da terra (5.045.700 ha). Para a década de 90, 0,4% de proprietários possuíam 35,3% de terra de boa qualidade (16.269.400 ha), em diferentes regiões do país. Segundo Posada (1994), isto foi devido à compra de terras por parte de narcotraficantes, os quais também se converteram nos novos senhores da guerra, já que formaram seus próprios esquadrões da morte, para proteger seus interesses e exercer justiça privada.

O que, consideramos, foi válido para um determinado momento histórico, como já o apontamos, no qual tiveram um caráter defensivo para interromper o avanço da subversão armada. Mas sucessivamente são ofensivos, não apenas nos termos como o planteiam alguns estudiosos do tema, com o objetivo claro de ser modelo contra a luta subversiva e comunista a nível nacional, mas sim, para reestruturar as relações de propriedade e domínio de classe, a partir da expropriação e assassinato dos campesinos indefensos, assentados em territórios ricos em recursos geradores de divisas: café, biodiversidade, petróleo, minérios, etc.; como foi feito em seu momento, com as zonas de colonização popular agrárias localizadas no centro do país (1960) e atualmente nas regiões do Pacífico e Caribe, tal como o referenciamos parágrafos acima. Para citar apenas um caso, o que aconteceu no final da década de 90, com os terríveis massacres de comunidades campesinas indefensas, localizadas no corredor Córdoba-Urabá e Córdoba-baixo Cauca Antioqueño, é ilustrativo a respeito. Segundo dados de Fajardo (2007), referindo-se ao regime da propriedade rural, para 2007, 0,4% de proprietários já possuíam 65% da terra. Neste sentido, questionamos a afirmação de que a concentração de terras, apenas tenha sido lograda através da compra de terras.

Desde este momento, então, a acumulação capitalista na Colômbia tem estado permeada por fluxos de dinheiro provenientes de atividades ilegais. Durante este período o setor financeiro se expandiu sem ter nenhum tipo de controle, obtendo altas taxas de rentabilidade. O que não quer dizer que isto haja contribuído para melhorar as condições de vida da classe trabalhadora na Colômbia. Muito pelo contrário, com o presidente Lopez

Michelsen, se manteve um rígido controle sobre o gasto público, reduzindo a inversão direta do governo (27,8% em 1976 a 25% em 1977). Política que se manteve ao longo do período até os anos 90. Como aponta Múnera (1998), que sustém que apesar de que houve uma melhoria das condições dos pobres nas cidades, mais do que no campo (de acordo ao método de necessidades básicas insatisfeitas NBI), produto do acelerado processo de concentração da população nas cidades e suas respectivas lutas sociais, durante estas décadas aumentou o número de pobres a nível global, representando 50% (15 milhões) da população colombiana.

Nesta mesma ordem, Kalmanovitz (1986), nos traz dados indicando como durante este mesmo período, se trasladou parte do gasto público ao bolso dos trabalhadores de ingressos médios e baixos, piorando suas já precárias condições de vida, no qual os impostos diretos e indiretos, no PIB passaram de 4,5% e 5,5% em 1975, a 4% e 7,2% para 1987.

Agora, esta política de não cobrar impostos ao capital privado, teve repercussões nos ingressos do Estado, o que o levou a buscar financiamento “*do setor público na dívida externa*” e desta maneira a política macroeconômica passou praticamente a ser determinada pelos organismos multilaterais de Bretton Woods. A maneira de ilustração, durante a década de 80, o montante da dívida pública, além de crescer até 11% anual, passou de 6.457 milhões de dólares em 1980 a 16.249 milhões de dólares em 1989.

Uma vez que o trânsito paulatino do modelo de substituição de importações em direção a um modelo especulativo e rentista em estreita relação com o capital transnacional e norte-americano, passamos, tal como sustém Chesnais (2003), a um novo regime de acumulação com dominância financeira, que corresponde a uma etapa particular do período do imperialismo; no qual produzir mais valor, se realiza quase de maneira “*autônoma e independente*” dos processos de produção e de outras frações do capital.

A economia – que sempre lhe foi bem, segundo os economistas, mas de costas para o social –, oscilou cada vez mais entre ciclos curtos de auges e declives. O que se expressou a meados da década de setenta e inícios de oitenta, com um período de auge econômico, produto dos bons preços que ostentaram as exportações menores, para depois entrar em um período de recessão, que se estendeu até 1983. O qual esteve marcado por uma forte presença da luta sócio-popular nas ruas das principais cidades do país exigindo prestação de serviços públicos, infraestrutura física e social, aumento de salários e maior democracia.

Passando assim para a década de 90, que esteve basicamente caracterizada por um terrorismo de Estado, que aprofundou a repressão e o assassinato de líderes sindicais, estudantes, lutadores populares, protestos e manifestações nas ruas, etc., onde as forças armadas trataram por igual à subversão armada e o protesto popular, sob o manto da doutrina da segurança nacional, na qual se declara inimigo do sistema não apenas a partir de ameaças externas, mas, sim internas. O anterior contribuiu para criar uma para-institucionalidade, na qual tiveram cabida os paramilitares, os esquadrões de limpeza social, o “sicariato” (assassinato pago), os quais violaram de maneira sistemática os direitos humanos.

Enfim, a finais da década de 70, aparece em cena a nível nacional, a aliança terratenente narco-paramilitar, que se estendeu durante as seguintes décadas, trazendo consigo drásticas mudanças tais como: uma economia especulativa que tem contribuído para concentrar ainda mais a riqueza num seleto grupo industrial-financeiro-terratenente, uma reestruturação da posse da terra, um decaimento das condições de vida para a maioria do povo colombiano e uma intensificação da violência no país. Segundo dados de Sarmiento e Anzola (2007), a média de homicídios durante este período foi de 30.000 ao ano e a média de população deslocada, superou as 100.000 pessoas anuais.

Neste contexto, de violência ou guerra de baixa intensidade e de implementação gradual das políticas de ajuste estrutural, se abriram caminho as lutas populares urbanas na Colômbia e na cidade de Cali, pelo direito à cidade.

Na verdade, segundo os dados que nos apresenta García (2004, 2006), na Colômbia, desde meados da década de setenta até finais do século XX, os setores populares no âmbito do urbano protagonizaram quase uma média de cem lutas sociais por ano, apresentando seus pontos mais álgidos nas décadas de oitenta e noventa. O anterior foi devido, tal como o temos assinalado aqui, à recessão econômica e à implementação das políticas de ajuste estrutural, no qual todo o orçamento do gasto social se reduziu, tratando com um pouco mais de “*suavidade*” ao setor da moradia, pelo duplo papel que desempenhou, como mecanismo de contenção e regulação das lutas sociais e por sua vez, como “*motor*” para a dinâmica da economia nacional. Permitindo ingerir, esporadicamente à população excedente, que geravam os processos de deslocamento forçado do campo para a cidade.

O menor número destas lutas urbano-populares ocorreu no fim da década dos anos 80, no qual se assistiu a uma arremetida da guerra suja, – que perdura até hoje –, tal como o mencionamos atrás, a qual se manifestou por igual, tanto para a subversão armada, como para estes protagonistas de construção de histórias desde a vida cotidiana: sindicalistas, estudantes, lutadores populares, dirigentes políticos, comunidades campesinas, Juntas de ação comunitárias, etc. Embora, nos agrega García (2004), que a descentralização político-administrativa e a eleição popular de prefeitos e sua gestão, colocaram seu grão de areia, para baixar o ímpeto da luta urbana, a que repontou novamente no fim da década dos anos 90, no qual os governantes presidenciais de turno, acatando docilmente as medidas do consenso de Washington, aceleraram sua implementação no país.

Com respeito às modalidades ou formas destas lutas urbano-populares, observamos que se caracterizaram por sua heterogeneidade, as quais se manifestaram num leque que oscilava desde as marchas e bloqueios – sendo as mais significativas durante este período referenciado –, até a confrontação com a força pública através das ações diretas. A modo de ilustração, as marchas e bloqueios, apresentaram uma dinâmica ascendente, representando 45% de um total de 3.004 lutas urbano-populares, as quais consistiram em *“interromper a circulação de pessoas e mercadorias durante vários dias, e este corte da circulação é a chave do êxito para a generalização da informação sobre estas ações”* (García, 2006, p.76). Chama-nos poderosamente a atenção, a semelhança desta forma de luta popular gestada na década dos anos 70, com a do movimento “piquetero” do povo Argentino, o qual teve na década dos anos 80 – e ainda tem – uma forte presença nas principais ruas de suas cidades, como resposta à arremetida neoliberal implementada por seus governantes locais, fiéis servidores do imperialismo norte-americano.

As invasões ou ocupações de solos urbanos foi outra forma de luta urbano-popular, a qual teve uma significativa participação de 12%, no conjunto das mesmas. Na que indiscutivelmente, a população de Polvorines (objeto de nosso estudo) contribuiu com seu protagonismo para somar no total desta reivindicação no país. É uma modalidade, tal como o resumimos anteriormente, levada a cabo pelos sem teto, e cujo fim é aceder à moradia, a qual não se reduz única e exclusivamente em onde meter a cabeça, já que suas reivindicações também se manifestaram para a obtenção de fornecimento de infraestrutura física e social. Agora, o subconjunto desta modalidade, não contou com a mesma proporção

no que respeita ao êxito das ocupações, devido a que foram objeto de repressão oficial e perseguições – com seus diferentes graus de violência –, a qual sempre esteve acompanhada de detidos.

Comenta García (2004), que uma parte significativa delas, contaram com o apoio tanto de organizações de esquerda, tais como o partido comunista e organizações guerrilheiras. Como foi o caso do “Movimiento 19 de Abril” (M-19) que teve sua maior influência nos Estados de Cundinamarca e Valle del Cauca, o que podemos observar na zona onde realizamos nossa pesquisa. Onde a ocupação de Siloé, vizinha do bairro Polvorines (objeto de nosso estudo), contou com um forte apoio por parte deste grupo insurgente, o que possivelmente contribuiu para que setores populares desprovidos de moradia, também se atrevessem a realizar dita modalidade em outros lugares das terras ejidales⁷ de ladeira ou de cerros tutelares da cidade de Santiago de Cali.

Sobre a demanda destas lutas urbanas levadas a cabo pelos setores populares, mais de 50%, giraram ao redor do que Archila (2008, p. 130), denomina “*componentes fundamentais do urbano construído ou construível que conformam os atributos da casa e seu entorno*”. Ou seja, que estes têm exigido o direito a ter um “entorno digno”, como o expressou um dos entrevistados em nossa pesquisa, demandas que estiveram relacionadas com ter: solo, serviços públicos domiciliários, fornecimentos urbanos, espaço público, vias e transporte. O que veio acompanhado, tal como o temos demonstrado, com um incremento da dívida pública e privada com o sistema bancário internacional, especialmente durante as décadas de 70 e 80. No que se assistiu ao processo de consolidação e integração da indústria nacional ao redor das principais cidades do país (triângulo de ouro: Bogotá, Medellín, Cali e Barranquilla), no sentido como aponta Harvey (2005) de ir criando as condições, tanto materiais como imateriais, para a produção e reprodução do capital, o que demandou infraestrutura física e social.

Diríamos então, como planteia Bayat apud Davis (2007, p. 59), que as lutas urbanas populares neste plano, sub-repticiamente tiveram um caráter ofensivo “*na medida que incansavelmente se dirigiram a aumentar o espaço vital e seus direitos aos deserdados*”,

⁷ Ejido faz referência a “terras comunais que pertencem ao cidadão comum que tem direito a gozar e desfrutar desses territórios e de seus produtos de subsistência”. Aponta-se que a cidade de Santiago de Cali, “é um dos poucos municípios que têm uma grande extensão de terras ejidales, onde as elites locais têm se apropriado de uma parte significativa delas” (BORRERO, 2001, p. 58).

lutando contra o capital, “*pelo direito à cidade*”. Nesta ordem de ideias, compartilmos com Lefebvre (1973) sua afirmação de que o capital reconfigura o espaço, para colocá-lo ao serviço de seus processos de acumulação, por conseguinte, este também se converteu num cenário de luta.

Observa-se que as lutas que se gestaram ao redor da moradia, em sua ordem foram por: acesso ao solo, qualidade das construções, problemas de financiamento dos programas de moradia impulsados pelo Estado, entre outros. Com respeito às ocupações ou “*invasões ilegais*”, estas se apresentaram em maior proporção como segue: em Barrancabermeja, Bogotá, Barranquilla, Bucaramanga, Medellín e Cali. As causas obedecem aos processos de deslocamento forçado que viveu a população nas zonas de colonização agrárias impulsadas na década de 50 e na década de 80, onde os imigrantes se instalaram nas principais cidades do país, chegando inicialmente a casas de inquilinato localizadas nos centros urbanos, ou chegando aos bairros populares, como o expressou a maioria da população entrevistada, em nossa pesquisa. Temporada na qual viveram a “*adaptação ao âmbito do urbano*” antes de passar, sob a modalidade de urbanização pirata e ocupação ilegal, ao assentamento na zona de ladeira.

Agora, as ocupações foram realizadas não apenas pela população sem teto, mas sim, também por aqueles que por “*fenômenos naturais*” perderam suas moradias e por falta de resposta oportuna por parte do Estado, iniciaram esta ação de ocupação de terras. Tais casos foram as inundações de Villatina em Medellín, o tsunami em Tumaco, os terremotos ocorridos na cidade de Popayán e os causados pelo vulcão do Ruiz, que deixaram milhares de danificados a finais da década de setenta e meados dos anos oitenta.

A partir da década de 90, se registrou um incremento de ocupação de terras nas principais cidades do país, pela população deslocada forçosamente das zonas de colonização agrária dos anos 80, devido, à intensificação da guerra entre os distintos atores que disputam seu controle territorial, como já mencionamos anteriormente.

Com respeito à oferta de moradia, esta alcançou sua cúspide, com os programas sem parcela inicial, impulsados sob a administração do presidente Belisario Betancur, a qual coincidiu com o aumento das ações reivindicativas dos sem teto, mas como já mencionamos, não logrou dar respostas à imensa demanda efetiva da população, em termos quantitativos e qualitativos de moradia.

Outra reivindicação importante das lutas urbanas foi a que ocupou, o “*reclamo pelo respeito dos direitos fundamentais*” o que se incrementou durante os últimos anos do período estudado, por auge do escalonamento da guerra suja e conflito armado. Também pela generalização do discurso sobre “*os direitos econômicos, sociais, culturais e coletivos que paulatinamente têm feito seu os moradores e os há tornado conscientes de que suas reivindicações podem expressar-se em termos de direitos*”. (GARCIA, 2006 p. 113).

Logra-se observar, que outro motivo de importância do protesto urbano durante este período teve que ver com o impacto das políticas de ajuste estrutural. Especialmente as referidas à reforma fiscal, que exonerou de impostos ao grande capital, mas simultaneamente, se trasladaram ao “*bolso*” da classe média e a dos setores populares. Desta forma a população colombiana, se viu avassalada pela imposição de uma gama de impostos: valorização de obras de infraestrutura, reajuste do imposto predial, aumento e criação de novos impostos, o que necessariamente contribuiu para piorar as condições de vida da classe trabalhadora. Neste sentido, a aplicação destas recomendações do consenso de Washington, estavam de acordo com as novas estratégias de acumulação do capital como totalidade, para evitar a crise gerada a finais da década de 60, as quais estiveram encaminhadas não apenas para reduzir os custos do salário real, desmontando as conquistas logradas pela classe trabalhadora durante os tempos gloriosos do capital, mas sim, principalmente para recuperar o controle do capital sobre o comando da sociedade.

Outros motivos do protesto urbano, em menor grau, mas não menos importantes, estiveram relacionados com: problemas ambientais, educação, segurança cidadã, saúde, solidariedade frente a outros atores em conflito, incumprimento de pactos realizados entre moradores e agentes estatais, mobilizações para comemorar fatos históricos, recreação e atenção à infância e à terceira idade, entre outros.

Chama a atenção com respeito aos organismos que convocaram às mobilizações urbano populares locais e regionais, que não se encontrou informação de quem as fazia. Segundo os dados estatísticos do “Centro Nacional de Investigación de Educación Popular” (Cinep), nos quais se apoia García (2004, 2006) para sua análise, apenas 40% da informação, indicava que a convocatória recaiu em “*organizações cívicas*”, em sua ordem: comunais, agrupações de diversos setores sociais (estudantes, grêmios, mulheres, camponeses e indígenas), grupos que se autodenominavam “*viviendistas*”, jovens,

ambientalistas, danificados e deslocados; nas quais também tiveram presença organizações políticas tanto de esquerda como dos partidos tradicionais.

É interessante observar, como o peso das convocatórias às lutas urbanas recaíram nas organizações territoriais de base, como foram as Juntas de ação comunal⁸, as quais estiveram orientadas mais pela exigência de serviços públicos ao Estado; enquanto que, as organizações sindicais fizeram exigências pela “*violação de direitos humanos e contra as políticas governamentais*”. Algumas destas lutas também estiveram encabeçadas por prefeitos municipais, os quais exigiram, num contexto de centralização político-administrativa, maiores “*medidas contra a política estatal que afetavam o orçamento municipal, enquanto que os vereadores lideraram lutas por serviços públicos e moradia*”.

Agora estas “organizações cívicas” apresentam diferenças em quanto a reivindicações, liderança, cobertura de ações, permanência no tempo, capacidade negociadoras, etc. Mas algumas delas, se instalaram mais além do nível local, ao identificar conflitos e traçar reivindicações, que tiveram um caráter regional, mas foi pouca sua permanência tanto no tempo como no espaço.

Para finalizar, observamos como durante este longo período o principal adversário das demandas das lutas urbanas populares no conjunto de suas reivindicações, foi o âmbito municipal, o que apenas foi superado por dois anos, pelas paralizações cívicas que tiveram uma conotação nacional, as quais ocorreram sob a administração dos presidentes B. Betancur e E. Samper. Mas vale a pena ressaltar, novamente a paralização cívica de 1977, onde praticamente se paralisou economicamente o país durante dois dias – convocado pelas principais organizações sindicais obreiras a CTC e a UTC, – num contexto, no qual no país se iniciava, a implementação do receituário neoliberal e simultaneamente apareciam em cena, os novos empresários das atividades ilegais.

Os quais, nas décadas seguintes, a partir das alianças com as distintas frações do capital nacional e em consonância com o imperialismo norte-americano, levariam a cabo sua empresa criminal, para estender as relações de capital e domínio de classe às zonas de colonização agrárias no país, gerando um êxodo rural de sua população até as principais cidades do país, o que ainda não termina. Neste contexto de transformações

⁸ Programa promovido pelo Estado colombiano, para o desenvolvimento comunitário tanto da zona rural como urbana dos bairros populares.

socioeconômicas e políticas e de intensa luta dos setores populares no âmbito do urbano, se iniciou o processo de assentamento do bairro Polvorines, nos cerros tutelares da cidade de Santiago de Cali.

4 O PROCESSO DE ASSENTAMENTO DO BAIRRO POLVORINES NOS CERROS TUTELARES DA CIDADE DE SANTIAGO DE CALI

Neste último capítulo, damos a conhecer os resultados de nossa pesquisa sobre o significado sociopolítico das práticas coletivas efetuadas pelas pessoas do bairro Polvorines, no processo de assentamento nos cerros tutelares da cidade de Santiago de Cali. Mas não sem antes, apresentar um breve resumo histórico, das transformações modernizadoras que se agenciaram na cidade, na metade do século XX e as respectivas lutas que realizaram as classes trabalhadoras, para emancipar-se das condições de exclusão e marginalidade que trouxe consigo tal processo. Já, nas conclusões colocamos os principais aportes que ofereceu esta pesquisa a minha primeira aproximação à questão urbana. Na qual foram mais os interrogantes e vazios, que surgiram durante seu caminho, que o encontrar respostas acabadas às formulações planteadas. Talvez seja por nossa complexa e contraditória realidade latino-americana.

4.1 Breve resumo histórico da cidade de Santiago de Cali e sua questão urbana.

A história do desenvolvimento capitalista da cidade de Santiago de Cali pode se resumir, como sustém Galeano (1985) sobre toda a América Latina, como a história da pobreza do homem em meio da riqueza da terra. Em efeito, no final do século XIX, a cidade de Santiago de Cali começa a vislumbrar-se como centro da dinâmica agroexportadora por sua proximidade ao porto de Buenaventura, situado sobre o litoral do oceano Pacífico. Já no século XX se continua com a construção da infraestrutura necessária para aproveitar a riqueza do Valle del Cauca e de sua capital: se inauguram os “Ferrocarriles Nacionales” em 1915 e se termina a rede de estradas que a interligava com o comércio ao interior do país.

A respeito, nos planteia Ortiz (1990) que na região, os engenhos açucareiros, antes que se desenvolvesse a indústria manufatureira, se haviam iniciado com o emprego assalariado. Este fato criou um mercado regional e conformou um proletariado agrícola que começa a mostrar seu descontentamento pelas relações de exploração que se estabeleceram

entre os trabalhadores assalariados e os proprietários. VÁSQUEZ (2001) nos relata que a princípios do século XX, se cria a “Liga del Trabajo” como resposta a uma repressão violenta de um protesto em Bogotá, e nesse mesmo ano começou a greve entre os trabalhadores do aqueduto e a dos ferroviários, em Cali; caracterizando a década de vinte pela presença de uma grande agitação laboral e política, expressando a luta, em termos de representação, com um bom número de organizações obreiras por todo o Estado do Valle del Cauca.

Este mesmo autor aclara que estas organizações também incluíam a artesãos e a trabalhadores independentes. Em 1925 foram à greve os mineiros do Estado do Valle, os trabalhadores – maiormente mulheres e menores de idade – da fábrica têxtil “La Garantía”. No resto do país também se difundia o descontentamento, sobretudo nos enclaves de capital estrangeiro, nos bancos, na nascente indústria petroleira, no transporte fluvial pelo rio Magdalena e nos “Ferrocarriles Nacionales” em Cundinamarca e também no Pacífico, o que involucrava a Cali, Buenaventura, Popayán e Zarzal. A resposta do regime conservador no poder foi a lei sobre a pena de morte, o decreto de 1927 sobre a “*Alta Policía*” e a “*Ley Heroica*”, que proibia a agrupação ou associações opositoras. A Igreja também respondeu no mesmo sentido repressivo e criou em Santiago de Cali, a comissão social integrada por pessoas anticomunistas. Já na década de trinta com os liberais no poder em nada altera a relação de perseguição contra as organizações dos trabalhadores.

A crise de 1929 interrompeu temporariamente o auge da construção da cidade, já que entre 1920 até 1928 haviam sido construídos por volta de 450.000 m². Nesses 8 anos se construíram mais unidades de moradias (2.177), que em toda sua vida até 1915. Esta cifra, simplesmente, nos dá uma ideia da agitação do incipiente desenvolvimento industrial, freado pela crise de 29 que teve repercussões até 1931.

Novamente, comenta Vásquez (2001), que o Estado do Valle altamente endividado teve que suspender as obras públicas, baixar os salários e despedir os trabalhadores, o qual desatou uma agitação social e manifestações em toda a cidade, para exigir ao governo emprego. Estimou-se que nesse momento havia sete mil pessoas desempregadas.

Em 1932 começa a reativar-se a economia que tem seu ano pico em 1944, dado que o país havia embarcado no processo de substituição de importações, resultado da estratégia do capital monopólico para contornar o descenso da taxa de benefício nos países do centro,

para o qual localizou, para minimizar o custo das taxas, suas fábricas nos países periféricos, onde a Colômbia não foi a exceção.

Desta forma, o Valle del Cauca inicia seu processo de industrialização durante as primeiras décadas do século XX (SÁNCHEZ, 1989), continuando sua expansão durante o período da Violência (1944-1951), o que gerou um processo regional de migração-deslocamento, produto do acelerado processo de expropriação campesina que trouxe consigo a implantação das grandes plantações açucareiras, o qual empurrou às pessoas a buscar as cidades, mais seguras, com possibilidades de emprego, mas chegavam com todas as necessidades por resolver: aceder a um lugar onde viver, primeiramente, para seguir em busca de moradia, serviços públicos, educação, etc.

Além das grandes vantagens pela riqueza natural do Valle del Cauca, este contou com mão-de-obra abundante e barata (produto da decomposição campesina), que proveu a força de trabalho que demandava a agroindústria, mas este mesmo fato pressionava sobre o espaço urbano que se encareceu e fez com que a maioria das fábricas tivessem que situar-se por fora da cidade de Santiago de Cali, e os setores populares tivessem que ocupar a zona inundável do rio Cauca e os cerros tutelares localizados em seu flanco ocidental.

Para a grande empresa, a variável que realmente incidiu em sua localização ao norte da cidade, teve que ver com os custos, não principalmente da terra, mas sim, a necessidade de poder aceder a importantes mercados internos do centro e norte do país e estar perto ao porto de Buenaventura sobre o oceano Pacífico, para reduzir o custo de transporte dos equipamentos e insumos importados. Fundamentalmente por esta razão foi que no município de Yumbo se estabeleceu a indústria de inversão estrangeira que fabricava bens intermediários e de capital para o mercado nacional.

Neste curto lapso do processo de industrialização (1944-1955), se estabelecem, na área metropolitana de Cali-Yumbo, quatro empresas de capital estrangeiro que mudariam fundamentalmente a estrutura industrial da região. Estas empresas fabricavam papel, pneus e produtos farmacêuticos. Esta mudança de estrutura trouxe consigo outras mudanças, como é apontado por Vásquez (2001, p. 192), sobre o valor agregado dos bens de consumo, que diminuiu a menos da metade, – ou seja, que os bens de consumo perderam a margem de elaboração que aumenta seu preço, – *entre 1945 e 1974, passando de 65,2% a 29,5%*; “[...] *esta diminuição é ganha pelos bens intermediários que no mesmo período se duplicam,*

passando de 24,5% a 58,7% e a variação dos bens de capital é de apenas 1,5% ao passar de 10,3% a 11,8%. Para o emprego, a indústria ocupa entre bens de consumo e intermediários em 1945, 90% do pessoal e em 1974, 85%”. Associada à criação de empresas que em 1944 atingia um pouco mais de uma centena, a cidade se moveu em direção ao crescimento do setor secundário: a construção, o transporte e as comunicações, enquanto que o setor terciário aumentava mais lentamente nesta época.

O impasse se apresentou ao redor das sequelas sociais inerentes a dito processo industrializador, tais como a oferta de moradia, serviços públicos e outros serviços como a educação e a saúde, cuja infraestrutura inicial não deu resposta ao crescimento da população, atraídos não apenas pelas “chaminés das fábricas”, mas sim, fundamentalmente fugindo da violência que os havia expulsado de suas terras de origem, as quais estavam localizadas nas fronteiras de ampliação agrícola, levada a cabo no centro do país e na zona central e plana do vale geográfico do rio Cauca.

O quadro 4 mostra como durante esta época, a população municipal se triplicou ao igual que a população urbana. A taxa de urbanização teve um incremento de 11 pontos percentuais de 1933 até 1955. A taxa migratória começa a descer lentamente e entre 1944 e 1955 cresceu 31% menos que no período precedente (1933-1944) que se incrementou em 378%. É claro que a pressão exercida por tal quantidade de pessoas não se resolveria de um dia para o outro e a cidade começaria a arrastar as sequelas da questão social, até o dia de hoje. Porém, as décadas de maior agitação e preocupação pelo instável da situação de pobreza seriam as décadas de setenta e oitenta.

Quadro 4: População de Cali 1933 - 1944 – 1958

CALI POPULAÇÃO 1933 - 1944 – 1958					
	1933	1944	% MUDANÇA PERÍODO	1955	% MUDANÇA PERÍODO
POPULAÇÃO MUNICIPAL	87.498	157.813	80,36%	393.365	149%
TAXA MIGRATÓRIA	1,12%	5,36%	378%	3,67%	-31,5%
POPULAÇÃO URBANA	67.809	135.552	99,9%	347.001	155%
TAXA URBANIZAÇÃO DEMOGRÁFICA	77,5%	85,9%	10,8%	88,4%	2,9%

Fonte: Quadro realizado com informação contida em “Historia de Cali Siglo 20” (VÁSQUEZ, 2001).

Ao mesmo tempo em que vai mudando a cidade para converter-se em uma urbe moderna de altos edifícios, bancos, fábricas, colégios, clubes, avenidas, assim mesmo vai se configurando a cidade daqueles que forjam essa riqueza social, mas que não têm cabida nos orçamentos municipais e começam seu longo trasfegar para conseguir, primeiramente, um lugar onde viver, onde estudar, onde trabalhar; mas a terra vale ouro e se especula com ela, para obter dos pobres suas poucas economias, e também se usa como gancho eleitoral dos políticos de turno, para fazer sua clientela, os recém-chegados.

Referente às fábricas na cidade se localizaram na região norte, sobre a “Avenida Primera”, em direção à saída para a cidade de Palmira. Posteriormente se desenvolveria o eixo Cali-Yumbo.

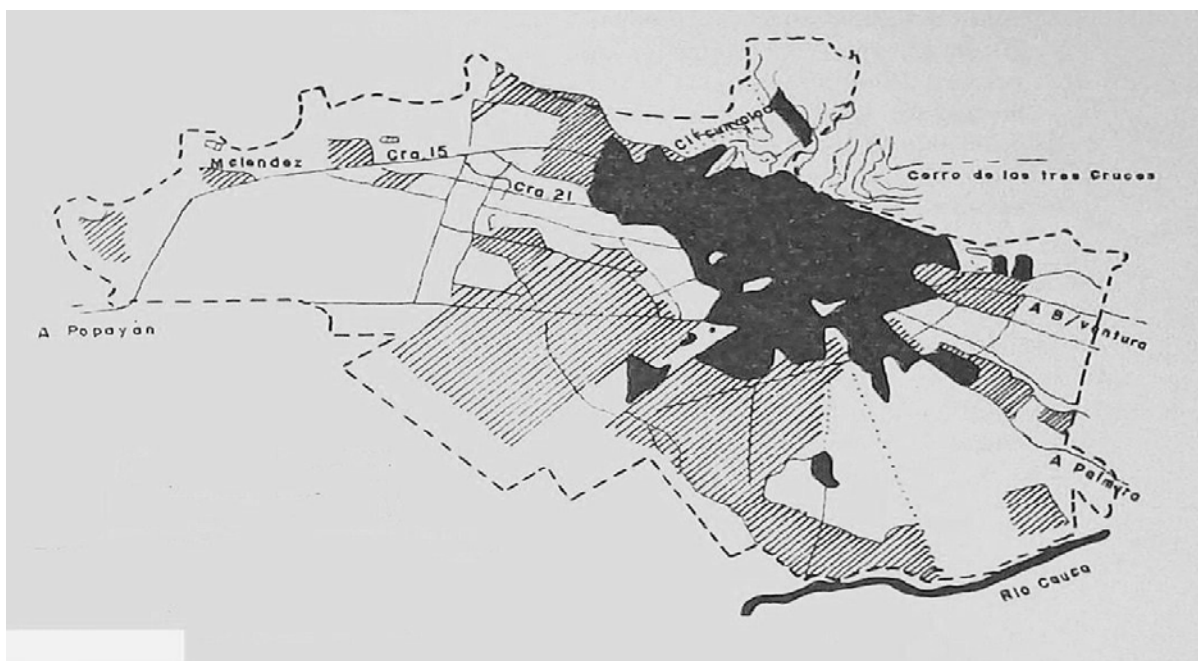
Para o Noroeste, sobre a Avenida Sexta se instalaram as classes abastadas da cidade, com suas casas quintas e palacetes que mostravam seus ingressos e seu status social. Como podemos observar nos mapas (3 e 4) a cidade vai se povoando do centro para o ocidente e oriente; passa de ter na área urbana 235 ha, em 1933 a 1.850 ha, em 1958. A densidade bruta da população diminuiu de 1930 a 1945 porque se ampliou a área urbana para zonas não inundáveis, porém, a pressão da migração-deslocamento faz subir novamente a taxa, devido a que ainda se respeitava o limite natural dos terrenos inundáveis. Este limite se rompe em 1961. O quadro 5, nos mostra alguns dados sobre estas mudanças.

Quadro 5: Cali desenvolvimento físico e demográfico entre 1933-1958

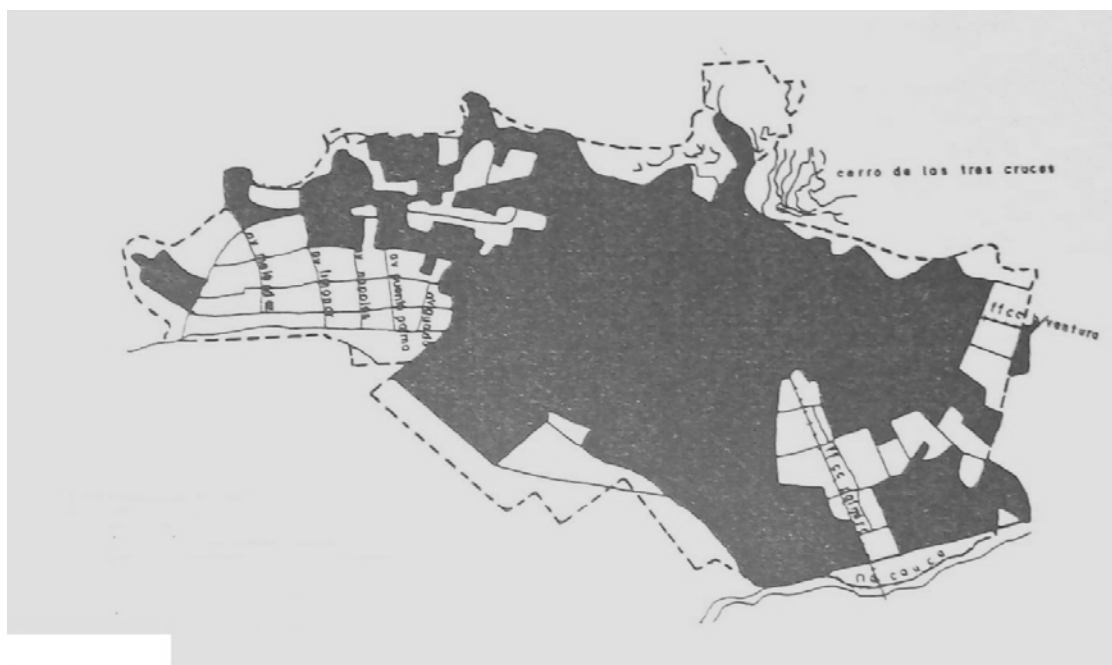
CALI DESENVOLVIMENTO FÍSICO E DEMOGRÁFICO ENTRE 1933-1958			
POPULAÇÃO MUNICIPAL	1933	1945	1958
ÁREA POPULAÇÃO URBANA OCUPADA %	87.498	190.015	470.076
DENSIDADE BRUTA POPULAÇÃO	295	730	1.850
TAXA URBANIZAÇÃO SUPERFÍCIE %		212	241
TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO	230	1,42	3,61
POPULAÇÃO	0,58	6,25	7,22
POPULAÇÃO URBANA		7,84	5,30
ÁREA URBANA	3,94	7,89	7,41
	6,37		
	1,12		

Fonte: Quadro realizado com informação contida em “Historia de Cali Siglo 20” (VÁSQUEZ, 2001).

Mapa 3: Cali traços urbanos 1950-1960



Mapa 4: Cali traços urbanos 1960-1970



Fonte: Arizabaleta de García, María Teresa e Santa Cruz, Marino. “Proceso histórico del desarrollo urbano de Cali. Cali Siglo XX”. Em, “Santiago de Cali 450 años de Historia”. Editorial XYZ, Cali, 1981, p. 149 - 159. Desenho: Alexander Arias Calero.

O rápido crescimento da cidade de Santiago de Cali colapsou a infraestrutura de serviços públicos, porque não apenas se devia cobrir a demanda dos habitantes, mas sim, a industrial, ainda quando muitas destas empresas tinham suas usinas próprias.

A geração de energia elétrica na cidade para 1938 era de 3.400 kW, a qual se manteve constante apesar que a população se havia incrementado em 1,6%; sem falar da demanda da indústria – os requerimentos estavam ao redor dos 5.500 kW –. “A cidade responde com atraso e em 1944 se municipaliza a empresa estrangeira de eletricidade e se soma à empresa municipal criada em 1931” (VÁSQUEZ, 2001, p. 219). A crise pelo aqueduto apareceu um par de anos depois, e se sentiu com rigor, devido a que se havia gozado de um bom serviço entre 1919 e 1940.

A cidade então foi obrigada a fazer fortes inversões em infraestrutura tal como aponta VÁSQUEZ (2001). (Ver quadro 6).

Quadro 6: Cali: Ampliação de Serviços Públicos, décadas 50 e 60

Cali: Ampliação de Serviços Públicos, décadas 50 e 60	
Aqueduto: Passa de uma oferta de 69.811 m³/dia a 333.331 m³/dia 1970.	Ampliação de “San Antonio”, “Pozos Profundos”, Usinas Rio Cauca I, Ampliação “Acueducto de San Antonio”, Rio Cauca II e III.
Telefonia: Passou-se de 1.215 usuários a 32.441 linhas para 1964.	Em 1954 a densidade telefônica é de 3,68% com 387 telefones públicos. Para 1964 apenas chegava a 5%. Em 1961 atendendo à necessidade de ampliar coberturas, o Conselho Municipal cria a EMCALI como um organismo autônomo, estabelecido legalmente e com patrimônio público.
Energia: Nos anos 50 se ampliou o serviço 2,76 vezes enquanto que a população crescia 4,04 vezes.	Usina Diesel: 6.000 kW, ampliação em 3.000 kW. Hidroelétrica de Anchicayá 64.000 kW, Térmica a vapor de Yumbo 12.500 kW. Calima I e II.

Fonte: Realizado com dados de “Historia de Cali Siglo 20” (VASQUEZ, 2001).

Já para 1970, ano crucial para a cidade, por ser sede dos VI Jogos Pan-americanos, em Cali já havia sido ocupada a zona inundável do rio Cauca, chamada “Distrito de Aguablanca”, a qual foi o cenário de centenas de invasões de terrenos auspiciados pelos políticos e pelos especuladores, que em muitos casos eram os mesmos. Simultaneamente, as ladeiras ou cerros tutelares, também assistiam aos processos de assentamento que pela via das invasões ou ocupações e urbanizações piratas levavam a cabo os sem teto, contando-se entre eles, a população de Polvorines.

Primeiro a terra e depois a moradia, os migrantes e a classe trabalhadora começam a demandar moradia, o que pressiona pelo solo urbano e sem uma política sobre o particular que impulsasse as melhoras da cobertura, a cidade chega a ter um déficit por cima de 9% nacional para 1970, o qual se acercava a 60.000 moradias. Para esta época se criam as “Corporaciones de Ahorro y Vivienda” (CAV), e a construção, tal como temos demonstrado no capítulo anterior, foi a estratégia dos governos para gerar emprego e mover a economia. Contudo, é importante ressaltar que a dinâmica por fora do sistema (financeiro e governamental), tem sido bastante grande em todo o país e Santiago de Cali não foi a exceção, a ponto de se afirmar que 50% das construções de moradia não são feitas legalmente.

O seguinte quadro 7, nos mostra esta dinâmica em Cali, com três modalidades de bairros.

Quadro 7: Bairros ilegais em Cali 1950 - 1979 (em hectares)

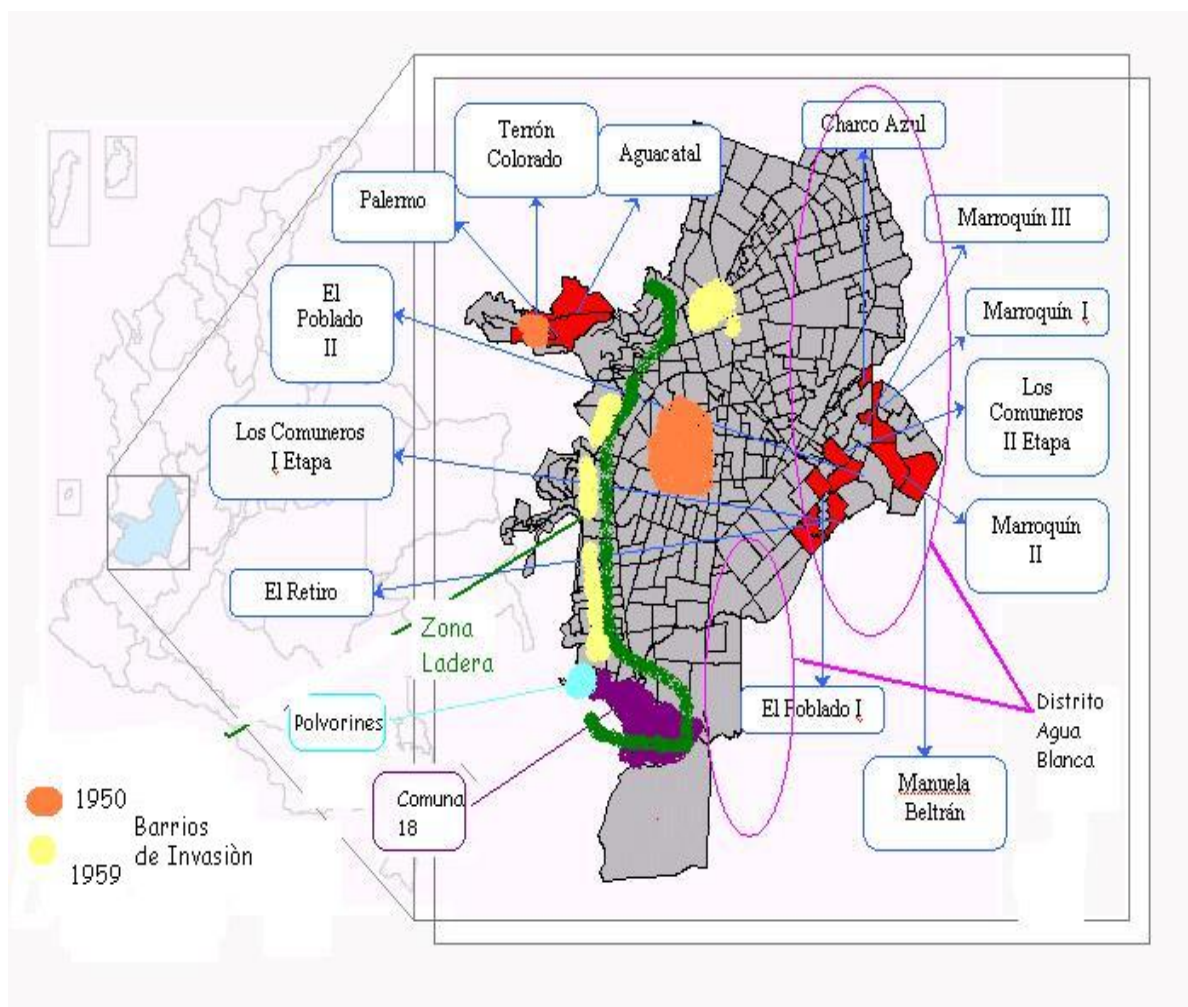
BAIRROS ILEGAIS EM CALI 1950 - 1979 EM HECTARES				
	Antes de 1950	Entre 1950-1959	Entre 1960-1969	Entre 1970-1979
Bairros de Invasão	139,7	157,2	84,2	141,9
Bairros Piratas	13,9	118,3	411,2	47,9
Bairros Clandestinos Controlados	15,2	62,0	183,0	37,7
Total	168,8	337,5	678,4	227,5

Fonte: Tomado de “Historia de Cali Siglo 20” (VASQUEZ, 2001).

Vale a pena reiterar que os bairros de invasão ou ocupações, como os piratas, foram criados nas áreas de limite do perímetro urbano, nas zonas de ladeira e nas zonas inundáveis do rio Cauca (ver Mapa 5), em terrenos inadequados e sem serviços públicos. A respeito dos bairros ilegais, Gilma Mosquera (2011) afirma que é clara a importância que teve nos anos sessenta o loteamento especulativo e eleitoral promovido por vivos estafadores dos sem teto e políticos liberais. Assim nasceram os bairros: La Independencia, Villa Colombia, Doce de Octubre, Unión de Vivienda Popular, Alfonso López e El Diamante. Ademais triunfaram muitos dos intentos de expropriação popular mediante ocupações de fato e surgiram os bairros: Asturias, El Rodeo, El Guabal, El Nacional e Fátima-Berlín-San

Francisco, entre outros, que foram conformando o setor oriental, assim mesmo nas ladeiras se densificou e consolidou o setor de Siloé.

Mapa 5: Bairros ilegais em Cali 1950-1970



Fonte: Adaptação da página web “Mapas del Mundo”, do endereço eletrônico: <http://es.justmaps.org/mapas/latinoamerica/colombia/cali.asp>. Mapa 5.

Esta agitação social se inicia no final da década de cinquenta, quando a cidade sente a pressão que está dando-se pelas terras e começam a agudizar-se os conflitos de acesso à moradia e também os laborais. No político, se vive uma crescente oposição ao General Gustavo Rojas Pinilla a quem os partidos colocaram no poder como saída à violência desbordada que o assassinato de Gaitán havia deflagrado. Em Cali se deram enfrentamentos porque o regime havia perdido o apoio das elites que conspiravam contra ele, foi atacado o diário “El Pacífico”, foram 83 mortos e centenas de feridos entre os manifestantes (11 de

maio 1957). (VÁSQUEZ, 2001). Além da violência política, à agitação se somavam as greves e paralizações (como podemos ver no Quadro 8), devido à desaceleração industrial, que se inicia entre 1957-1967 a nível nacional pelos baixos preços do café, o que limitava as importações.

Quadro 8: Cali greves e paralizações década de 70

GREVES E PARALIZAÇÕES DÉCADA DE 70		
Ano	Evento	Características
1961	Greve em Good Year Arrow	Apoio “Federación de Trabajadores del Valle” (Fedetav)
	Greve Celanese Pirini	
1962	Greve em Facomec	
1963	Greve Sifo, Alotero	
1964	Panamerican Hat, Indústrias	Construção Hidroelétrica Calima
	Quin	
	Greve em Croydon	Duração 104 dias
1965	Sifo Ltda	
1966	Paralisação Nacional	
1969		Os trabalhadores tomam a fábrica
		Governo de Lleras Restrepo

Fonte: “Historia de Cali Siglo 20” (VÁSQUEZ, 2001).

A região, durante este mesmo período, se beneficiou do aumento do sistema de quotas do açúcar “graças” ao bloqueio feito a Cuba por parte dos EUA como consequência da revolução cubana.

A desaceleração industrial influenciou fortemente sobre as taxas de migração, além disso, diminuíram as taxas de natalidade e fertilidade mais rapidamente do que as taxas de mortalidade; assim como também, a densidade bruta também diminuiu porque os setores populares se assentaram sobre os terrenos de ladeira e na zona inundável do rio Cauca. (Ver quadro 7).

O período de crescimento criou uma inércia que manteve a migração, apesar de que estava decrescendo, seguia pressionando por terra, moradia e serviços públicos. Quando chega a desaceleração, e o desemprego, começa, então, a ressentir-se a economia da cidade; os problemas se tornam mais difíceis de solucionar porque os setores populares pressionam por soluções que sem trabalho não podem ser resolvidos. Os anos oitenta foram cenário de grandes mobilizações por moradia e o Estado temendo que a “bomba de tempo” explodisse,

investe em infraestrutura de serviços públicos na zona de maior densidade, o “Distrito de Aguablanca”.

O quadro 9 nos mostra como foram dando-se essas mudanças demográficas de aumento da população, migração, e como a densidade de habitantes por hectare diminui, porque está gerando-se uma cidade por fora das normas urbanísticas, que irá consolidando outra cidade, que nos oitenta exigirá grandes esforços de normalização que lhe custará várias centenas de milhares de milhões de pesos⁹ à cidade e que por outro lado servirá de bandeira para alimentar às máquinas eleitoreiras dos partidos tradicionais.

Quadro 9: Cali mudanças demográficas entre 1958 e 1970

CALI MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS ENTRE 1958 E 1970			
	1970	Sentido da mudança	MUDANÇA 1958-1970
População	858.929	↑↓	
Taxa Crescimento População	3,85	↑↓	Foi menor seu crescimento em 2,3
Taxa de Migração	1,49	↑↓	
		↑↓	Cresceu 1,37 menos
Área Urbana Municipal	3.900 ha	↑↓	Cresceu 2.050 há
Densidade Bruta População Urbana	217	↓	Baixou a densidade em 29 pessoas/ha

Fonte: Adaptado de “Historia de Cali Siglo 20” (VÁSQUEZ, 2001).

No quadro 10, observamos um resumo das mudanças demográficas e físicas que se dão entre 1970 e 1990. Neste período ocorre um evento que obriga a migrar a muitas pessoas do litoral Pacífico, como é o terremoto do “Charco Nariño” em 1979, e a lutar por moradia na cidade.

⁹ EMCALI entre as razões de sua iliquidez afirma que se investiram 565 bilhões em normalizar bairros na cidade a finais dos anos oitenta.

Apenas até 1991 se incluiu no perímetro urbano da cidade os bairros do “Distrito de Aguablanca” e um pouco mais adiante (1993) se somará neste setor as Comunas 21 e 18, desta última faz parte o assentamento de Polvorines.

Quadro 10: Cali população e mudanças físicas décadas 1970-1990

CALI POPULAÇÃO E MUDANÇAS FÍSICAS DÉCADAS 70-90			
Década	População	Mudanças Físicas	Característica
70 Censo de 1973	991.549 habitantes Taxa de crescimento de 6,13 a 4,75	Incorpora-se aprox. 2.000 novos hectares, Cali segue crescendo em todas as direções, como um leque. Legalmente se estende ao sul, se apresenta uma renovação de edificações nos bairros próximos ao centro da cidade, especialmente “Granada”, “Versalles” e “Centenario”, mudando as tradicionais residências por edifícios. Ao oriente e na ladeira se instalam os estratos populares: “informais, ilegais e desordenados”.	Realização dos Jogos Pan-americanos. A Política Nacional fortalece a construção. Entram as CAV, UPAC.
80 Censo de 1985	1'429.026 habitantes 300.000 habitam ao oriente no “Distrito de Aguablanca”	. Explosão de urbanizações piratas: 3.200 ha, 1.600 ha em zonas inundáveis.	Esta área que correspondia a 30% da cidade desenvolvida, 12 anos depois em 1991, se inclui no perímetro urbano da cidade. Obriga à cidade a um processo de reordenamento urbanístico e à legalização pontual de bairros “subnormais”.
90 Censo de 1993	1'847.176 habitantes	Construção de Cidadela “Desepaz” ou Comuna 21, com formato de coroa entre a borda do rio Cauca e o Distrito de Aguablanca. Esta comuna se encontra por fora do perímetro urbano e tem uma área de 483,21 hectares.	Iniciativa Oficial mais significativa No transcurso desta década a área incluída dentro do perímetro urbano é de 11.571,58 hectares.

Fonte: Informação tomada de ESCOBAR, Morales Guido. Documento digital “La población en Santiago de Cali: siglo XX y primera década del siglo XXI”, 2006.

Já para a década dos anos noventa, como o comentamos em páginas anteriores, entra-se a fundo com a implementação das políticas de ajuste estrutural. No referente a moradia, se liquida definitivamente o ICT (Instituto de Crédito Territorial). E como podemos ver no quadro 11, para os anos oitenta havia sido construído 32% das moradias na cidade para baixar dramaticamente, a 2,24%, na década de noventa.

Quadro 11: Realizações do ICT em Cali entre 1954 e 1990, por décadas

REALIZACIONES DEL ICT EN CALI ENTRE 1945 Y 1990, POR DÉCADAS		
AÑOS	No. SOLUCIONES	PRINCIPALES PROGRAMAS
1945-1949	267	La Campiña, Sindical (Municipio), Cotranal, José A. Galán, El Cedro.
1950-1959	2.709	Hipódromo, Primitivo Crespo, El Cedro, Las Delicias, Salomia, Aguablanca, Santa Mónica, La Campiña, La Floresta.
1960-1969	22.255	Aguablanca, El Troncal, La Floresta, Guabal, La Fortaleza, Santa Mónica, Pasoancho, Salomia, La Merced-Vipasa, Calima, Periquillo, Cauquita.
1970-1979	12.479	Salomia, La Ribera, La Riviera, Nápoles, La Selva, San Luis, Los Álamos, Las Ceibas, Los Alcázares, Guayacanes, Limonar, Barranquilla.
1980-1989	18.901	Los Alcázares, La Selva, <u>Chiminangos</u> , <u>Floralia</u> , <u>El Limonar</u> , <u>Los Álamos</u> , <u>Pacará</u> , <u>Torremolinos</u> , <u>Santiago de Cali</u> , <u>Cañaverales</u> .
1990	1.300	Paso del Comercio.
TOTAL	57.911	
Fuente: Gilma Mosquera informe de investigación Acción estatal en vivienda urbana de interés social en Colombia, 1918-1990. El Caso de Cali. Citce-Univalle		

Neste contexto, os professores Urrea e Murillo (1990) na introdução de sua palestra sobre “*dinâmica de povoamento em Cali*”, nos apresentam uma caracterização das duas zonas de bairros ilegais que emergem entre as décadas de setenta e oitenta, expressando como a cidade os percebia como grandes problemas, dado que ali se estabeleceu 30% da população da cidade. Zonas que correspondem aos assentamentos residenciais onde se concentram a maior parte dos setores populares, os quais compreendem: a) o corredor social da periferia pobre na parte plana da cidade, conformado pelo “Distrito de Aguablanca” (Comunas 13, 14 e 15) e comunas adjacentes com algumas características comuns, e b) o corredor social da periferia pobre da ladeira, nos quais se encontram as Comunas 1, 20, e a parte alta da Comuna 18, onde se encontra atualmente localizada a população de Polvorines.

4.2 A população de Polvorines, lutando por seu direito à cidade.

A continuação, oferecemos um panorama sociográfico do processo de assentamento do bairro popular¹⁰ Polvorines, “objeto” de nossa pesquisa. Aqui, de maneira sucinta expomos a procedência de seus habitantes, as causas que os levaram a sair de suas comunidades de origem, para depois ocupar-nos da complexa e contraditória trama de relações sociais – que nunca termina –, a que foi se constituindo tanto para reconhecer-se, identificar-se e legitimar-se em seu processo “microsocial”, como também, o de fazer-se visíveis, para “integrar-se” paulatinamente ao sistema urbano.

Concordamos com Janssen R. (1984:84) que um “bairro popular não é um fato estático, mas sim, que forma parte do processo de crescimento urbano que está sujeito a uma dinâmica constante”. No caso de Polvorines, essa dinâmica se expressou não apenas física, mas também socialmente, através do processo de autoconstrução que levaram a cabo seus habitantes, o que lhes permitiu edificar um ambiente sócio-habitacional através do tempo e do espaço. Este surgiu desde o exato momento no qual seus habitantes ocuparam terrenos de maneira “ilegal” na parte Oeste, zona de ladeira do Sul da cidade de Santiago de Cali, nos anos setenta. Este assentamento se deu conjugando duas modalidades: o parcelamento ou bairro pirata e a ocupação ou “invasão”, que são concebidos nos termos expressos no capítulo anterior; no bairro pirata, os proprietários quase sempre latifundiários ou fazendeiros, proporcionam aos ocupantes do terreno, “um título de propriedade legal ou de fato”, em troca, para a ocupação, a posse se realiza sem nenhum tipo “de vendas nem títulos”, e o custo é “zero”.

De fato, a princípios da década de setenta, em um contexto onde o país devém em um processo acelerado de industrialização/urbanização, com suas múltiplas expressões na questão social e efervescência da luta popular, uma “comissão adjudicatária de terrenos” constituída por habitantes sem teto e respaldada de maneira não oficial pela administração municipal, promove a construção de bairros piratas na cidade, como foi o caso dos bairros Pondaje, Marroquín, Guabal, Alto Nápoles e Polvorines. Neste último, o processo de

¹⁰ Entendemos nos termos planteados por Janssen, bairros populares, como aqueles nos quais “a instalação de serviços, obras públicas e casas, sob o princípio da autoconstrução, são feitas geralmente por iniciativa da comunidade”. Janssen Roel, “Vivienda y luchas populares en Bogotá”, Ediciones, Tercer Mundo, Bogotá 1984, p. 69.

assentamento começa com a compra de terrenos na fazenda do Sr. Daniel García no ano de 1972, que segundo o testemunho dos entrevistados, também havia se apropriado e pôs para a venda terras ejidales (municipais), as quais, desde o momento de sua constituição, têm sido “presa” em permanente disputa por parte das elites locais, tal como o aponta o ex-vereador Borrero¹¹.

Quatros anos depois, em 8 de dezembro de 1976, um grupo de trinta famílias sem teto, ocupam um grande terreno – o que apresenta até o dia de hoje, um limbo jurídico sobre seus verdadeiros proprietários –, na área de influência do iniciado parcelamento pirata de Polvorines. Neste sentido, este processo de construção de território urbano-popular¹² contou com a singularidade histórica de apresentar simultaneamente estas duas modalidades de “ocupação ilegal” de terras, as quais tiveram como comum denominador não dispor de nenhum tipo de infraestrutura urbana.

Nestas condições tão adversas, além das físico-geográficas e ambientais – que em seu momento se encontravam isoladas e distantes das zonas de trabalho –, nas quais é somada a precária situação socioeconômica de seus ocupantes, se gesta todo um processo de autoconstrução popular através da organização e o trabalho comunitário. Desta maneira, logramos identificar diferentes momentos no surgimento e consolidação do bairro Polvorines, em sua marcha paulatina até a integração do sistema urbano, e que tem tido um forte impacto tanto em suas transformações físico-ambientais como em sua organização sociopolítica, análise esta, que temos abordado em chave comunitária, e na qual nos deteremos com maior atenção.

Durante o período das duas primeiras décadas, que corresponde ao surgimento e consolidação da organização comunitária, o fazer ou o trabalho comunitário, se agenciou para satisfazer algumas necessidades humanas, não hierarquizadas, para a maioria de seus

¹¹ Ejido: é definido como “terra comunal que pertence ao comum de pessoas as quais têm direito de gozar e desfrutar desses territórios e de seus produtos de subsistência”. Apontando que a cidade de Cali é um dos poucos municípios que tem uma grande extensão de terras ejidales, no qual as elites sociais têm se apropriado de uma parte significativa delas (C. BOTERO, Revista Localidad, Univalle/2001).

¹² Entendemos território no sentido planteado por Gonçalves, que convida a vê-lo não em termos a-históricos e sem estabelecer a divisão entre sociedade e território, próprio do legado eurocêntrico. Para este autor, os territórios são construções atravessadas pelas relações sociais e de poder. Concebe o território “não como substância a-histórica e que sempre é inventado, e como tal o realizam concretamente os sujeitos históricos que os instituíram”. A reinvenção dos territórios a experiência Latino-americana e caribenha. Nos desafios das emancipações em um contexto militarizado. (p.151/ 2009). Expressão popular, SP.

habitantes. Giraram estas ao redor de brindar os “serviços” de aqueduto, esgoto, energia, e educação, entre outros, os quais estiveram estreitamente relacionados com a dinâmica do crescimento populacional e expansão territorial do assentamento. O trabalho comunitário neste período se caracterizou por ser iniciativa de seus habitantes, os quais desde baixo e desde dentro, desenvolveram sua energia voluntária, conhecimentos práticos para resolver suas múltiplas necessidades, o uso de técnicas ao alcance de suas capacidades e recursos econômicos próprios, os quais contribuíram para afiançar seu processo auto-organizacional, com o qual emergiu certa “aura” de autonomia e autossuficiência, devido ao isolamento no qual se encontravam com respeito ao sistema urbano da cidade.

Enquanto às expressões estruturais de sua auto-organização comunitária, a entendemos nos termos utilizados por Maturana e Varela, (1995)¹³, tais como os comitês ou conselhos se caracterizaram por estabelecer relações horizontais e tomada de decisões coletivas (reuniões ou assembleias), as quais se operacionalizaram em diferentes escalas ou níveis do assentamento (quadras, setores ou totalidade do assentamento), de acordo à demanda do serviço coletivo e exigência do trabalho comunitário.

Com respeito à liderança, se erigiu articulada organicamente com sua base social, a qual se colocou a frente de seus deveres, estabelecendo uma forma de administrar: algo assim como “mandar obedecendo”.

Em termos políticos, a organização comunitária, esteve encaminhada a romper o controle político que exerciam alguns particulares e funcionários corruptos da administração municipal a partir do açambarcamento de recursos públicos, fundamentais para a sobrevivência do assentamento de Polvorines. Nesta fase, dizer que a auto-organização comunitária rodeou-se de um halo de autossuficiência, não quer dizer que foi feito à margem da “trama de relações que estabeleceram entre si”, dada as condições e circunstâncias que tiveram que “contornar” em seu diário viver, nem muito menos, à margem das distintas administrações municipais e departamentais, que durante este período descansaram basicamente, mas não exclusivamente, em relações paternas e assistencialistas.

¹³ Os quais diferenciam organização de estrutura: um sistema se caracteriza por sua organização, que é o conjunto de relações entre os componentes; no entanto, a estrutura do sistema é a manifestação física da organização. (ALBERTO MATURANA E FRANCISCO VARELA. De máquinas y seres vivos, Universitaria, Santiago de 1995). Para nosso caso, podemos dizer que a organização micro-social foi a comunidade, e as estruturas os conselhos, os comitês e a JAC.

Desde meados dos anos 80, e com certo grau de consolidação da auto-organização comunitária e instalação de alguns serviços coletivos, se inaugura no assentamento, a Junta de ação comunal (JAC). Não esqueçamos, tal como sustentamos anteriormente, que este foi um programa promovido pelo Estado colombiano durante o Frente Nacional, que buscava ganhar legitimidade frente à oleada de repressão militar e paramilitar, levada a cabo contra a mobilização e insurgência popular durante esses anos funestos conhecidos como a Violência. Para tal fim, se impulsou o desenvolvimento comunitário tanto na zona rural como na zona urbana nos bairros populares do país. A partir daí, o bairro Polvorines, intensificou suas relações tanto com os organismos institucionais do Estado como com organizações não governamentais, as quais começaram a ter presença no bairro, graças à “força das pessoas”.

Vale a pena, reiterar, de acordo ao esboçado até agora em nosso documento, que este processo se desenvolveu num contexto sociopolítico, no qual primava na América Latina o modelo desenvolvimentista, onde se compartia a premissa, que o crescimento econômico em um determinado momento, terminaria por integrar à massa de pobres que de maneira incessante, se instalavam nas periferias de suas principais cidades-industrializadas (TURNER, 1970). Os organismos internacionais, tais como o BM, US-AID, formulavam as diretrizes políticas para o problema da moradia nos países do Terceiro Mundo, no qual os assentamentos ilegais, mais que um problema, se via como uma solução viável levada a cabo pelos pobres, traçando a orientação para os Estados nos países em vias de desenvolvimento, de apoiar em trabalho mancomunado com Ongs, o fornecimento de infraestrutura coletiva, sob a premissa de que a solução da moradia individual por parte dos pobres seria o caminho mais idôneo para inserir-se no progresso de seus países (JANNSEN 1984, TURNER 1970, DAVIS M. 2007).

A partir deste momento, se constituem e consolidam relações instrumentais entre os habitantes de Polvorines com os “agentes externos”. As quais descansaram basicamente em pactos e contratos, nos quais seus habitantes cada vez mais foram conscientes – sem desconhecer seu grau de subordinação socioeconômica e política –, do que representavam em termos de “quota de poder”, tanto para sua liderança instalada no novo organismo de representação sociopolítica (JAC) – “um líder sem base social, é como uma pandorga sem rabo, que não logra subir ao céu” –, como para estabelecer suas relações de clientela com os

múltiplos agentes externos que tiveram presença em seu território. Nesta intensa, complexa e contraditória trama de relações sociais entre base social/(JAC), partidos políticos, administrações Municipais, Estaduais e Organizações não Governamentais (Ongs), se “acelerou” o processo de integração do bairro Polvorines ao sistema urbano, o qual tem tido consequências sobre os processos de sua auto-organização comunitária.

Algumas destas consequências foram: uma maior dependência de seus habitantes frente ao agente externo, o qual tem levado a que se debilitem notavelmente suas iniciativas próprias. Também, se gerou um processo de dispersão comunitária, o que não quer dizer, em sintonia com o planteado por Zibechi (2007), que se assista a um isolamento entre as pessoas, mas sim, muito pelo contrário, uma diminuição de seus vínculos sociais no âmbito familiar, de vizinhança e setorial (por quadras), primando por sua vez, uma somatória de estruturas organizativas desarticuladas entre si.

Alguns teóricos (JANNSEN 1984, DAVIS M. 2007) diagnosticam este momento, como um forte processo de fragmentação social no mundo popular, devido ao esgotamento de suas reservas solidárias frente à precarização de suas condições de vida que tem trazido consigo a implantação do modelo neoliberal, nestas três últimas décadas. Sem desconhecer este fato, consideramos, e é o elemento fundamental deste capítulo, que a auto-organização comunitária do bairro Polvorines, frente à inserção das formas e regras de jogo criadas pelo sistema dominante, para participar pelo desenvolvimento social de seu território, interiorizou a lógica da representação política que agencia o estabelecimento, como é a de estabelecer relações sociais de hierarquia e centralizar o poder em uns quantos. Desta maneira, se reproduziu um colonialismo interno, que se contrapõe, às relações sociais horizontais, que no início do assentamento criaram seus habitantes constituindo um “nós”, onde o poder residia em cada um deles, e quem dirigia ou liderava os processos de mobilização e trabalho comunitário se legitimava no “mandar obedecendo”, evitando a centralização do poder em uns poucos. Consideramos então, esta perda de relevância comunitária, e em sintonia com Zibechi (2007, 2008), como um mecanismo de pessoas, para questionar estas relações hierárquicas, e melhor ainda, exigindo novamente instaurar as relações cara a cara, onde o poder não se edifica por fora de uma “sociedade em movimento” ¹⁴.

¹⁴ No entendido, como o concebe Porto-Gonçalves C., de que movimento “é mover-se, é mudar de lugar, rejeitar o lugar ao que historicamente se está assignado dentro de uma determinada organização social,

Daqui para frente, apresentaremos os dados obtidos em nossa pesquisa sobre o processo de assentamento do bairro popular Polvorines. Que expomos através de um conjunto de “fragmentos” de entrevistas feitas a profundidade, realizada tanto aos primeiros moradores e dirigentes, que entraram a colonizar território-urbano na periferia da cidade, como também aquela liderança instalada na Junta de ação comunal (JAC) a partir da década de setenta. Nesta seção procuramos recuperar e reconstruir um pouco sua história, acudindo à memória coletiva, que descansa em cada um de seus “*protagonistas*”. Em consequência, se tem guardado fidelidade da palavra e riqueza dos relatos das pessoas (obviando suas identidades por motivos de segurança), cujo papel testemunhal foi relevante ao longo de nossa pesquisa, para compreender a “outra cidade”, que vão constituindo os sem teto, nas margens ou periferias da “sociedade moderna” da cidade de Santiago de Cali.

- **Procedência da população de Polvorines**

A maioria das pessoas sem teto de Polvorines são migrantes, que provinham de diversos lugares do país, principalmente dos departamentos de Quindío, Nariño e Cauca. Territórios, que foram objeto de extensão das relações de capital durante a década de cinquenta, o que trouxe como consequência, a expropriação e deslocamento forçado da população campesina (alguns com rasgos indígenas), às principais cidades do país, tal como o referenciamos no capítulo anterior. Neste sentido, podemos afirmar que o assentamento desde suas origens, se caracterizou por sua homogeneidade socioeconômica (população excedente) e heterogeneidade étnico-cultural de sua população. A respeito expressou um dos entrevistados:

De onde proveem a maioria das pessoas de Polvorines? A maioria são quindianos, caucanos e nariñenses. São comunidades diversas em sua forma de pensar. Por exemplo, o nariñense, é mais fácil de trabalhar com eles, porque em Nariño há um sistema comunitário entre eles; você vai às veredas e encontra terrenos, como uma colcha de retalhos. [...]. Têm um troço, que aqui está sua casinha e ao lado o quintal, no qual tem de tudo, a subsistência para o diário. E trabalham muito em “minga”, que conheci em Nariño, para o plantio de milho, como para a construção da casa, trabalham em “minga”, ninguém cobra. Com os nariñenses se trabalha muito. Com o índio-caucano não, é uma pessoa que critica muito. [...]. É uma

peessoa que te dá à mão, mas quando tu faz uma cagada, já não é mais teu amigo. O caucano, é dado à imediatez e a receber, não gosta de plantar, mas dado a receber, gosta da imediatez. A política aqui tem que sabê-la administrar e como manejá-los. (Entrevista 125).

O anterior, não foi um obstáculo, segundo nossos entrevistados, para a constituição de comunidade e o trabalho comunitário, ainda, sob as difíceis condições com as quais se encontraram no processo de colonização urbana. Devido a que grande parte de seus habitantes traziam consigo, um forte legado de valores, instituições e práticas comunitárias, implementadas na construção de sociedades agrárias enraizadas no habitat andino, onde a unidade doméstica familiar e sua estreita articulação com a criação de vínculos sociais comunitários foram “peças fundamentais” que garantiram tanto a reprodução individual como coletiva das pessoas.

- Causas da migração do campo para a cidade

Sobre a migração do campo para a cidade, foram múltiplas as causas que tiveram os habitantes de Polvorines, para “*abandonar*” suas comunidades de origem, entre as quais se destacaram: a estreiteza do minifúndio em suas comunidades de origem, que não garantia a reprodução social da família; a outra grande causa, foi a expectativa de migrar à cidade para melhorar seus ingressos econômicos. Não podemos esquecer que durante este período a região presenciava um desenvolvimento relativo da agroindústria e a princípios da década de setenta, na cidade de Santiago de Cali se realizavam processos de reestruturação urbana, ao ser sede dos jogos Pan-americanos, o que a convertia em um porto atrativo para construir melhores porvires. Neste sentido, comentou um dos moradores:

De onde vinhas? Eu vinha do sul, do Bordo Cauca. Por que saiu do Bordo? Saí porque chegaram os 15-17 anos, trabalhamos no sítio, a gente não se encontrava aí, capinando, trabalhando desta forma, não dava. Meus pais tinham um sítio, nos anos 68-70, lá trabalhava toda a família, por exemplo, nós plantávamos milho para cultivar mandioca, até a minha mãe em uma mochila enfiava grãos de milho e plantava, isso era bom. Chegou um tempo no qual se esgotaram as terras, as terras se esterilizaram, se acabou a plantação, ao não ver recursos, então a coisa ficou difícil. [...]. Tinha-se a ilusão que no Valle a coisa era boa, o do corte de cana. As moças vinham trabalhar no serviço doméstico, ficavam um ano e chegavam com roupa nova, e lhes dizíamos que chegam as “*vallunas*”, e se punham bonitas e regressavam de lá e nos diziam que se ganhava grana. [...] os homens trabalham

nos engenhos açucareiros. [...] também chegavam com grana, compravam roupa nova e bebiam, eles diziam que lá se conseguia grana. (Entrevista 180).

Porém, a causa, mais exposta pelos entrevistados, foi a violência da qual foram vítimas por parte das forças militares como paramilitares. O que corrobora, como a população objeto de nosso de estudo, não esteve à margem das oleadas de Violência que de maneira recorrente se tem apresentado no país, estreitamente articuladas, entre outros fatores, aos ciclos de crise e reestruturação do capital, na qual se desenham novas estratégias para articular espaços geográficos aos circuitos de acumulação tanto regionais, nacionais como internacionais, tal como o expressamos em páginas anteriores. Neste sentido, nos manifestou um entrevistado:

[...], meu pai quebrou, porque as vacinas (suborno) dos paramilitares, o quebraram. É melhor não ter grana, mas estar vivo e não ter problema. Se por ir matar uma pessoa vou ficar com uma casa, prefiro ficar sem nada. A vida não tem preço. Muita gente de minha família morreu porque os mataram por problemas de terras. Meu pai saiu de Caldas para a Costa (litoral norte do país) pela violência, ele gostava da Costa, porque o “Costeño” vive a vida, de maneira simples, antes de ser contaminado pelas pessoas do interior. [...]. Por isso digo, o que se deve buscar frente aos conflitos, é dialogar; nos venderam uma cultura de ódio, que vem desde a parte superior, que é a segregação, fragmentação e atropelo. (Entrevista 164).

A partir do anterior, diríamos, parafraseando a Oliva A. (2007), que a configuração dos Estados modernos na América Latina, tem-se realizado segundo umas políticas que foram ocupando territórios e por sua vez expulsaram, e continuam fazendo-o, mão-de-obra do campo para a cidade, a qual se convertia em força de trabalho assalariado fundamental para cobrir as necessidades do capital. Tal como sustém Topalov, citado pela anterior autora (2007:14), “o capital não produz certos elementos de valor de uso complexo que não incluam em si condições de rentabilidade, passando ao financiamento público, o sistema de vias urbanas, os transportes coletivos, o abastecimento de energia, água, redes de evacuação dos desperdícios, etc., os quais constituem a infraestrutura necessária para a formação dos efeitos úteis de aglomeração (TOPALOV 1979: 27-28). Neste sentido, a cidade, tem cumprido certas funções para o desenvolvimento capitalista, criando infraestrutura física e social, tais como: os “Ferrocarriles Nacionales”, serviços de energia, esgoto, moradia, instituições educativas etc., que demandavam mão-de-obra, e que foram fonte de inserção laboral para uma parte da população migrante.

Igualmente, a violência foi utilizada como dispositivo efetivo para contrabalançar os processos de mobilização e organização popular, que em determinados momentos históricos ameaçaram a ordem social, na qual uma classe dirigente mostrou-se relutante a implementar as reformas sociais, que têm demandado as vertiginosas mudanças que traziam consigo os inacabados processos de modernização econômica e urbanização, que se impulsaram no país, desde a década de cinquenta até nossos dias.

- Surgimento do Bairro Polvorines na década 70

Entre as décadas de setenta e oitenta, tal como já se mencionou, 30% da população caleña, se havia estabelecido em bairros “ilegais” situados em suas áreas periurbanas: na zona plana, conhecida como o Distrito de Aguablanca e na parte alta ou cerros tutelares (ladeira), lugares onde se concentrou grande parte dos setores populares da cidade. A “sucursal do céu” como é nomeada pelos anúncios publicitários que promovem seu turismo, tem sido objeto permanente de ampliação de sua “mancha urbana” a partir dos fenômenos da migração e do deslocamento, os quais têm estado estreitamente relacionados, como temos defendido até agora, com os processos de recolocação de capitais que inserem novos territórios ao circuito econômico do sistema mundo capitalista, o que traz consigo disputas por seu controle político-militar entre atores armados tanto legais como ilegais, entre outros fatores.

De fato, a princípios da década de 70, no antigo sítio do senhor Daniel García, onde se encontra hoje em dia o bairro Polvorines (zona de ladeira), um grupo de seis famílias, em 3 de agosto de 1972, iniciam seu processo de assentamento através da modalidade de parcelamento pirata¹⁵, as quais compraram terrenos de diversos tamanhos de acordo a seu poder aquisitivo. A qual foi promovida por um Conselho adjudicatário – apoiado informalmente pela administração municipal –, encarregado de estabelecer a intermediação entre o proprietário do prédio e seus futuros habitantes. Neste sentido expressou um dos entrevistados:

¹⁵ Entre o déficit habitacional e as invasões, JANSSEN (1984:) sustém que o bairro ou parcelamento pirata, é uma solução tolerada “porque diminui a pressão sobre a propriedade particular, evitando as invasões e oferecem uma solução aos sem teto onde localizar-se”.

Muitos não sabem como foi a fundação aqui, eu morava em Siloé pagando aluguel e sempre com a ideia de conseguir um ranchinho e alguém me disse que no bairro o Guabal e o Panamericano há um Conselho, integre-se a esse Conselho que se chamava os adjudicatários, este Conselho nasceu do Crédito Territorial que hoje é Inurbe e a missão desse Conselho de adjudicatários era conseguir terrenos para as pessoas de escassos recursos. [...]. Nós entregamos terrenos no Pondaje, Guabal, Marroquín; chegamos e negociamos com algum terratenente, porque em Cali tem havido muito terreno ejido e segue havendo. [...]. E este foi assim, [...] aqui encontramos um dono que se chamava García, quando já viemos aqui a Meléndez, perguntando de quem era isto, já nos disseram, veja isso é de um Sr. Daniel García já o cumprimentamos, já nos mostrou, disse sim Senhor, podemos loteá-lo, nos mostrou tudo isso estava roçado, era um arrabalde, um pedaço estava roçado, nos mostrou de baixo, lá onde está roçado isso é, por tal parte são os lindeiros. Vocês me ajudam a acabar de limpar e loteamos, nesse tempo se vendia a cada pessoa. [...]. Isso foi em que ano? No ano 1970, aqui entramos no ano 1972. (Entrevistas 1.1).

Aqui é evidente, como o Estado impulsionou estes processos de assentamento ilegal, trasladando por um lado, os custos de urbanização aos setores populares, e pelo outro, desativando o conflito social a partir da diminuição da pressão por parte da população sem teto sobre solos urbanos de grande rentabilidade econômica. Não podemos esquecer que uma das características durante este período, esteve marcada pela presença nas principais cidades do país, pelo movimento popular que ergueu entre suas principais reivindicações, o direito à moradia e seu fornecimento urbano.

- Surgimento da invasão

Quatro anos mais tarde de ter-se iniciado o “*parcelamento pirata*”, um terreno – de duvidosa propriedade, até os dias de hoje –, foi ocupado de maneira “*espontânea*” por um grupo de trinta famílias – em 8 de dezembro de 1976 –, para as quais foram distribuídos terrenos de 30x8 mts². A partir de então, são reconhecidos no bairro, como o setor “*8 de Dezembro*”. As mulheres – mães de família – desempenharam um papel decisivo no empreendimento desta ação coletiva – às vezes sem o consentimento de seus companheiros –, comentando nossos entrevistados, que desconheciam quem promovia a ocupação, e que, além disso, não contavam com nenhum tipo de experiência sobre este tipo de práticas. Comenta-nos uma entrevistada:

E uma vez me disse dona xxx, você de repente não gostaria de ir invadir uma invasão, pois a gente estava mais jovem e aliviada e agora não sou capaz de fazer

nada. Eu lhe disse, eu sou capaz Senhor xxx. Disse-me, esteja pronta esta semana porque vamos invadir por lá, uns terrenos grandes, muito bons. [...]. Mas a gente como montanheiro não sabe o que é isso de invadir, a gente não sabe nada. [...]. Fizemos um “puxado”, todos, uns para lá outros para cá, uns nos ajudavam a bancar, outros a eles, todos de acordo. [...] nós íamos na casa do Senhor xxx, fazer as necessidades lá, e ele também nos cuidava nossos filhos e lhes dava de comer. Já havíamos feito o casebre, e tínhamos todas as crianças reunidas quando vieram e fizeram um motim tão horrível. [...]. Se amotinou toda essa gente e disseram façam o favor e o dessa senhora o respeitem, olhem como tem todas essas crianças. Levem as nossas coisas, mas as dela não. E quais são as suas coisas? Olhe são esta, esta. E vou tirando desse carro essa madeira e voltei e a amarrei [...]. (Entrevista. 1.85).

Aqui podemos ver sem lugar a dúvidas, que este processo de ocupação foi realizado sob um manto de total clandestinidade; não se sabe por um lado, quem a dirigiu e pelo outro lado, o grupo que entrou a preparar o terreno para levantar seus “puxados” e edificar suas futuras moradias não se conhecia entre si. Dadas estas condições materiais e imateriais tão adversas, ainda quando o processo de loteamento foi individual, se começou a configurar um “nós”, a partir das relações sociais de cooperação, apoio e solidariedade que começaram a estabelecer entre os ocupantes (vizinhos). Esse “nós”, começa a ter um peso por cima do indivíduo, por razões eminentemente práticas (insegurança de todo tipo, adequação e loteamento do terreno, construção de fornecimentos coletivos, delinquência etc.) tanto como culturais, o que os levou a unir-se e a estabelecer alianças entre seus pares.

Nesta ordem de ideias, diríamos como planteia ZIBECHI (2007), que reflexiona sobre os processos comunitários realizados pela população Aymara nas periferias urbanas do Alto, na Bolívia, que é este tipo de unidade, na qual descansa a organização comunitária, a que garante, à população que ocupa terrenos nas áreas periurbanas da cidade, ficar em estado de alerta frente às ameaças externas, etc., em últimas, a qual lhes permite sobreviver e preservar suas vidas.

- **Migração Intraurbana**

Sem exceção, a maioria das pessoas de Polvorines, realizou um duplo movimento para chegar à área suburbana de ladeira. Saíram do campo, e se instalaram diretamente nos bairros populares da cidade, tais como: Caldas, Unión de Vivienda Popular, Meléndez, Terrón Colorado e Siloé. Passando depois ao processo de assentamento bimodal (B. pirata e ocupação) nos cerros tutelares. Tal como o expressa o seguinte testemunho:

Quanto tempo faz que você chegou a Polvorines? Faz 34 anos, mas antes cheguei ao bairro Unión de Vivienda Popular, lá estive pagando aluguel com 7 rapazes. Chegamos de penetras onde morava o cunhado de minha irmã, ele nos deu pousada. Chegamos com meu esposo com as mãos vazias, o meu cunhado lhe deu um carro desses para vender sacolé, lhe ensinou como fazê-lo e as rotas, e assim estava garantida a comidinha. Não nos cobrava aluguel. Quando já se cansou conosco aos oito meses, nós fomos pagar aluguel no bairro de Vivienda Popular, que minha Filha que trabalhava em uma casa de família, nos ajudava a pagar. Tínhamos uma peça desocupada, porque como não tínhamos móveis, nada, a alugávamos a um senhor muito formal, aos poucos meses de morar com o senhor, que por ele é que estamos aqui e nós o queremos muito. (Entrevista. 1.84).

A partir do anterior, podemos afirmar que a “*inserção*” à vida urbana, foi facilitada pela generosidade de familiares, parentes próximos ou amigos, os quais brindaram toda uma gama de apoio, desde ensinar-lhes um “*ofício*” para sobreviver na “*selva de concreto*”, até colocar a sua disposição suas reservas solidárias ao ponto de “*esgotar existências*”. Neste sentido, compartilamos com SALAZAR (2008: p 25) que as decisões que tomam os migrantes até onde ir, não são uma questão de sorte, mas sim, que obedecem ao “*alcance máximo de suas redes sociais que têm feito outros indivíduos no passado [...]. É a memória que está por trás da informação a qual determina para onde ir*”. Agregamos, em sintonia com dito autor, que esta memória, não é nostálgica, mas sim, múltipla, produto de um país em movimento, que não cessa de reconfigurar seus territórios e expulsar seus moradores, a partir dos processos de crises e expansão do capital.

Igualmente, consideramos que o planteado pelo modelo TURNER apud JANSSEN R. (1984: 86), os quais partem do suposto, que os habitantes dos bairros periféricos das zonas suburbanas ou invasões, “*proveem dos tugúrios centrais de inquilinatos*”, para nosso caso, como o apontamos, não se deu. O que nos leva, à necessidade de avançar em estudos e análises concretas de nossas particularidades históricas com respeito aos processos de configuração urbana realizada pelos setores populares, que nos permitam “*inferir*” generalidades.

- **Causas da migração intraurbana**

As principais causas que expuseram nossos entrevistados, para morar no bairro Polvorines (sob a modalidade pirata ou ocupação) estão estreitamente relacionadas com os

mecanismos de expulsão que têm trazido consigo os processos de reestruturação urbana, os quais indiscutivelmente tiveram consequências sobre o crescimento da cidade. Já que incidiram no incremento do valor do solo urbano, o que por sua vez, contribuiu a elevar os cânonos de arrendamento das moradias. Não podemos esquecer que a cidade se revestia de grandes obras arquitetônicas ao ser sede de um evento esportivo de caráter internacional. Assim, o expressou o seguinte testemunho:

Eu cheguei nos anos 80, a Polvorines, porque era muito difícil morar no plano pelos altos custos, e meter-se com o Instituto de Crédito Territorial, era difícil meter-se, isso era panelinha. A única saída que se tinha era comprar um terreno e começar a construí-lo. As pessoas que chegaram a Polvorines são deslocadas pela cidade pela construção da Avenida Suroriental, a 44 e parte da Simón Bolívar que chegou até Mariano Ramos, a valorização fez com que as pessoas tivessem que ir embora porque não tinham como pagar esses aluguéis tão caros e não havia trabalho. [...]. (Entrevista 177).

Desta maneira, os habitantes de Polvorines são conscientes destes mecanismos de expulsão, os quais nutriram a decisão de transladar-se à periferia da cidade em procura de ser “proprietários, pela necessidade que têm os pobres de tirar de si a *“condição de arrendatários”*, o que dizimava significativamente seus escassos recursos econômicos”.

- **Atividades econômicas**

Em resposta a nossa pergunta, sobre os ofícios que desempenhavam os habitantes de Polvorines, houve consenso no total de entrevistados ao apontar, que dependiam de atividades econômicas informais, as quais compreendem uma heterogeneidade de ofícios, tais como obreiros de construção, empregadas domésticas, vigilantes, tendeiros, vendedores ambulantes, carreteiros (transportam com carretas, mercadorias, alimentos nos mercados públicos), comerciantes, lavandeiras, passadoras de roupa, representantes de vendas, artesãos, etc. Em grande medida este tipo de trabalho não tem relações estáveis com o *“mercado laboral”*, pelo qual – raras às vezes – se especializam num só ofício, destacando-se sua capacidade para “realizar de tudo um pouco” de acordo à oportunidade que se apresente. Tal como se observa na seguinte entrevista:

Em que trabalha a maioria das pessoas? Como até agora, as mulheres como empregadas domésticas, hoje lhes pagam é por dia, e os homens em construção, vendedores ambulantes, vigilantes. Eu era a sensação como era a única universitária nessa época, ou melhor, cheguei onde era. (Entrevista 161).

Um estudo realizado pela Prefeitura de Santiago de Cali, sobre Indicadores de Exclusão Social (SIISAS, 2008), demonstra, para a zona de nosso estudo, que 66% da população com idade para trabalhar, leva a cabo sua atividade econômica no setor informal. Indagando sobre a pobreza e tomando entre outros indicadores, o ingresso e a falta de consumo de uma das três comidas apontam que 42,5%, de um total de (4.446) lares entrevistados, não havia consumido alguma das três refeições consideradas básicas (desjejum, almoço e janta), por falta de dinheiro. A propósito, os dados referidos sobre os ingressos totais dos lares, revelam que recebem apenas um montante de 270 dólares ao mês, o que é supremamente baixo, se temos em conta que a média por lar, hoje em dia nesta zona, é superior a (4,0) pessoas.

As cifras, às que fazemos referência, nos demonstram que a situação socioeconômica da população de Polvorines desde esse então até hoje, não tem variado significativamente. O anterior, por um lado, confronta radicalmente a premissa exposta pelos organismos internacionais BM, US-AID na década de setenta, na qual se planteava que a solução de moradia individual encontrada pelos pobres nos bairros periféricos na América Latina, era a passagem mais idônea para inserir-se no progresso dos países. Como temos defendido em nosso documento, tomamos distância, em primeiro lugar, sobre o conceito de marginalidade que predominou na década de 60, onde os pobres ou marginais, foram vistos tanto à margem e, como inúteis frente aos processos de acumulação do capital. Muito pelo contrário, assumimos aos pobres ou população excedente, como sendo parte constitutiva da dinâmica dos processos de modernização econômica/industrialização/urbanização levados a cabo na América Latina durante as décadas de 50. Pois não podemos esquecer, que foram as principais vítimas da aplicação do modelo de acumulação primária e/ou desapropriação, onde não apenas se lhes expropriou de suas terras ou meios de produção, mas sim, que também, em sua nova condição de moradores urbanos, assistem à arremetida das medidas neoliberais que começam a implementar-se sem trégua, a partir da década de 70 no país (flexibilização laboral, depreciação do salário, desmonte das políticas sociais por parte do Estado, abertura econômica), expropriando as conquistas logradas pela classe trabalhadora

durante os anos gloriosos do capital e transladando os custos da crise aos setores populares, agudizando ainda mais suas precárias condições de vida.

- Condições físico- geográficas do bairro

O bairro Polvorines, está situado sobre a Cordilheira Ocidental, a qual se encontra rodeada pelas bacias hidrográficas do rio Meléndez e Cañaveralejo. Esta atravessa o país de sul a norte, iniciando-se no “Nudo de los Pastos” e terminando perto do litoral Atlântico, com uma extensão aproximada de 1.095 km. Caracteriza-se por ser a mais baixa, das três cordilheiras que surcam o território colombiano. Segundo a agenda ambiental do “Departamento Administrativo de Gestión del Medio Ambiente” (DAGMA, 1998, p. 19), a formação geológica de seus solos, se caracteriza pela presença dos grupos Dolerítico e Cauca, os quais indicam, que nestas terras deu-se *“uma intensa atividade vulcânica não continua”* e que suas rochas *“procedem de uma alta acumulação de matéria orgânica, em um ambiente úmido que tem dado origem aos sedimentos carboníferos onde se alterna areias, argilas, siltitos e conglomerados de carvão”*. Jazidas carboníferas, que a inícios do século XX, foram exploradas pelos recém-criados “Ferrocarriles Nacionales”, os quais deixaram na sua passagem pelos cerros, uma depredação dos solos e contaminação de uma parte de sua riqueza hídrica.

Em termos da divisão político-administrativa do Município, Polvorines pertence ao corregimento da Buitrera e à Comuna 18¹⁶, encontrando-se em sua parte plana, bairros consolidados de estrato socioeconômico médio e médio baixo. Enquanto que na parte alta de ladeira, apresenta um entorno de alta vulnerabilidade ecológica, a qual tem sido objeto permanente, mas não de maneira contínua, desde os anos 60, de criação de assentamentos ilegais.

Sob estas condições, sobressaem, na memória coletiva dos habitantes de Polvorines, as múltiplas dificuldades e peripécias que tiveram que realizar em sua vida cotidiana, para superar não apenas o isolamento que durante as primeiras décadas viveram frente ao sistema urbano, mas sim, todo o esforço individual e coletivo que tiveram que realizar para

¹⁶ “O acordo municipal de 15 de agosto de 1988, divide o Município em setores territoriais de comunas e corregimentos, para uma melhor administração e prestação de seus serviços, como para outras entidades”. (DAGMA1998, p. 10).

“domesticar” a inospitalidade do território periurbano, no qual se assentaram, e que não dispunha de nenhum tipo de obras de infraestrutura física tais como aqueduto, energia, esgoto, rede viária, e muito menos, postos de saúde, escolas, espaços recreativos entre outros, como demonstrado, de maneira dramática, no seguinte testemunho:

Como eram as condições nesse tempo? Não havia transporte, apenas caminhos ou trilhos, meu pai trabalhava em construção e minha mãe lavava e passava roupa; éramos 6 irmãos, mais dois que foram adotados de criança. Desde então, temos morado aqui com todas as dificuldades. Como quais? Ir lavar no rio, madrugar às fontes de água, às poças daqui debaixo, fazer fila para ganhar um baldado de água e trazê-la pra cima, para logo voltar. [...]. Aqui descia a água por canaletas a um tanque de obra negra, se instalavam umas mangueiras que frequentemente se arrebentavam, nos tocava ir cada domingo porque havia que fazer-lhe manutenção à conexão da água, porque compartíamos o mesmo reservatório com o Alto de Nápoles, às vezes era fechado para que baixasse mais água a eles, e nós íamos abrir-lhe e fechar-lhe a eles para que nos baixasse mais água a nós. [...]. Nos tocava a cada domingo ir com os filhos lá, fundir uns passadiços que - todavia existem -, umas pontes aéreas para passar de lado a lado. A energia a trouxemos não com fio elétrico, mas sim, com arame farpado que passavam por cima das casas, trazíamos a eletricidade do bairro Algarrobos e frequentemente nos cortavam a energia e tínhamos que conectá-la novamente. Quando íamos fazer mercado, o carro chegava apenas até Meléndez, lá embaixo. E aí tínhamos que dividir o costal em várias sacolas para subi-las até aqui em cima, essa era a constante. (Entrevista 1.5D.).

4.2.1 A primeira forma de organização e de trabalho comunitário para o desenvolvimento sociofísico do bairro

- O compadrio e a vizinhança

Sob estas condições físico-ambientais e isolamento urbano, independente da ocupação do terreno (pirata ou ocupação), as pessoas pobres de Polvorines, construíram uma trama de relações sociais intrincadas nos diferentes âmbitos e dimensões de suas vidas a “secas”. Estas não apenas se converteram em pivôs fundamentais para o empreendimento do trabalho comunitário, que esteve encaminhado a resolver necessidades comuns e brindar os serviços públicos do assentamento de acordo ao processo gradual de sua expansão e densificação populacional.

Também, contribuíram a configurar um “nós”, que além de ratificar as pessoas em sua individualidade, lhes permitiu “sobreviver” em um contexto de marginalidade tanto

socioeconômica como política, em que de maneira individual era impossível sair. Desta maneira, as práticas de apoio, ajuda mútua que por sua própria iniciativa se estabeleceu entre familiares, vizinhos, amigos, compadres, aflorou com muita força em sua memória coletiva, atravessada por um profundo sentimento de agradecimento. Tal como se observa no seguinte testemunho:

Como eram as relações com as pessoas? Como lhe digo, todos passando a mesma situação com seus filhos, nem modo de dizer-lhe que a gente colaborava com os outros, porque como! Nos trabalhos comunitários, saíam as pessoas que podiam como lhe disse. Como era a relação com os vizinhos? Muito boa, graças a Deus. Como lhe digo, nunca tinha brigas, que a gente puxa para lá que o outro puxa para cá. Conscientes que vivíamos em uma mesma situação. Eu com a que mais falava era com minha comadre. O que é uma comadre? Ela ajudou a criar minha menina, ela foi uma pessoa que nos deu muito a mão, ela sim, nos deu muito a mão, porque estivemos mal, meu esposo esteve um tempo sem trabalho, muitas vezes não tínhamos com que comer, e ela trabalhava em um restaurante, nos trazia comidinha e nos dava. Acontecia isso? Ela apoiava o vizinho. Seguimos sendo vizinhos, não nos visitamos mas estamos pendentes, por um lado isso. Ela estava pendente de meus filhos quando eu saía. Em que trabalhavam vocês nesse tempo? Eu não trabalhava, mas quando trabalhei me apoiaram muito com o cuidado de meus filhos. (Entrevista 1.80).

A partir do que foi dito anteriormente, podemos observar que frente a umas condições tão adversas em termos ambientais e socioeconômicas, os pobres de Polvorines, estabeleceram relações de reciprocidade mútua, que lhes permitiu sobreviver. Estas relações orbitaram fundamentalmente sobre as necessidades sociais, tais como: o cuidado dos filhos, a ajuda frente a calamidades domésticas, a vigilância de suas casas quando se ausentavam por motivos de trabalho, etc. Neste sentido, compartimos, de certa maneira, com LOMNITZ L. (2000), a sua abordagem estabelece que são necessários dois elementos fundamentais para que surjam essas relações de reciprocidade mútua: a proximidade física e a distância social.

Ou seja, para a gestação destas relações sociais recíprocas, foi indispensável, viver perto do outro, o que não é suficiente para ir constituindo esse nós por cima do eu, mas sim, e simultaneamente uma abertura frente ao outro, o que permitiu ir construindo relações de vizinhança, compadrio, e não sobra ressaltar, que se “teceram mais além” da unidade doméstica familiar. Neste sentido, coincidimos com JANSSEN R. (1984: 103), quando afirma, que as relações de compadrio que tecem os pobres, são muito importantes para ir construindo uma estrutura social comunitária. Este autor ratifica nossa observação e agrega

que estas relações de compadres ou comadres, descansa entre parentes que se constituem mais além das relações consanguíneas e se estabelecem entre gente que vive tanto no mesmo bairro e se encontram em sua mesma condição social, em vez de “*relacionar-se de modo hierárquico com uma classe social mais alta*”.

- O apoio familiar

Sem desconhecer os aportes dos autores mencionados atrás, coincidimos com MONTAÑO (1981: 51), que para compreender as práticas dos setores subalternos, que executam processos de assentamento na cidade, é necessário ter em conta “*as condições preexistentes nas zonas rurais, que estão estreitamente relacionadas com a conduta do migrante no meio urbano*”. Nesse sentido, nos encontramos com uma população que traz consigo o legado sociocultural das sociedades agrárias de vocação cafeeira, que se construíram nas zonas de colonização agrícola nas décadas de 50. Aqui, a figura clássica do colono: sua mulher, seu machado, sua escopeta, e seu cachorro de caça, foram “peças fundamentais” para a reprodução socioeconômica do grupo social.

Agora, sem desconhecer que ditas sociedades agrárias como foi mencionado anteriormente, estiveram envolvidas em conflitos internos, consideramos que também, se agenciou um ethos que estimulava o apoio mútuo, o trabalho cooperativo e sua respectiva divisão de acordo à capacidade de seus membros, entre outros, que lhes permitiu enfrentar condições igualmente adversas, como foi o abrir “montanha” para a ampliação da fronteira agrícola, as quais se reproduziram sob outras condições, como expressa o seguinte testemunho:

Meu sonho era ter uma casinha para meter-me com as crianças para não estar sofrendo pagando aluguel. Eu sofria muito pagando aluguel, isso era horrível e com todas essas crianças. [...]. Até que chegamos aqui em Cali, e chegamos a esta invasão, ele começou a trabalhar nesta casinha. Tenho um filho, ele estava já grandinho, e não sei como foi que começou a dar à galeria Santa Helena, ele trabalhava num açougue de noite e chegava no outro dia e nos trazia boa comida, o garoto, ele já não está conosco mas se mantém pendente de nós. Ele disse: pai não trabalhe que eu lhes trago a comida e ele ficou fazendo a casinha, então o pai deixou de trabalhar por ficar construindo a casinha de pau-a-pique e o filhinho nos trazia a comida de Santa Helena, ele trabalhou 10 anos seguidos nessa galeria. [...]. “O apoio da família sempre tem sido assim”? Nós sempre lhes ensinamos

isso de ajudar-se um ao outro. Minha irmã me ajudou muito, e meu cunhado também, mas ele já morreu. (Entrevista 1.98).

Práticas socioculturais se recriaram no processo de colonização urbana, frente às dificuldades do entorno, tanto em termos ambientais como socioeconômicos. Nesta ordem de ideias, compartilamos com ZIBECHI (2007: 62), que a coesão social, que tem construído quem se assenta nas periferias urbanas, há que abordá-la, não tanto desde as estruturas organizativas através do qual se levou a cabo o trabalho coletivo, mas sim, desde a *“lógica doméstica, espaço onde em certo tempo esteve confinada a produção de valores de uso, a que começa expandir-se para o espaço público, a propagar-se de modo capital pelo tecido social, de modo muito particular nos momentos críticos das comunidades”*. Desta maneira, observamos, que a construção de comunidade, estabelecida pela população de Polvorines, apenas é compreensível, tendo em conta, os elos ou articulações que se teceram desde estes espaços capilares, onde a auto¹⁷ - organização transitou desde a família para o mundo do público.

- **As formas do trabalho comunitário**

Durante as primeiras décadas do assentamento, se criaram diferentes formas auto-organizativas, onde o esforço e o desenvolvimento do poder através do trabalho comunitário estiveram encaminhados para a instalação dos serviços públicos, os quais responderam simultaneamente a distintas necessidades humanas. Podemos destacar as seguintes características:

- Contar com a energia social voluntária, recursos econômicos, conhecimentos, tecnologias e destrezas, próprios da heterogeneidade sociocultural de seus habitantes. Estas se ativaram a partir da relação entre necessidade, expansão e densificação populacional do assentamento.
- Ausência de hierarquias entre a base social e sua liderança, dado que suas relações eram horizontais e as tomadas de decisões coletivas.

¹⁷ Entendemos a expressão auto, nos termos expressados por RAUBER I. (2010: 31), no qual alude à necessária participação consciente dos sujeitos que dão vida e sentido ao processo. Aponta que é na experiência, transformando, que os sujeitos vão desenvolvendo sua consciência política”.

- Desenhar regras próprias para a autorregulação e autocontrole da participação de seus habitantes. No qual a responsabilidade do poder-fazer ou trabalho comunitário, recaiu - não necessariamente numa ordem hierárquica -, na unidade básica familiar, na quadra-circunvizinha e no setor populacional territorial (8 de dezembro, a bifurcação conhecida como “Ye” etc.).
- O trabalho-comunitário como âmbito de reconhecimento, integração-identificação e aprendizagem social para as pessoas, as quais simultaneamente reforçavam a intrincada trama de relações sociais de sua organização comunitária.
- Também retomaram e recriaram formas organizativas herdadas de suas comunidades de origem sob as novas condições de exposição urbana.
- Outra característica muito importante foi produzir mercadorias onde primou o valor de uso por cima do valor de troca.

Deste modo se deram formas auto-organizativas que seus habitantes nomearam, indistintamente de conselhos ou comitês. Das quais, sem exceção, guardam recordações muito vivas, ao “assombrar-se” do que puderam “fazer juntos” para a instalação dos serviços coletivos, o que marcou um ponto culminante na história de seu bairro.

- O comitê da água e seus conflitos

Durante as duas primeiras décadas o bairro de Polvorines, de maneira autônoma, resolveu múltiplas necessidades, entre elas a mais urgente, o abastecimento de água, com um sistema de armazenamento e distribuição artesanal no qual se aproveitava – até esse então – as caudalosas águas cristalinas do rio Meléndez. Sua instalação, tal como refletem os testemunhos, se realizou de maneira escalonada de acordo ao processo de população, para tal fim se reativaram os comitês e/ou conselhos para garantir que ninguém ficasse de fora do apreciado líquido. Comitês e/ou conselhos, que através de reuniões ou assembleias, discutiam entre si, quais eram as técnicas e/ou estratégias mais adequadas para prestar este serviço (e outras necessidades). Ali, se definiam as regras e compromissos comunitários, onde grande parte da responsabilidade recaía basicamente na unidade familiar, a qual devia

aportar com força de trabalho e alguns recursos econômicos para a manutenção do “aqueduto artesanal”, entre outros serviços. Neste sentido, comentaram nossos entrevistados:

Como começaram a resolver seus problemas?

(R): Em comunidade, todos, todos, sempre reuniam as pessoas, se programavam as reuniões para pensar o que íamos fazer e com atividades, fazendo festivais. [...]. Quantas famílias eram mais ou menos? (xxx): Por aí mais de 20 ou 30, porque já havia pra cima, se havia povoado essa parte. A maioria das pessoas em que trabalhavam?

(xxx)I: Por aqui sempre é construção.

Construção, a maioria então decidiu trabalhar aos domingos, mas como saíam vocês, iam tocar na casa do vizinho, se viam?

(xxx): Não se programava como dizer um sábado pela tarde, uma sexta-feira em semana e no domingo vamos trabalhar, todos saíamos às 8 da manhã em tal parte nos encontrávamos.

(xx)I: Cada pessoa saía com sua ferramenta ou com o que tinha que levar.

(xxx): E nós íamos era com as panelas de limonada para dar de beber aos homens. Também ajudar a tirar terra onde picavam.

Cada família tinha que sair?

(xxx): Sim claro, o esposo, a senhora, o filho; se podiam todos, iam todos. (Entrevistas 1.67).

Anteriormente comentávamos que o assentamento de Polvorines se gestou simultaneamente com os parcelamentos piratas circunvizinhos dos bairros Alto Nápoles e Alto Jordán. Os quais também pressionavam pelo recurso de água, que em períodos de tempo seco se escasseava e paralelamente se agudizavam as disputas e conflitos entre seus habitantes, problema que foi resolvido, uma década depois, com a criação do aqueduto inter-comunitário “Acuasalud”, mas esta vez, sob o controle da Junta de ação comunal, mais adiante o retomaremos.

- Os comitês de energia

Durante a primeira década, o bairro contou com o abastecimento de energia elétrica, graças aos comitês ou conselhos, que se reativavam “espontaneamente” de acordo à expansão e população do assentamento. Juntavam-se os vizinhos, tanto por quadras ou por setores e nos fins de semana ou nos feriados, colocavam os postes e se conectavam de maneira clandestina às torres de energia elétrica mais próximas a suas moradias, para logo retroceder com sua força comunitária, à espera de uma nova convocatória.

O que quase sempre ocorria, tanto para emendar curtos circuitos provocados pelo emaranhamento de cabos, como cortes de eletricidade realizados por funcionários corruptos da administração municipal, os quais lucravam economicamente pelo controle de dito recurso, que era fundamental para a sobrevivência dos habitantes de Polvorines. Fato que também, aflorou com muita força na recordação das pessoas, tal como mostra o seguinte testemunho:

[...]. Já vendo essa força, de que começaram a entrar as pessoas, começamos a pegar a energia de contrabando, a pegávamos do Jordán.

A pegava cada família?

R/ Em Junta. A mim me ajudavam, ajudem-me para o cabo que a luz a colocamos, então eu lhes recebia a grana para o cabo, me ia a essas lojas de coisas usadas da Rua 34 e comprava esses rolos de cabo, me davam para o cabo e a energia não valia nada, a tivemos 7 anos.

Esse trabalho como o faziam?

R/ Púnhamos postes, ainda que de taquara, entre todos vamos trazer os postes em um caminhão, nos os púnhamos em um momento, púnhamos os postes; amanhã vamos esticar o cabo, já o trazíamos e começávamos a repartir-nos, comprem cabo, quer dizer, aqui 7 anos a mantivemos, aos 7 anos já começou o município vir a colocar os postes para pôr a energia, porque já começaram a estragar os transformadores, se queimavam os transformadores, o primeiro que nos subiram foi a energia elétrica.

- Os comitês de obras públicas

Para o fornecimento de obras públicas (estradas, calçadas, escadas, esgoto), os habitantes de Polvorines, igualmente ativaram seus comitês ou conselhos a nível setorial ou por quadra, que sem abandonar as iniciativas próprias para arrecadar fundos econômicos, etc., também estabeleceram relações com a administração municipal e partidos políticos.

Relações que estiveram marcadas por um tom eminentemente paternalista-assistencialista, que deram resposta, de maneira dosificada, às necessidades pontuais (escadas, calçadas, encanamento de esgoto, etc.) da população. Mas foi esta última, com seu trabalho comunitário, quem abriu a estrada principal do bairro e, por sua vez, instalou de maneira escalonada e não contínua esgotos artesanais. Também os comitês se ocuparam de encorajar as pessoas, para que utilizassem latrinas sanitárias em suas respectivas moradias, o que foi uma solução parcial ao problema de “*saneamento público*” que padeceu a área por quase uma década, o que pode observar-se, nas próximas entrevistas:

- Estradas e construção de escadas

Entre nós fazíamos atividades variadas, às vezes, bingos, outras vezes bailes com salgadinhos, ou festivais; os recursos iam sendo guardados, já quando havia um recurso importante, se conseguia uma máquina retroescavadeira, ou se ia ao município e vinha esta gente, e nós, por baixo dos panos dizíamos ao motorista, lhe dizíamos, veja arrume-nos bem a via, ou seja, fazíamos festa, matávamos galinha e lhe dávamos “sanchocho” (sopa típica da Colômbia), etc., nós fazíamos isso para ver as vias como dignamente. [...]. (Entrevista 1.22).

- As escadas

[...]. Como lhe parece que não tínhamos caminho, mas sim, um barranco e rodávamos por aí abaixo. E eu lhe disse dona (xxx) ajude-nos com Murgueitio para umas escadas. Sim, eu vou trazer a Murgueitio para que veja que não têm caminho e os ajude. É verdade, uma vez veio de relance e perguntou quantas famílias são? E dona (xxx) disse que 30 famílias, para que nos dessem grana para as escadas. E por onde passam vocês? Por este trilhinho e terminamos rodando por aí abaixo nesse barranco. Pois chegou o dia que nos juntamos, no qual Murgueitio deu uns 40 sacos de cimento, uma caçamba de brita, tudo nos deu para as escadas. O trabalho sim, o pusemos entre nós, entre os vizinhos, com meu compadre que ele é construtor, com planos, todo mundo ajudou, e ficaram muito boas essas escadas aqui. (Entrevista 1.99).

- O esgoto

O do esgoto era uma coisa muito horrível, aaaiiii, como isto estava sem pavimentar, nem nada, por toda a bordinha assim, fazer uma canaleta; e a gente pegava e esvaziava o sanitário, não aguentavam as pessoas abaixo; já por último, aqui tínhamos uma latrina, o velho fez um buraco e o fechou com tábuas e aí fazíamos as necessidades nesse buraco, aqui embaixo. E sofremos muito pelo esgoto, quase que não conseguimos. Sem esgoto, sem nada, a luz muito má, pouquinha, se queimavam seguidamente esses cabos a gente ficava no escuro, prendendo velas; a gente sofreu muito. (Entrevista 1.91).

- A escola

O comitê ou conselho pró-escola (Compartir) se reativou dez anos depois que os habitantes de Polvorines expulsam de seu território, a uma funcionária da administração municipal – filha das elites econômico-políticas da região –, a qual canalizava recursos públicos a nome da incipiente escola de Polvorines e os destinava para seus interesses particulares, um clube cívico, no qual simultaneamente funcionava a sede da escola. Rompido o pacto político, a população, além de ver-se forçada a matricular a seus filhos em

escolas distantes de suas moradias, arrastrou consigo um sentimento de frustração e derrota, já que muitas de suas petições para reativar o serviço educativo no bairro, não tiveram eco, nas surdas instâncias governamentais locais, devido à confrontação radical que se tem tido, com um dos representantes políticos da elite regional. Desta maneira o expressa um de nossos entrevistados:

[...] Já veio a senhora Mercedes LLoreda, ela nos ajudou muito. Ela pediu em todas as esferas oficiais para a escola de Polvorines, e ela fez esse clube, onde estão as freiras. Então chegava material para a escola de Polvorines e havia um pouco de sócios das empresas municipais. [...]. Eles fizeram isso lá e começaram a levar as crianças para estudar lá, e as pessoas ficaram contentes. Até que um dia disseram, isto aqui não é uma escola, é para os sócios, para vir descansar, se haviam posto que chegavam à hora que fosse, e colocavam panelas de “sancocho” (sopa típica colombiana), se punham a tomar bebida alcóolica e tudo isso. Que lhe custou à Senhora isso, o desterro daqui do bairro. Pois todas as mães e pais se enfureceram, e daqui de “Tres Esquinas” não passavam. Então lhes disseram que se as crianças não podem estar aqui, então vocês também não, desocupem. E aqui a esperavam com pedra, até que ela fez contato com “Fe y Alegría”, e lhes doou às freiras para que elas pusessem o colégio, ela morreu faz como 10 anos. O que passou com as crianças? Tocou mandá-los para baixo, para a “Esperanza” que era uma casinha, eu era conselheiro da “Esperanza” e ajudei a colocar alguns. (Entrevista 1.93).

Com o aval da recém-criada Junta de ação comunal, se reativaram os desejos e esforços comunitários de ter novamente sua sede educativa, reavivando-se o comitê pré-escola, no qual novamente, através do desenvolvimento do trabalho comunitário e aproveitamento do talento dos moradores do bairro, criaram por iniciativa própria a escola “*Estanislao Zuleta*”, a qual depois, por exigências da integração ao sistema urbano e segundo nossos entrevistados por “*razões políticas*”, se lhe designou oficialmente como a escola “*Magdalena Ortega de Nariño*”. Nome, que ainda não logra espantar de suas recordações, a persistente luta das pessoas de ter uma escola pública no bairro, tal como o expressa o seguinte testemunho:

[...]. Tínhamos o terreno, mas agora, como vamos construir? Quais políticos vão nos ajudar? Então chegou Cecilia Balcázar que nos disse que nos ia ajudar. [...]. Mas não nos ajudou em nada, então fizemos com as pessoas de noite, atividades como bingos, festivais, pastéis. A escola noturna funcionava na casa comunal, mas estávamos trabalhando na outra, de manhã. Com isso compramos o material, e com isso se fez um galpão, o qual dava início a nossa escola. Não se acreditava muito no projeto, fizemos um galpão que era um salão sem divisões, cobramos 600 pesos por matrícula e 150 pesos mensais, isto era para gastos. [...]. O projeto da escola seguia por aparte, com o aval do presidente da Junta de ação comunal, nos

falávamos. [...]. Lhe coloquei o nome de “Estanislao Zuleta”, ele morreu em fevereiro, e a escola a construímos em agosto, então lhes disse aos pais, porque chamá-la assim, porque ele era uma iminência na educação e uma pessoa reconhecida na sociedade e isso lhes ia servir, era também uma estratégia, porque ele era um professor. As pessoas me disseram, você sabe o que fazer, então faça. (Entrevista 1.110).

Em termos gerais, observamos por um lado, que a implantação do poder-fazer comunitário, se fez efetivo nos fins de semana e nos feriados. A maioria das vezes se convocava à “minga” comunitária – forma organizativa herdada dos povos ancestrais ameríndios –, a qual aglutinava o trabalho comunitário para desenvolver tarefas que respondiam às necessidades comuns e transcendiam o estreito âmbito territorial de quadra ou vizinhança, visualizando o assentamento. Desta maneira, identificamos um movimento pendular no qual respeita à implantação do poder-fazer ou trabalho comunitário desenvolvido pelos setores populares, consistente na dispersão e concentração da força social, onde a comunicação, a coordenação e tomada de decisões, esteve articulada organicamente com os vínculos sociais que se entrelaçavam desde os espaços capilares em sua vida doméstica, transcendendo ao âmbito do público.

O que permitiu, por um lado, implantar de acordo ao processo de população/expansão do assentamento/necessidade, comitês ou conselhos e a “minga” comunitária, onde a faixa de ação oscilou entre os diversos e complementários âmbitos jurisdicionais do assentamento. Por outro lado, esta prática do trabalho comunitário, na qual primou o valor de uso, conjugou tanto a autogestão popular, como também, relações de clientela com os agentes externos, que foi iniciado com um forte tom assistencial e paternalista.

- A dor une às pessoas

A dor foi um dos sentimentos que assomou de maneira recorrente na memória coletiva de nossos entrevistados. O que esteve estreitamente relacionado com as condições tão hostis que tiveram que enfrentar a maioria dos habitantes do assentamento, tal como já temos ilustrado. Também, pelo vivenciado pelo grupo das trinta famílias que invadiram o setor conhecido no bairro como “8 de dezembro”, o que vários meses depois foi objeto de uma brutal intervenção por parte das forças militares do Estado, desatando-se desde esse

momento um “*puxa e afrouxe*”, no qual os ocupantes desenvolveram múltiplas estratégias coletivas para persuadir as forças de ordem e lograr permanecer na zona ocupada: barreiras humanas com as mulheres e os filhos para impedir a desapropriação, permanência das crianças nos barracos, comitê de negociação com os donos do terreno com títulos de propriedade duvidosos, entre outras. O que se evidencia na seguinte entrevista, que faz referencia à desapropriação no setor “8 de dezembro”.

[...]. Esse dia eram como às nove da manhã, eu tinha uma amiga aqui e ela me disse, pois ficamos aqui para ver que o passa, então vieram todos os do comitê negociando não sei o que, diziam que isto era de um capitão do exército, que ele estava aqui e que lhes haviam dado ordem de derrubar. Quando já começaram a derrubar de cima pra baixo da estrada, e a madeira a levavam; quando já chegaram aqui, então vieram umas senhoras que eram muito amigas e começaram falar que ela não tem família, bom, disseram um pouco de coisas, pois a ver se me deixavam essa casinha. Pois se quiser recolha a madeira senhora, rapidinho antes que os que vêm atrás recolham essa madeira, então elas puseram essa madeira toda para baixo. [...]. Os outros, de noite, voltaram e armaram isso, voltaram a armar as casinhas, então meu esposo me disse eu não armo, até que não veja que vão deixar aí, eu não vou armar isso agora, ele recolheu a madeira e a guardou toda abaixo, mas então nós de dia a mantínhamos aqui, pois organizando o terreno como tapando as coisas, mantínhamos aí porque de repente dizíamos que outras pessoas podiam se meter porque como o terreno já estava limpo e havia banqueo, então dizíamos que a gente tinha que cuidar e então, o comitê reuniu assinaturas e se reuniram e foram à “Superintendencia Bancaria” e à “Invicali”, à “Planeación Municipal” e fizeram uma comissão para que lhe dissessem, que se o senhor era dono, então que negociasse com as pessoas, então disseram que não acreditaram no senhor, que porque o senhor não era dono e porque ele não havia pagado impostos em nenhum momento e não tinha direito a nada. [...]. Se não havia pagado nada, isso foi sabido também por parte deles. (Entrevista 1.66).

Estes episódios foram trazidos com muita tristeza, mas por sua vez com certo grau de satisfação, ao recordar os habitantes, como este conjunto de fatores conjunturais como estruturais do assentamento, contribuíram para construir laços de solidariedade, vínculos afetivos, que permanecem entre seus primeiros moradores até o dia de hoje, além de potenciar a organização e práticas comunitárias entre as pessoas.

Neste sentido, compartilamos com Zibechi (2007) e Negri (2003, p.147), quando afirmam, fazendo referência ao termo potência-emancipatória, que esta é impossível de definir, apenas pode se reconhecer, já que tem que ver com as vivências humanas que homens e mulheres estabelecem entre si, e com os demais, para superar as situações limite.

Este último autor, ressalta, a dor como um elemento chave na constituição desta potência-emancipatória, porque contribui para construir comunidade, já que *“todos os grandes sujeitos coletivos se formam a partir da dor, pelo menos, aqueles que lutam contra a expropriação do tempo da vida que decreta o poder”*.

Porque tanto a dor, e agregamos, como a alegria, não é possível contá-los, nem tampouco transmiti-los, apenas comparti-los, porque desborda, em sintonia com estes autores, *“a lógica, o racional, a linguagem”*. O anterior foi evidente em nosso caso, tal como o ilustraram, os testemunhos apresentados acima. Mas também, temos afirmado aqui, que o legado sociocultural, que trazia consigo a heterogênea população que se assentou na ladeira, igualmente contribuiu para a construção de uma comunidade indivisa, a qual não necessitou criar nenhum tipo de órgão separado de seu corpo social: já seja para ministrar justiça, velar pelas necessidades básicas da maioria de sua população, e em últimas, para exercer o poder.

- Relação base social e liderança

Durante as primeiras décadas do assentamento, foi evidente o papel que desempenharam os comitês ou conselhos para ir implementando paulatinamente, a partir de sua iniciativa e própria conta, o fornecimento de serviços coletivos de acordo com suas prioridades: abastecimento de água, energia, criação da escola, vias públicas e posteriormente a casa comunal.

Os moradores de Polvorines valorizam positivamente a implantação do trabalho comunitário para a realização destas metas, no qual se reconhece que foi um processo de aprendizagem permanente, destacando a relação orgânica que estabeleceu a liderança com a base social, os quais operavam de maneira consequente com o acordado por esta última, primando o interesse coletivo por cima do particular. Como é ilustrado no seguinte testemunho:

O que foi feito com o trabalho comunitário? Fez-se a casa comunal, o aqueduto, a energia. Para trazer a energia houve muitas reuniões, a princípio foi a clandestina, também igual, nos tínhamos que nos reunir para resolver o da água. [...]. Como era a relação com os líderes? Em momentos indicados se reuniam e informavam o que se ia fazer e muitas vezes nem pediam grana, mas sim coisas, vamos apoiar

com isto ou com o outro, ou ponham um trabalhador. A gente não via isso como interesse de enriquecer-se individualmente, mas sim, como um bem comum. Se isso se via, então sim, todo mundo queria cada vez melhorar as condições. [...]. O sonho era ir crescendo, ter as coisas básicas pelo menos, cada vez quando se adquire essa, busco outra meta e assim era. [...]. Quando vão se adquirindo essas metas já então os movimentos políticos começam a chegar, porque bem, esta gente nos apoia então nós vamos apoiá-los também nesta situação, então nós íamos também de acordo aos líderes, buscando quem nos estava apoiando e aí nós íamos metendo.

Esta prática social de reunião ou assembleia, a discussão, a tomada de decisões coletivas e a liderança *administrando* seu acionar de acordo com o mandato geral, logramos observar que foi uma mobilização que se desprende desde baixo e que também foi dirigida desde baixo. Ou seja, a liderança, não foi aquela educada formalmente e reconhecida por agentes externos, mas sim, muito pelo contrário, uma liderança “natural” que se gestou desde sua base social e com a qual se identificavam, ao vê-los como pessoas iguais a eles. Igualmente observamos que os planos de ação que estabeleceram não necessitaram de órgãos especiais e separados dos diversos grupos que se iam configurando de acordo às necessidades e diferentes escalas territoriais (quadra, setor, assentamento), mas sim, que estes iam assumindo tarefas ou funções diferentes. Nesta ordem de ideias, concordamos com Zibechi (2007, 2008) e Rauber (2010), que estamos frente a formas de ação social que estão estreitamente relacionadas com a vida cotidiana, que levam a cabo os setores subalternos, onde nada tem que ver com estruturas sociais separadas dela, nem muito menos que obedeçam a uma especialização ou divisão do trabalho. Muito pelo contrário, “todos e todas sabem o que devem fazer, o que esperam de cada pessoa e de cada família em cada circunstância”.

Agregaríamos com respeito a estas relações sociais comunitárias, de trabalho e de organização, que descansaram ademais em relações não capitalistas, onde primou no trabalho comunitário o produzir bens de uso que respondessem às necessidades da maioria da população, caracterizando-se por não serem nem unificadas desde uma força externa, nem muito menos centralizadas, mas sim, sobretudo autoarticuladas com a sua dinâmica cotidiana.

O anterior não quer dizer, que estas relações sociais se hajam construído à margem de um contexto maior; os moradores de Polvorines são conscientes de que em um determinado momento e dada a força e iniciativa das pessoas, houve necessidade de

estabelecer relações com os partidos políticos, no qual eles reconhecem que viveram um processo de aprendizagem, já que nem sempre os candidatos a cargos parlamentares, cumpriam com o que prometiam nas campanhas eleitorais.

Este fato foi solucionado, com a racionalidade do apoio-mútuo, a que se baseou em um “incrementalismo de necessidades pontuais”, como o aponta Montaña (1981), no qual se deu resposta dosificada às necessidades urgentes das pessoas por parte dos partidos políticos instalados nas instâncias governamentais. Isto se converteu na antessala para afinar “pactos políticos e de clientela”, a partir da criação da Junta de ação comunal.

4.2.2 Outra forma de organização e de trabalho comunitário para o desenvolvimento sociofísico do bairro

- A ação comunal

Em 24 de setembro de 1980 (segundo resolução 0029-11) os habitantes de Polvorines logram conseguir o status legal para a criação de sua Junta de ação comunal (JAC). Recordemos que no início da década de sessenta durante o Frente Nacional (pacto entre a elite política-bipartidária, para alternar o exercício para governar) a ação comunal foi o programa promovido pelo Estado colombiano, para o desenvolvimento comunitário tanto da zona rural como urbana dos bairros populares. A partir deste momento, no qual se intensificam as relações com os organismos institucionais do Estado e algumas organizações não governamentais, começa uma segunda etapa no bairro.

Ao dar-se o reconhecimento oficial, a Junta de ação comunal (JAC) começou a desempenhar o papel exclusivo de interlocução da comunidade para o mundo exterior, sob o pressuposto, que o principal ator que deveria dar respostas às necessidades de seus habitantes era o Estado.

Neste sentido, sua gestão, esteve orientada nas décadas seguintes, em melhorar, regularizar, normalizar e ampliar o fornecimento dos serviços coletivos (aqueduto, energia, esgoto, escola, postos de saúde), para “*depois*”, centrar-se na criação de obras públicas fundamentais para o assentamento, tais como ampliação e pavimentação da infraestrutura rodoviária, construção de muros de contenção para evitar deslizamentos de terra,

construções e ampliação de estabelecimentos públicos: biblioteca, casa comunal, e instalação de redes telefônicas. Porém, não se deixou de convocar, para a execução em grande parte delas, a mão-de-obra gratuita de seus habitantes.

Para lograr atrair os materiais e recursos públicos que requeriam estes empreendimentos, a atitude política que predominou na JAC e na população em geral, foi a de não confrontação com nenhum dos atores aos quais recorreram para apresentar suas necessidades e/ou demandas. Prevaleceu, ao contrário, uma postura de agradecimento, colaboração, do “*todos põem*” sem colocar em questão sua “*subordinação socioeconômica e política*”.

Neste sentido, a JAC começou a desempenhar um papel de intermediária, entre a base social e o agente externo. Por um lado, em nome da comunidade, apresentou petições, solicitações aos organismos institucionais do Estado e pelo outro, se converteu em uma organização fundamental por parte de partidos políticos e governo para a “manipulação” política da população, instaurando-se “*relações clientelistas*”¹⁸.

Situação que não variou muito, no novo cenário da planificação participativa – no marco da descentralização política administrativa que levou a cabo o Estado colombiano a meados da década de 80 –, no qual uma nova liderança instalada na JAC, com um maior nível de consciência sobre as “*regras de jogo*”, criadas pelo sistema para participar nas propostas de desenvolvimento local, como em sua capacidade de gestão para obter benefícios comunitários a partir de estabelecer uma relação direta com o Estado, não abandonou as velhas “*práticas clientelistas*”.

Muito pelo contrário, se “consolidou”, até o dia de hoje, uma cultura política de apostar – na intermediação partidos políticos/Estado –, ao “*cavalo ganhador ou à melhor oferta*”, com base na compreensão do cálculo “da correlação de forças” com respeito aos aspirantes a cargos parlamentares, que estão melhor posicionados em relação ao “*sistema político*” que tem o poder nas instâncias governamentais em um determinado momento histórico.

¹⁸ Por enquanto as entendemos no termo usado por Foster, citado por Montaña (1981, p. 81), “*se baseiam no princípio de obrigações recíprocas que se materializa no intercâmbio de bens e serviços. Cada uma das partes espera receber aquilo que mais lhe interessa, da maneira e na forma que rege o contrato, isto liga muito estreitamente às pessoas de diversos status econômicos*”.

Nesta relação, a liderança instalada na JAC, se legitimou frente à base social de Polvorines, tanto por seu conhecimento sobre o marco normativo que rodeia a participação popular para o desenvolvimento local (ação comunal, planeamento participativo, tutela), como pela trama de relações que estabeleceu – e ainda é uma prática recorrente –, com partidos políticos e burocracia estatal, o qual se tornou fundamental para viabilizar qualquer tipo de demanda.

Desta maneira, se “*solidificou*” uma liderança, que concentrou e pouco democratizou o poder no novo organismo de representação popular. O anterior tem levado a debilitar os processos de auto-organização comunitária, que foram edificados pela população durante a década anterior, devido à reprodução da racionalidade que agencia a classe dominante, para participar sócio politicamente estabelecendo relações e organizações sociais baseadas na hierarquia. Tudo isso tem contribuído para aprofundar a brecha entre a liderança, que se havia constituído através dos comitês ou conselhos e sua base social.

Nos testemunhos seguintes vamos enfatizar na complexa e contraditória trama de relações que estabeleceram as pessoas de Polvorines, com o governo, partidos políticos e algumas Ongs, para satisfazer as necessidades prioritárias de sua população, o qual lhes permitiu ir “integrando-se” cada vez mais ao sistema urbano.

- Os novos benefícios

- A gestão da JAC com as Ongs

Uma década depois de criado o assentamento de Polvorines (consolidado com 300 famílias), as Organizações não governamentais, não têm deixado de ter presença em seu espaço. Seus habitantes têm posições encontradas com respeito a elas. Com respeito à Ong, “Plan Internacional Padrinos” (a qual esteve presente desde o início dos anos 80 até meados dos anos 90), se afirma que contribuiu para politizá-los, já que enfatizou na organização da comunidade como um elemento fundamental para resolver suas múltiplas e complexas necessidades. Valorizaram positivamente sua estratégia interventiva, a qual consistiu em apoiar à JAC e facilitar a relação com as instituições estatais, sob a racionalidade que, para lograr o desenvolvimento comunitário, era indispensável “que todos colocassem seu

grãozinho de areia”, sob o suposto que o problema da pobreza se resolveria através do processo democrático do “todos põem”.

A partir deste momento, se estabeleceram relações que se caracterizaram por serem assistencialistas e pôr responderem às necessidades imediatas da população, as quais contaram com uma forte dose do fazer ou do trabalho comunitário. Sem exceção, se expressou um sentimento de eterna gratidão pelo apoio brindado por dita Ong, sobretudo por haver contribuído para consolidar, o que se manifesta como motivo de orgulho para toda a população entrevistada: a primeira empresa comunitária de água, criada com recursos próprios e talento de seus habitantes. Vejamos o seguinte testemunho:

[...]. Para nós, “Plan Padrinos” era o presidente de todos nós, era um padrinho. Depois entrou a “Fundación Carvajal”, que absorveu as técnicas das pessoas empíricas e depois as manda para as empresas, o que fazem é mais comércio que ajudar. Nestes momentos, uma organização espanhola lhes deu dinheiro para fazer seu edifício e a administração municipal lhes deu o terreno, ali é o centro de aprendizagem e também a creche-pedagógica com 200 crianças. Se você trabalha com crianças, maneja o resto de aí pra lá, também estão manejando a rede de bibliotecas. Para entrar se apoiaram em nós, as JAC, para mostrar os espaços, as pessoas, e depois foram criando seus pontos de apoio, buscam projetos para a zona, mas não para o bairro. Atualmente, mandam mais que o prefeito, isto tem gerado que a JAC, perca poder. Com o “Plan Padrinos” se trabalhava muito bem, e depois ficou a “Fundación Carvajal”, que vão cooptando à comunidade, e isto divide, porque às pessoas o único que lhes interessa é o benefício que vão receber, é como com o filho, não lhe preocupa como fez você isto, mas sim, morar tranquilamente, morar bem, assim passa com a comunidade. O importante, é que a organização que chegue, dê. (Entrevista 1.74).

O anterior é compreensível no marco do discurso desenvolvimentista dominante na América Latina, na década de setenta, que descansou na premissa, de que o crescimento econômico, em um determinado momento, terminaria por integrar a massa de pobres que, de maneira incessante, se instalavam nas periferias de suas principais cidades-industrializadas (TURNER, 1970). Os organismos internacionais, tais como o BM, US-AID, formularam as diretrizes políticas para o problema da moradia nos países do Terceiro Mundo, no qual basicamente identificaram aos assentamentos ilegais mais que como um problema, como uma solução louvável encontrada pelos pobres, levantando assim, elogios à iniciativa popular. Neste sentido, se desprende uma orientação, já referida neste documento, do trabalho conjunto que se deveria realizar entre o Estado e a Ong, no que diz respeito ao

fornecimento em infraestrutura coletiva, o que contribuiria para que uma grande parte da população saísse da pobreza.

Com respeito, à Ong, que tem presença desde finais dos anos 90, na Comuna 18 – extensão propriedade da burguesia local –, se questiona sua estratégia interventiva, que tem consistido, em apoiar uma nova liderança, a qual é capacitada e promovida perante a base social. Com estas organizações se estabelece um novo tipo de intermediação, na qual a Ong, é o vínculo para o relacionamento com o Estado e os organismos internacionais, para a apresentação e gestão de projetos. Afirmam os entrevistados, que isto tem contribuído a fragmentar ainda mais à população.

Consideramos que o anterior, é compreensível a partir do novo discurso dominante que emergiu no contexto da implantação do Estado neoliberal na América Latina e na Colômbia, no qual se assiste, como temos apontado de maneira recorrente neste documento, ao desmonte das conquistas da classe trabalhadora, onde os direitos sociais tinham um caráter universal. Conquistas, que são insertadas, prévia sua desvalorização, na racionalidade do mercado, e aquelas menos rentáveis, são assumidas pelo Estado, através da política de focalização, consistente em atender entre os pobres aos mais pobres (BEHRING, 2006). Neste marco, levanta-se o discurso da “*parceria*” ou da cooperação entre a sociedade civil e o Estado, no qual praticamente se dilui ou desaparece o conflito entre as classes sociais. Como sustém Montaño (2005), perante à arremetida dos movimentos sociais na década de 80, a orientação frente aos organismos de cooperação internacional, foi o de não estabelecer mais vínculo direto com eles, mas sim, através das Organizações não governamentais (Ongs). Neste novo cenário, praticamente e de maneira paulatina, tem sido suplantada e cooptada tanto a iniciativa como a representação popular, por este novo ator, o que tem contribuído, a aprofundar ainda mais a “*fragmentação*” da organização e mobilização popular.

- *Os Benefícios de contar com as Ongs*

Durante este período entre as décadas de 80 e 90, se realizaram as seguintes obras com o “Plan Internacional Padrinos”, os quais foram levados a cabo com a reativação dos comitês ou conselhos, convocados através da JAC:

- Programa de autoconstrução-melhoramento de moradia, em diversos setores do assentamento.
 - Aporte com materiais para a construção de esgotos comunitários provisionais por setores, e latrinas.
 - Construção de um posto de saúde.
 - Cursos de capacitação sobre participação e desenvolvimento comunitário.
 - Construção do primeiro andar da casa comunal.
 - Aporte para instalação de encanamento domiciliário do aqueduto artesanal.
 - Aporte do tanque de armazenamento e mão-de-obra qualificada, para a construção do aqueduto intercomunitário “*Acuasalud*”.
- **A Junta de ação comunal e a nova relação com os comitês de base social: resolvendo o conflito da água**

Com respeito ao conflito sobre a água, que se apresentou entre os assentamentos ilegais circunvizinhos a Polvorines, e que comentamos anteriormente, o seguinte testemunho, reflete claramente, a orientação desta Ong, no relacionado ao “*todos põem*” (governo, Ong, comunidade, sob o suposto que este tipo de democracia é o caminho para sair da pobreza), e ao papel dos comitês ou conselhos, sob o controle da JAC. Assim foi que se estabeleceram mudanças qualitativas em termos da relação entre a base social e a liderança.

Como era feito o trabalho coletivo? [...]. Falamos de organizar comitês por quadras, então criamos a “Junta Administradora del Acueducto Comunitario”, para buscar a canalização do rio Meléndez até a Choclona e buscar mudar mangueiras por canos de PVC. E isto requeria trabalho conjunto, e se requeria comitês por quadras. Vinha um grupo liderando isto, que havia repartido mangueiras entre as pessoas. [...]. Isto me fortalecia, porque estava lutando pela água para a comunidade. Fui à saúde pública, ao saneamento básico, estava de secretário o doutor Cruz, e se lhe planteou, porque não melhorar as condições da zona, eles dariam material e a comunidade trabalharia, também falamos com o “Plan Padrinos”. Acordando aportes entre cada um e a comunidade, seria feita a captação da água. [...]. Que dias vocês trabalhavam? Apenas aos domingos. Como controlavam a participação das pessoas? Se propôs, se você não podia, tinha que pagar para um trabalhador, e em cada comitê por quadra o líder fazia seguimento e eu me entendia com o líder que respondia por sua

quadra, assim trabalhávamos. [...]. O trabalho era para todos. A “Junta Administradora” era dividida em três: Nápoles, Alto Jordán e Polvorines. Cada um tinha um presidente, um secretário e um encanador, quando chegavam à Choclona, se uniam e ficavam um apenas. Se tinham que fazer um trabalho depois, reuniam recursos com a comunidade e cada um fazia seu aporte, às vezes em espécie ou em dinheiro, ou trabalho, se buscava um equilíbrio. Nós buscávamos recursos politicamente, mas deixávamos em liberdade à comunidade, no momento de uma campanha política, cada um votava por quem quisesse. (Entrevista 1.15D).

Com a nova representação social instalada na JAC, se começa a instituir relações hierárquicas, na qual uns mandam e os demais obedecem. Deste modo, não queremos menoscar a importância que representou para seus habitantes, a resolução do conflito da água de maneira acordada com outras comunidades, o que contribuiu significativamente para que a liderança, também ampliasse a “*mirada dos problemas*” mais além da escala do bairro ou assentamento.

- A Gestão da liderança (JAC) frente aos organismos do Estado

Os habitantes de Polvorines são conscientes, que desde o início da criação da Junta de ação comunal (JAC), os partidos políticos e as elites¹⁹ locais e regionais tentaram controlá-la. A atitude da liderança frente à “inevitável prática clientelista” para lograr suas petições ou demandas, oscilou entre o proselitismo político incondicional – em troca de prebendas particulares (posto de trabalho em instituições estatais) –, e aqueles que desde uma atitude “*crítica*”, abriram as opções políticas à base social, para que decidisse voluntariamente seu respaldo eleitoral. Esta liderança não avançou no desenho, elaboração e execução de suas próprias propostas políticas, prevalecendo, muito pelo contrário, uma postura passiva e receptora frente àquelas impulsadas por forças externas. Observemos o testemunho:

[...]. O trabalho comunitário se vê como um nicho para construir células; igual os outros partidos, eles traziam seus políticos para trabalhar com os líderes, eles tinham capitães, etc., davam materiais, etc., vamos construir a escola, vamos trazer areia, cimento, etc., [...]. Qual foi a atitude, em seu momento, das pessoas do bairro, por exemplo, se fazia abertamente o trabalho tenha-por-votos, ou isso ficava em aberto? Isso se deu da seguinte

¹⁹ O termo Elite é entendido nos termos planteados por BOLAÑOS A. (2008) como uma minoria seleta e poderosa em qualquer época e circunstância.

forma, por exemplo, no dia de eleições vem um funcionário da campanha de Germán Villegas e lhe diz a um líder, o que necessita: viseiras, camisetas, carros, etc., peça-me tantos almoços, tantas pessoas para fazer propaganda em autofalantes, assim funciona a campanha. Por outro lado, lhe estão dizendo ao líder, se necessita Brasilit, tijolos, e se lhe diz à comunidade isto é apoio de Villegas. Então com a escola as pessoas agradecem a determinado político etc., então o líder diz, o dia das eleições, para as pessoas que devem votar pelo número tal. Sempre foi assim? Não tem tido uma linha de autonomia da “Junta Comunal”? Se deu e se tem dado. Por exemplo, o Sr. (xxx) tem sido um personagem que não tem sido político, não posso dizer qual é sua afiliação política, mas comunista não é, ele é muito cívico, sem mostrar sua identidade política. (Entrevista 1.98D).

Nestas relações instrumentais e/ou clientelistas, que estabeleceram a base social com a liderança e esta com os partidos políticos e governantes de turno, locais e departamentais, instaurou-se entre os habitantes de Polvorines, uma racionalidade que estabeleceu uma dicotomia, entre meios e fins, onde o mais importante foi conseguir suas metas a curto e médio prazo, independente da afiliação política, a qual tem sido realizada de maneira consciente. Neste sentido, nos aflora uma sombra de dúvida sobre a tese de alguns teóricos estudiosos de assentamentos ilegais (JANSSEN 1994, MONTAÑO 1981, TORRES 2007), na qual sustêm que as formas organizativas criadas pelo Estado, para a participação popular e o desenvolvimento comunitário, têm sido a engrenagem para o controle político da população. Sem desconhecer dita tendência, os dados obtidos, nos convidam a reformulá-la e atrever-nos a plantear, para nosso caso particular, que a atitude política assumida pela população de Polvorines, nos indica, sobretudo, que se assiste à morte da política no sentido agenciado pelas classes dominantes; devido a, coincidindo com AGUIRRE (2009), como os políticos têm convertido a política em um fim em si mesmo, despojando-a de seu sentido originário e fundamental, como é o de ser uma atividade que acompanha a gestão dos assuntos públicos ou comuns de uma comunidade; como também, é evidente sua perda de credibilidade entre grande parte da população não apenas de Polvorines, mas sim, do mundo, devido a que já ninguém acredita nela, pois é vista como nefasta, corrupta, desonesta, permeada pelo tráfico de influências, nepotismos, etc. O seguinte testemunho é ilustrativo ao respeito.

Nessa relação Estado-comunidade, há muita mediação política e com isso há que jogar. A afiliação política das pessoas, isso importa ou não? R/ A princípio, as pessoas eram muito marcadas por seu partido político, porque isto tem sido um assentamento de famílias que provem de povos, onde sua afiliação política está marcada por seus antepassados, as pessoas assim não mais, não iam mudar. Nós o que lhe dizíamos às pessoas, hoje em dia não há que pensar no trapo de cores, seja

vermelho, azul, amarelo, aquele que nos venha solucionar os problemas aqui, com esse há que estar. Vocês não acreditam, eles lá se reúnem conservadores, liberais, de tudo, e eles fazem suas negociações, seus amarres, e aqui vêm a dizer-nos, que veja que eu sou liberal vote por liberal, esqueça, isso já não se joga aqui, esse conto já não, político que venha e nos vai ajudar seja a afiliação que seja, o apoiamos. [...]. Não podemos cair nesse jogo, e assim foi, as pessoas aprenderam a manejar a coisa, a dizer sim, mas esperemos. (Entrevista 1.28D).

- A gestão nos novos organismos de planificação do Estado

Desde meados da década de 80, até nossos dias, a nova liderança instalada na JAC, se debateu mais intensamente nos cenários dos comitês de planeamento por comunas, para apresentar e gerir suas propostas comunitárias. Isto lhes permitiu adquirir um maior nível de consciência, não apenas sobre as novas “*regras de jogo*” (normativas, instrumentais) da planificação participativa, mas sim, que partindo do convencimento, que estas por si mesmas não garantiam a concreção de suas reivindicações, recorreram simultaneamente ao estabelecimento de relações clientelistas, sob a racionalidade de apostar-lhe ao “*cavalo ganhador*”, tal como se mencionou acima. Assim acontece, o candidato político aspirante a um cargo parlamentar é convidado ao bairro, ali lhe arrancam as promessas frente à população e se sela o pacto, votos por obras. Observemos seus testemunhos:

[...]. Isto tem sido um processo de aprendizagem, de fazer projetos na comuna, mas também relacionar-nos com os políticos, etc., fiz carreira em três períodos como vice-presidente, era uma constante. [...]. Fizemos o primeiro asfaltamento com o senhor Gardezabal (aspirante à governação do Valle del Cauca), nós como comunidade o acompanhamos na campanha e lhe dissemos: ou nos faz um poliesportivo ou asfaltamos uma via principal. [...]. Ele nos cumpriu, foi um tipo de palavra, logramos que isso se fizera. Depois nos metemos com o partido conservador, com o senhor José Luis Arcilla, com ele baixamos 2 orçamentos para fazer a capela (17 milhões de pesos) e com ele sacamos dois projetos para a sede comunal, quase 50 e poucos milhões de pesos. Qual é o compromisso das pessoas aí? Respalda com o voto. (Entrevista 1.9D).

- Lista de benefícios

Esta política “*pragmática*” que se levou a cabo com os partidos políticos e a burocracia governamental, logrou seu objetivo no bairro de Polvorines. A lista de benefícios

obtidos por fora da gestão direta com o Estado (comitê de planeamento) é bastante significativa, em comparação com a de outros bairros da parte alta de ladeira. Vejamos:

- Instalação de canos de PVC, desde o rio Meléndez até Polvorines, aqueduto comunitário. Logrou-se apoio dos vereadores do Partido Comunista; a obra se realizou com mão-de-obra gratuita da comunidade (comitês ou conselhos de base).
- Legalização e construção das primeiras salas de aula da escola Magdalena Ortega, conseguiu-se através do candidato político à Câmara de Vereadores Municipal, da corrente Liberal-Holmista e do secretário de Educação Municipal.
- Ampliação da construção da escola Magdalena Ortega de Nariño, conseguido através do situado fiscal. Custo \$157.000.000 (pesos colombianos).
- Terminação da casa comunal, por meio de membros da Câmara de Vereadores Municipal, partido Liberal e Conservador. Realizou-se com a participação de mão-de-obra gratuita (comitês).
- Construção de muros, calçadas e escadas, conseguidos com aspirantes políticos liberais e conservadores. Realizados com os comitês ou conselhos setoriais.
- Instalação de redes elétricas. Custo \$16.000.000 (pesos colombianos), conseguido com apoio político Liberal e aporte econômico da comunidade.
- Modernização e ampliação da Biblioteca, através de comitês de planeamento da Comuna 18, custo \$57.000.000 (pesos colombianos).
- Implementação do projeto REFORMA-EMCALI (aqueduto e esgoto); se logrou por meio do Prefeito Municipal Germán Villegas. (Partido Conservador, 1994).
- Instalação de 150 linhas telefônicas, gestão direta com Empresas Municipais de Cali (EMCALI). (1996).
- Construção da Capela Católica. Custo \$17.000.000 (pesos colombianos), através de um candidato Conservador, J. Arcila e construída com mão-de-obra gratuita comunitária (comitês).
- Canalização da canhada (Obra Frespuver), lograda pelo candidato político Conservador.
- Asfaltamento da via Samaria: custo \$68.000.000 (pesos colombianos), conseguido com a Câmara de Comércio.

- Asfaltamento da via principal: custo \$250.000.000 (pesos colombianos) logrado através do Governador do Valle del Cauca, Gustavo A. Gardeazabal do partido Conservador.
 - Asfaltamento da *bifurcação conhecida como “Ye”*, conseguido através da “Secretaría de Vivienda”.
 - Provimento de vestuário e implementos para os projetos de dança.
 - Continuação da capela do bairro. Conseguido pelo candidato à Câmara de Vereadores Municipal J. Arcila (conservador).
 - Continuação do asfaltamento da via Samaria. Conseguido pelo apoio do Prefeito Municipal de afiliação Conservadora.
 - Eletrificação do setor das Palmas e Alto Bonito com um custo de 300.000.000 (pesos colombianos), conseguido através do apoio da Prefeitura Municipal.
 - Construção de alguns muros de contenção, conseguido pelo candidato à Câmara de Vereadores Municipal, conservador.
 - Asfaltamento de “Tres Esquinas” para baixo. Conseguido através do candidato à Câmara de Vereadores Municipal, J. Arcila (conservador).
 - Legalização de propriedades. Há sido uma promessa levantada pelos partidos políticos que têm visitado ao bairro, como dos aspirantes à representação da JAC, a qual não tem sido resolvida até nossos dias.
- **Conflitos a partir dos pactos de clientela**

Os habitantes de Polvorines são conscientes que estas relações instrumentais e/ou de reciprocidade, que estabeleceram com o agente externo (partidos políticos, Estado, Ongs), têm gerado uma gama de conflitos internos, os quais têm contribuído a quebrantar a comunidade que se havia construído no início do assentamento, destacando-se os seguintes pontos:

- Falta de transparência na administração dos recursos tanto próprios – empresa comunitária (Acuasalud) –, como aqueles provenientes de fundos estatais, o qual ajudou a romper a confiança da base social com a liderança.

- Conflitos de poder para o interior da liderança, os quais por sua vez, se transladaram para a base social. Estes estão estreitamente relacionados com afiliações políticas, pactos de clientela e aspirações socioeconômicas dos líderes, já resumidos.
- Concentração do poder da liderança nos cargos diretivos da Junta de ação comunal, desde o momento de sua criação²⁰ (o tempo que menos tem permanecido um presidente na JAC, tem sido 8 anos).
- Reprodução por parte de alguns líderes, das formas de fazer política por parte da classe dominante, na qual se desacredita em atos públicos aos outros contendores políticos que aspiram à direção da JAC, o que é usado, como mecanismo para obter preferências e legitimar-se frente à população. Vejamos um testemunho a esse respeito:

Por aí até os anos 98-99 fomos muito unidos, porque éramos líderes naturais, não tínhamos interesses particulares, mas sim, de comunidade. Depois isso começa a estragar-se com as novas gerações e começam outros interesses. [...] agora tem é líderes políticos, que tratam de tirar proveito para obterem bens particulares, utilizam a necessidade do povo para a própria conveniência, pensam em si mesmos. [...]. Então as pessoas já não vão às reuniões, porque acreditam que é mentira, que é política, porque as pessoas se tornaram mentirosas. Os líderes naturais já não estão, dormiram, se cansaram, como seja, aos outros já os têm descoberto em suas coisas, não lhes creem, porque perderam a confiança das pessoas. (Entrevista 1.114D).

- **As mudanças no Bairro**

É evidente que durante as três décadas de haver-se iniciado o assentamento de Polvorines, independente de sua dupla modalidade de parcelamento pirata e invasão, o bairro tem vivido mudanças significativas enquanto ao fornecimento de seus serviços coletivos, o desenvolvimento das vias públicas e seus processos de organização sócio-comunitária.

²⁰ Os períodos da representação na JAC, desde sua criação, têm sido de maneira consecutiva: um, dois, e quatro anos.

- **Legalização aqueduto e esgoto**

Tal como temos apontado, no ano de 1994, se instalou e regularizou por parte da Administração Municipal da cidade, o sistema de aqueduto e esgoto (Projeto “La Reforma”), o que abarcou não apenas a Comuna 18 (Polvorines), mas sim, que também incluiu a parte alta de ladeira (Comunas 20 e 1). A partir deste momento, a população de Polvorines, para poder aceder ao serviço deve pagar altas quotas mensais – sustêm nossos entrevistados que são as mais caras da cidade –, o que tem tido implicações para o consumo da cesta básica familiar, ao ter que deixar de satisfazer outro tipo de necessidades fundamentais. A partir do anterior, alguns entrevistados, sentem saudades do velho aqueduto comunitário, que reinou entre eles – sem desconhecer os problemas administrativos que tiveram –, durante quase duas décadas, no qual se pagava módicas quantias de dinheiro ao alcance de suas condições econômicas. Em referência a este ponto, seus testemunhos, deixam em evidência, que não toda a população compartia o desejo de normalizar dito serviço a cargo do Estado, pelas implicações que ele tem na valorização do solo, o que também é causa para gerar deslocamentos da população e ampliação da mancha urbana ao interior da cidade, do qual já têm suficiente experiência. Apenas basta recordar alguns testemunhos, resumidos anteriormente, como o seguinte:

Quando iam fazer o trabalho, iam por setores ou organizados por quadras, o que? Era global tudo. Quando a água chegava aqui, havia que pagar \$1.000 pesos ao encanador cada mês. Até que já por último, já nos puseram diz que aqueduto, e se alvoroçou muita gente, a “Junta Comunal”, porque tiraram de nós, para ficar com as empresas municipais e as pessoas não queriam isso, que tivemos que fazer? Aguentarmos que o tomassem as Empresas Municipais e chegam agora os recibos caríssimos, que temos que pagá-los, apesar de que nós o havíamos feito, trabalhado. (Entrevista 1.89).

- **A chegada dos inquilinos**

O contar com uma significativa, todavia incompleta, rede de infraestrutura rodoviária asfaltada, muros de contenção que evitam desmoronamentos das moradias, canalização da água das chuvas, etc., e um sistema de transporte público que chega até a parte mais recôndita do bairro, o tem tornado atrativo para uma população, que tem sido deslocada do

centro e dos bairros populares da parte plana da cidade para a periferia, pelo aumento dos preços nos cânone de arrendamento devido às grandes obras urbanas implementadas na última década. Desta maneira os habitantes de Polvorines, estão obtendo ingressos a partir do aluguel de habitações, apartamentos, etc., no qual se reproduz a cadeia de exploração, onde os setores dominantes, exploram a classe média e esta aos pobres, estes por sua vez, exploram aos mais pobres.

Por tanto, tem sido gerada uma hiperdensificação populacional na parte alta de ladeira, onde compartilamos com Davis M. (2006), que os inquilinos, atualmente, são os mais vulneráveis frente ao problema da moradia. Por um lado, o abandono dos organismos internacionais desde a década de 80 em diante, de políticas de moradia para os sem teto, deixando-os a sua própria sorte, e por outro lado, porque estas zonas periféricas, nos países de terceiro mundo, estão sendo objeto de disputa por parte do capital imobiliário, que está construindo programas de moradia para setores sociais de classe média e alta, o que está acontecendo hoje em dia, em nossa zona de estudo.

- Diminuição da capacidade de luta

Além da mudança anterior, os habitantes de Polvorines consideram que as relações instrumentais, que estabeleceu a liderança com os partidos políticos e a burocracia estatal, têm levado a debilitar os laços de solidariedade e a perda da capacidade do fazer juntos, que tiveram nas décadas passadas. Tal como o expressa o seguinte testemunho:

Como vê a situação hoje em dia no bairro? R/Fraca, muito fragmentada. Hoje em dia eu vejo ela de repente muito dividida por setores, muito dividida; nos tempos antigos nos uníamos como para dizer vamos trabalhar, lutar, agora de repente estamos muito divididos, então isso faz com que não avancemos mais. Essa divisão a que se deve? R/ Por um lado, porque tem chegado muita gente nova que não conhece a trajetória do bairro. [...]. Em termos de amizade nos conhecemos, mas para o apoio global, aí está o problema. [...]. Mas já em termos de que já que temos que unir-nos para esta situação de melhorar, de repente não estamos sendo conscientes com ela. [...]. A outra é que nos têm mentido e ao mentir-nos então já cada um diz, eu para que vou ir lá, para que?! Se isso não vai ter solução. (Entrevista 1.51).

- Problemas hoje no bairro de Polvorines

Para finalizar, vamos trazer os problemas que segundo os habitantes de Polvorines se apresentam hoje em dia, em seu bairro. Alguns deles estão estreitamente relacionados por um lado, com os processos de reestruturação-modernização urbana que desde esta última década, se realizam na cidade – na qual os setores populares não foram tidos em conta para seu desenho, reduzindo-se sua participação à mera fiscalização de obras –, o que tem tido um impacto, como já o mencionamos, na valorização da terra, incremento de taxas impositivas e deslocamentos da população.

Por outro, a zona de ladeira, é objeto de inversão do capital imobiliário, que em aliança com o Estado, estão levando a cabo programas de moradia de *“interés social”* (condomínios fechados), os quais estão ficando nas mãos da classe média, tanto por seu alto custo econômico, como pelas exigências do sistema creditício. Desta maneira, não se está dando resposta real à população sem teto da cidade, como pregoam os governantes de turno. O anterior tem levado a incrementar ainda mais a densidade da população, exercendo uma maior pressão sobre recursos, principalmente sobre a água.

Em efeito, os novos condomínios (Santa Helena, Altos Meléndez), não contemplaram a sustentabilidade do aqueduto da *“Reforma”*, que se abastece do rio Meléndez. Neste sentido, os habitantes de Polvorines são conscientes, que estes processos de reestruturação e expansão urbana, estão colocando em risco, por um lado, o abastecimento de água para toda a população da zona de ladeira, devido a que estes projetos imobiliários apenas contemplaram maximizar os benefícios econômicos, sem importar os custos ambientais. O que se vê refletido no seguinte testemunho:

Olhe o problema que temos agora, que a água para Santa Helena (novos condomínios), este aqueduto está servindo para a parte alta de Siloé, a Academia, o Jordán, todo Polvorines, até o alto Meléndez, e vão meter um tubo de 6 polegadas e eles vão meter um de 10, essa é a briga que há. Isso está sendo encarado pela comunidade velha que trabalhou e a nova. Eles dizem que a água tem sido muito lutada aqui e que venham uns novos levar a água?! Então a “Secretaría de Vivienda”, dizem que estão fazendo tanques para armazenar água, mas de onde armazenar água?! Porque a água do rio é muito pouquinha, pois a captação já tomou bastante água. Somente que recolham a água que cai ao rio. Lá em cima já estão fazendo os tanques para Santa Helena. A gente não diz que não, a água é para todo mundo, os serviços são para todo o mundo, pois que seja uma coisa legal, uma coisa que a comunidade esteja de acordo. (Entrevista 1.125).

Por outro lado, identificamos que a maioria de nossos entrevistados, coincide em apontar, que existe atualmente, uma divisão muito forte na comunidade, na qual nenhum dos múltiplos atores que dinamizam processos comunitários, têm capacidade de convocatória para construir unidade de ação, como em seu tempo o fizeram os comitês, “mingas” comunitárias pro-assentamento ou a Junta de ação comunal, em um determinado momento histórico. Frente às causas desta fragmentação social, se têm posições encontradas – mas não excludentes –, as quais se atribuem: às estratégias de intervenção levadas a cabo pelas novas Ongs e aos partidos políticos, os quais hoje em dia, pouco se apoiam na JAC por sua crise de legitimidade frente à base social; realizando diretamente programas assistencialistas, nos quais promovem processos de mobilização e organização comunitária a nível setorial ou por quadras; a rotação da população inquilina no bairro e finalmente, sobressai, o haver satisfeito as necessidades que a maioria das pessoas considerou prioritárias e comuns, em décadas passadas. Observemos um testemunho ilustrativo a respeito:

[...]. Agora é assim, já temos satisfeito muitas necessidades da comunidade, já há lideranças individuais em cada setor que administram coisas diferentes. Quando há um líder de um setor, os interesses de comunidade se perdem. Encontras que esse líder trabalha no município, em Emcali, Emsirva ou na empresa estatal, ali se tem disfarçado o trabalho comunitário. Então o interlocutor já não é a JAC, que tinha sua hegemonia em um determinado momento, isso se diluiu? Se diluiu no sentido de que já há lideranças individuais, o processo da JAC lhes deixou uma aprendizagem, então se tornaram independentes, então aprendo e me torno independente, então já pois, não opero como JAC, mas sim, como líder individual, independente. Vem o processo que cada líder em cada setor tem um manejo de grupo de pessoas, porque aí o líder pode fazer uma obra de caridade, em dezembro lhe leva o presente às crianças ou pode fazer uma calçada, ou fazer uma “minga”, então com isso mantêm enredadas às pessoas, por isso lhes digo que essa questão temos que saber administrá-la, estou procurando romper com isso. (Entrevista 1.10D).

Outro problema que ressaltaram nossos entrevistados foi a falta de garantias por parte do Estado, ao exercício sociopolítico para a mobilização e organização popular. No momento, no qual estávamos realizando nosso trabalho de campo, uma líder comunitária, do assentamento ilegal de “Las Palmas”, os quais se assentaram na parte alta de ladeira, ao final da década dos anos 90, foi assassinada. E um de nossos entrevistados, depois de uma mobilização pacífica, na qual se exigia o respeito e o direito à água de ladeira, frente ao avanço dos condomínios de moradia de interesse social, sofreu um atentado contra sua vida.

O anterior, apenas é compreensível, em relação com os processos de transformação do sistema mundo capitalista (SMC), no qual a Colômbia não está por fora e assiste a uma arremetida da ultradireita contra as conquistas e o poder construído pelos setores populares durante estas décadas passadas, como o demostramos nos capítulos anteriores. Vejamos o que expressa, o seguinte testemunho:

Mas agora há muito egoísmo. Agora há muita coisa, a gente vai trabalhar por algo, agorinha e estão ameaçando muito às pessoas que trabalham com as Juntas comunais, todos os líderes estão ameaçados, depois que a gente esteja ameaçado fica quieto. A gente está vendo que todos os líderes das Juntas comunais os ameaçam, tem havido mortos da “Cruz”, uma líder a mataram faz quatro anos, ela era da Junta comunal. O daqui também está ameaçado, faz como 5 meses pelo o de Santa Helena. (Entrevista 1.130).

Por último, logramos identificar, que uma parte significativa dos entrevistados levantaram como problema, a negligência por parte do Estado para resolver a titulação de propriedade das moradias nos terrenos ocupados. Situação que tem dado pé, para que seus moradores hajam sido empobrecidos e estafados tanto por advogados – os quais sem nenhum tipo de escrúpulos éticos nem econômicos, anunciam aclarar a situação jurídica destas terras, alongando indeterminadamente a conclusão destes processos –, como também pelos partidos políticos e pela liderança local, para suas respectivas campanhas eleitorais.

Frente à não titulação da propriedade de moradia, os habitantes de Polvorines vivem sob um estado permanente de soçobra por possíveis desapropriações, as quais sempre tomam força em períodos pré-eleitorais e nos constantes ciclos modernizadores do fornecimento urbano da cidade, para ajustá-la às novas exigências de circulação de capital. O grave do assunto é que, é muito provável que suceda como o temos planteado nos capítulos anteriores.

Frente à crise do capital, um novo “*nicho*” que se tem encontrado para realizar novas inversões que gerem rentabilidade econômica, tem sido o do setor imobiliário. Para o caso de Polvorines e uma parte da população situada nesta zona de ladeira, os quais arduamente com seu trabalho de colonização urbana agora têm gerado uma valorização do solo, pois se encontram em lugares apetecidos por possuírem vantagens em termos ambientais e paisagísticas, o que os faz atraentes para as novas propostas de hábitat urbano, que

reivindicam relações mais harmoniosas com a natureza, o qual possui o ecossistema andino de “Farallones”, que está localizado a uns quantos metros, destes assentamentos populares.

5 CONCLUSÕES

É inegável que os processos de modernização econômica desenvolvidos na América Latina e em particular na sociedade colombiana, têm sido determinados pela dinâmica de expansão alienante do capital, desde o preciso momento no qual o homem europeu colocou seu pé em terras ameríndias. Desde então, nossa condição de sociedades dominadas e subordinadas aos diversos países imperiais que têm mantido seu “reinado”, sempre em aliança com as elites locais, não há variado substancialmente através dos tempos.

Nosso estudo permitiu compreender, sem desconhecer as respectivas mediações entre o movimento do capital como um todo e a particularidade histórica de nossa sociedade, como sua dinâmica tem estado fortemente marcada pelos ciclos de expansão e “contração” do capital. O qual tem gerado um incessante processo de configuração e reconfiguração de nossos territórios, a partir da extensão e intensificação das relações do capital, com seu respectivo domínio de classe, a áreas geográficas, que outrora estavam por fora de seu alcance.

Igualmente, permitiu identificar algumas de suas estratégias para logr  -lo, a que foi e continua sendo, a acumula  o originária ou pela via da desapropria  o, na qual logramos observar que esta não ficou instalada apenas nos inícios do capital, mas sim, que    parte inerente a seu desenvolvimento, e se vem implementado de maneira sistemática no território colombiano. O que tem gerado, com maior ênfase, desde meados da década de 50 até nossos dias, um processo de migra  o e deslocamento forçado da popula  o do campo para a cidade. Neste sentido, nosso estudo, brindou elementos, para compreender, que as cidades colombianas, se têm configurado, de maneira significativa – ademais sob o cerco militar –, devido    violência empreendida contra a popula  o campesina indefesa que forjou suas vidas em zonas de coloniza  o agrárias, as quais posteriormente iniciaram sua itinerante busca nas cidades, para encontrar um “lugar” onde refazer suas vidas, tanto em termos individuais como coletivos.

Assim como se deu este processo, nos conduz a retomar o interrogante que formulamos na pesquisa, com respeito    popula  o sem teto, que leva a cabo processos de

assentamento nas áreas periurbanas de nossas principais cidades. A trama de relações sociais que constroem tanto a seu interior como com o Estado, contêm algum potencial emancipatório com respeito às relações predominantes do capital? Consideramos que aventurar-se a dar uma resposta a partir desta primeira aproximação de pesquisa para compreender estes “mundos” paralelos, que constroem os “sem nada” nas periferias urbanas, é um pouco atrevido, devido à complexidade e às contradições que contêm estes processos microsociais. O que não nos exime de apontar algumas tendências, que nos convidam a aprofundar ainda mais o nosso estudo.

Desta maneira, consideramos que a pesquisa nos permitiu conhecer que a população que levou a cabo, o processo de assentamento em Polvorines, o fez sob a dupla modalidade de urbanização pirata e ocupação, ocorridas em áreas periurbanas da cidade de Cali. Ali se desenvolveram práticas coletivas que estiveram orientadas a satisfazer necessidades humanas básicas. Neste sentido poderíamos dizer, que a construção de unidade de ação não esteve determinada por um “discurso ideopolítico” que as alentara, sendo antes o fundamental, a adversidade compartilhada em uma área territorial delimitada. Neste sentido compartilamos com LOMNITZ (2000) que a proximidade física, foi um elemento que contribuiu para fundar as práticas coletivas realizadas pela população de Polvorines.

Mas, porém, esta por si só, não é suficiente, se requer também de uma proximidade social, ou seja, de abertura do outro, para empreender uma ação conjunta que integre forças sociais para resolver as adversidades. O estudo nos permitiu compreender, que as formas organizativas desenvolvidas por dita população se caracterizaram por serem espontâneas, as quais foram simultaneamente “*sujeitos coletivos e cenários*” os quais contribuíram para reforçar vínculos sociais, reafirmando aos sujeitos como “eles são”.

Formas organizativas, que estiveram mediadas por relações basicamente horizontais, nas quais se estabeleceram relações igualitárias entre suas pessoas. Nesta direção nos atreveríamos a plantear que a mobilização e a organização dos pobres, é totalmente diferente à mobilização e à organização exercida pelas elites ou classe dominante, as quais se caracterizam por serem hierárquicas e verticais. Por outro lado, as dos setores populares, são horizontais, espontâneas, soltas e livres, não isentas de contradições. Agora, sobre estas formas organizativas que se desenvolveram na população de Polvorines, tiveram e têm muito peso, as relações de parentesco e vizinhança que foram construindo a partir de sua

proximidade física e social, onde se estabeleceram relações de reciprocidade orientadas a satisfazer necessidades sociais.

Nesta direção, consideramos que a concepção predominante que se tem sobre as organizações normalmente baseadas sobre a formalidade e a normatividade, não permitem entender estes processos de mobilização-organização desenvolvidos pela população de Polvorines, já que esta está estreitamente articulada à vida cotidiana e aos tecidos de parentesco e vizinhança, entre outros, que construíram as pessoas e que lhes têm permitido sobreviver, em meio de tanta adversidade.

Igualmente, o estudo nos mostrou, em termos da relação com o Estado, como a organização chave para estabelecer esta interação foi a Junta de ação comunal. Sem lugar a dúvidas, como apontam a maioria dos estudos sobre este tema, desempenhou um papel fundamental como engrenagem para estabelecer vínculos de clientela e manipulação política com a população. O que foi evidente em Polvorines, mas o mais importante do assunto, é que através desta forma de representação, o que realmente se impulsou em termos políticos, foi outro tipo de relação entre a liderança e a base social. Nas quais se reproduziram as formas de mobilização e organização próprias da classe dominante, as relações verticais e as hierarquias. Consideramos que isto teve um forte impacto nas formas auto-organizativas espontâneas da população de Polvorines, as quais como mecanismo de resistência, tem reagido, fechando-se ao âmbito familiar e à proximidade físico-social, mais próxima, o vizinho, etc., emergindo desta maneira uma dispersão social, que corre o risco de atomizar-se. O que termina, sendo funcional para a reprodução do sistema dominante.

REFERÊNCIAS

- ACANDA, J. L. Sociedade civil e hegemonia. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2006.
- AGENDAS AMBIENTALES. Alcaldía Santiago de Cali, Colombia, 1998.
- AGUIRRE R. C. América Latina en la encrucijada. Los movimientos sociales y la muerte de la política moderna. Editorial Contrahistorias, México, 2009.
- APRILE-GNISET, J. Y MOSQUERA, G. Dos ensayos sobre la ciudad colombiana. Cali: Universidad del Valle, 1978.
- APRILE-GNISET, J. La ciudad colombiana. Siglo XIX y siglo XX. Bogotá: Biblioteca Banco Popular, 1992.
- APRILE-GNISET, J. Memorias del destierro y del exilio, Artigo de palestra apresentada na Cátedra Jorge Eliécer Gaitán, Bogotá, 2007.
- ARANGO E. El frente nacional y las políticas de vivienda en Colombia. Editorial, Universidad Nacional, 1982.
- ARTURO A. Tirofijo: las vidas de Pedro Antonio Marin, Manuel Marulanda Velez. Bogotá, 1989.
- BARCELONA P. Postmodernidad y comunidad. Ed. Trotta, Madrid, 1999.
- BHERING R. Política social no capitalismo tardio. São Paulo, Cortez, 1998.
- BOLAÑOS F. Elites y desplazados en el Valle del Cauca. Ed. Uceva, Tuluá, 2008.
- BORON A. Os novos leviatãs e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina em Post-neoliberalismo II- Que estado para que democracia? Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.
- BORRERO C. El legado de una estirpe, la lucha por los ejidos. Tomado da Revista Localidad. Biblioteca Universidad del Valle, 2001.
- CANO W. Colômbia: Economia, crise e violência, em soberania e política econômica na América Latina. São Paulo, UNESP, 2000.
- CEBALLOS L. Vivienda Social en Colombia: una mirada desde su legislación 1918-2005. Editorial Javeriana. Bogotá, 2008.

CHAUI, M. Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CHESNAIS F. A nova economia: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense em uma nova fase do capitalismo? Editora Xama, SP, 2003.

CHOSSUDOVSKY M. Globalización de la pobreza y nuevo orden mundial. Editorial, Siglo Veintiuno, Argentina, 2002.

CIDSE. En el Cali que queremos. Cidse. Universidad del Valle. Cali 1990.

CINEP. Campo adentro. Janeiro-março. 1993.

CORREDOR, C. Los Límites de la Modernización. Editor CINEP. Bogotá, 1992.

CURRIE, L. La operación Colombia en Tierra Diez ensayos sobre la reforma agraria en Colombia”. Ediciones Tercer Mundo, Bogotá, 1961.

DAGMA. Agenda Ambiental 18, Departamento Administrativo de Gestión del Medio Ambiente. DAGMA 1. ed., 1998.

DAVIS M. Planeta de ciudades miseria. Editorial Foca. Madrid, Espanha, 2007.

DIETRICH H. Las guerras del capital, edición Monte Ávila, Caracas, Venezuela, 2005.

DUSSEL E. Europa, modernidad y eurocentrismo en la colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericana. Argentina: Editorial CLACSO, 2000.

ESCOBAR, Morales Guido. Documento Digital La población en Santiago de Cali: siglo XX y primera década del siglo XXI, 2006.

FAJARDO, D. Para sembrar la paz hay que aflojar la tierra. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002.

_____. El desplazamiento forzado, ¿palanca del ‘desarrollo’? Em: UN Periódico, n. 84, 27 nov. 2005, Universidad Nacional de Colombia, 2005.

GARCIA M. Luchas urbano regionales en 25 años de luchas sociales en Colombia, Cinep, Bogotá, 2004.

_____. Luchas y movimientos cívicos en Colombia, durante los ochenta y los noventa, transformaciones y permanencias en movimientos sociales, Estado y democracia en Colombia. Universidad Nacional, Bogotá, 2006.

GERMÁN G. et al. La violencia en Colombia. Bogotá, 1964.

GOGOL, E. El concepto del otro en la liberación latinoamericana. Editorial Casa Juan Pablos, México, 2004.

GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Edições Loyola, SP, 1999.

_____. O Novo imperialismo. São Paulo, Loyola, 2004.

_____. A produção capitalista do espaço. Editora Annablume. SP, Brasil, 2005.

_____. O Neoliberalismo história e implicações. Edições Loyola, SP, 2008.

HERBERT BRAUN, Mataron a Gaitán. Vida pública y violencia urbana en Colombia. Bogotá, 1987.

HIRSH, J. Fordismo y Posfordismo. La crisis social actual y sus consecuencias. Editorial Tercer Mundo, Argentina, 1999.

JANSSEN, R. Vivienda y luchas populares en Bogotá. Ed. Tercer Mundo, Bogotá, 1984.

JIMENEZ, G. Caminante no hay camino, se hace camino al andar sistematización construcción de la escuela del Barrio Polvorines, Universidad del Valle, 2001.

KALMANOVITZ, S. Economia y nación. Bogotá, CINEP-Universidad Nacional, siglo XXI, 1986.

KATS, C. El imperialismo del siglo XXI, en DOMINACION, Y CRISIS DEL ORDEN CAPITALISTA. Editorial Universidad Nacional, Bogotá, 2008.

LEFEBVRE, H. El derecho a la ciudad. Editorial Península, Espanha, 1973.

_____. Espacio y política. Ediciones Península, Barcelona, Espanha, 1976.

LOMNITZ L. A. Sobrevivência em um bairro de periferia na cidade do México em redes sociais, cultura e poder. Edit. E-papers, Rio de Janeiro, 2000.

MANDEL, E. Iniciação a teoria econômica Marxista. Lisboa. Antídoto, 1978.

MARX, K. Crítica da economia política. Livro I. v. 2. Ed. Civilização Brasileira, RJ, Brasil, 1998.

_____. A Questão Judaica. São Paulo, Brasil, Editora Moraes, 1991.

_____. Manuscritos Económicos-Filosóficos Fondo de Cultura Económica, México, 1982.

_____. Para a Crítica da Economia Política (Traduções Edgar Malagodi), Nova Cultural Editora, São Paulo, 1986.

_____. O 18 brumário e cartas. A. Kugelman. Editora Paz e Terra, Brasil, 1969.

MESZAROS I. A crise estrutural do capital. São Paulo, Boitempo, 2009.

_____. Para além do capital. São Paulo, Boitempo, 2009.

MISAS, G. Globalización y economía en nuevo orden global. Editorial Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2003.

MONTAÑO, J. Los pobres de la ciudad en los asentamientos espontáneos. Editorial Siglo Veintiuno. México, 1981.

MONTAÑOS, C. Terceiro setor e questão social. Cortez Editora, São Paulo, 2005.

MOSQUERA, G. Expansión urbana y políticas estatales en Cali. Siglo XX. Universidad del Valle, 2011.

MOTA, A.. Cultura da crise e segurança social. Cortez Editora, São Paulo, 2008.

_____. Dinámicas sociales y gestión del desarrollo. Palestra, Congreso Nacional de Trabajo Social, Medellín, Colombia, 2007.

_____. Questão social e serviço social: um debate necessário, O mito da assistência social. Cortez Editora, São Paulo, 2008.

MÚNERA, L. Ruptura y Continuidades. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 1998.

MÚNERA, María Cecilia. Vivienda y desarrollo: el caso colombiano, 1989.

NEGRI, A. Job: la fuerza del esclavo. Ed. Paidós, Buenos Aires, 2003.

NETTO, J. Capitalismo monopolista e Serviço social. São Paulo, 2005.

OLIVA, A. Trabajo social y lucha de clases. Ed. Imago Mundi, Argentina, 2007.

ORNELAS, R. Contra hegemonias e emancipações. Apontamentos para um início de debate. Em: Os desafios das emancipações em um contexto militarizado. Edit. Clacso, SP, Brasil, 2008.

ORTIS, C. La industria manufacturera del área metropolitana Cali-Yumbo En: Puntos de Vista sobre el Cali que queremos. Documento de trabalho Cidse, Universidad del Valle, 1990. Disponível em: <http://socioeconomia.univalle.edu.co/media/ckfinder/files/DOCUMENTO%20DE%20TRABAJO%20CIDSE%20N%C2%B0%202.pdf>.

PABLO G. Globalización Excluyente, Editora Vozes, Buenos Aires, 2001.

PALACIOS, M e SAFFORD, F. Colombia, país fragmentado, sociedad dividida, su historia. Edit. Vitral, 2008.

PAUL, Oquist. Violencia, conflicto y política en Colombia. Universidad Nacional, Bogotá, 1978.

PETRAS, J. VELTMEYER Juicio a las multinacionales, Inversión extranjera e Imperialismo. Editorial Lumen, México, 2007.

PINASSI, M. Explosão do neoliberalismo cria novas formas de luta. In: Revista Caros Amigos, Fev., n. 178, 2012.

POLVORINES AYER Y HOY. Boletín N. 1, Junta de Acción Comunal, mimeo, 1981.

PORTO-GONÇALVES, C. A reinvenção dos territórios. A experiência latino-americana e caribenha. In: Os desafios das emancipações em um contexto militarizado. Edit. Clacso, SP, Brasil, 2008.

POSADA, R. Territorios de la violencia en Colombia. En Silva R. Editor, Bogotá, 1994.

QUIJANO, A. Modernidad, Identidad y Utopía en América Latina en Imágenes desconocidas: la modernidad en la encrucijada postmoderna, Buenos Aires: Clacso, 1988.

RAUBER, I. Dos pasos adelante, uno atrás. Lógicas de superación de la civilización regida por el capital. Ediciones Desde Abajo, Bogotá, 2010.

ROLNIK, R. Conflitos por moradia estão aumentando no Brasil Le monde diplomatique. Brasil n. 55, fev. de 2012.

SALAZAR, B. y Otros. ¿A dónde ir? Un análisis sobre el desplazamiento forzado. Editorial Universidad del Valle, 2008.

SÁNCHEZ, G. El desarrollo desigual de las regiones en análisis político N. 8, Revista del Instituto de estudios políticos y relaciones internacionales, Universidad Nacional de Colombia, 1989.

SARDI P, E. Cambios Socio-demográficos en Colombia: periodo intercensal 1993-2005. Disponible em: http://www.dane.gov.co/revista_ib/html_r4/articulo2_r4.htm. Acesso em: 11 nov. 2011.

SARMIENTO, et al. La hegemonía de la oligarquía financiero-terrateniente, en Revista, Bogotá, 2007.

Sistema de Índices de Inclusión Social Actualizados Para Santiago de Cali, Alcaldía Santiago de Cali, Colômbia, 2008.

SUAREZ, L. Crise e recomposição do sistema de dominação dos EUA, a nova ordem pan-americana. Revista Outubro, São Paulo, n. 18, 2009.

TARCHOPOLIS, D. El sistema nacional de vivienda de interés Social (1990-2007) en Vivienda Social en Colombia, 2008.

TORRES, A. Identidad y política de la acción colectiva. Organizaciones populares y luchas urbanas en Bogotá. Editorial Universidad Pedagógica Nacional, 2007.

TORRES, G. M. Expansión urbana y políticas estatales en Cali. Siglo xx. Universidad del Valle 2011.

TURNER, J. Colonización urbana no regulada. Recife-PE, 1970.

URREA, Fernando e MURILLO Fernando. Dinámica del poblamiento y algunas características de los asentamientos populares con población afrocolombiana en el oriente de Cali, Cidse, Universidad del Valle, 1990.

VASQUEZ, Benítez Edgar. Historia de Cali en el Siglo 20. Editores, Darío Restrepo y Pacífico Abella. Cali. 2001.

VILLA, C. Reestructuración económica, reforma neoliberal y clase trabajadora en Latinoamérica, 2000.

WALLERSTEIN, I. A reestruturacão capitalista e o sistema-mundo, em Globalização excludente, desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis vozes. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. La crisis estructural del capitalismo. Colombia, Ediciones Desde Abajo, 2007.

ZIBECHI, R. Dispersar el poder. Los movimientos sociales como poderes antiestatales, Edit. Desde Abajo, Bogotá, Colombia, 2007.

ZIBECHI, R. América Latina: periferias urbanas, territórios em resistência. Edit. Desde Abajo, Bogotá, Colombia, 2008.

_____. A emancipação como produção de vínculos. In: Os desafios das emancipações em um contexto militarizado. Edit. Clacso, SP, Brasil, 2008.